

Diálogos Acadêmicos

Sobre Gestão Social e Sustentabilidade



Organizador
Francisco Antonio Barbosa Vidal

Autores:
Silvia Pires Bastos Costa
Roseilda Nunes Moreira
Denise Pires Basto Costa
Antonio Lucas Souto Mendes
Andressa Souza Costa



PoD
editora

Diálogos Acadêmicos

Sobre Gestão Social
e Sustentabilidade

Organizador
Francisco Antonio Barbosa Vidal

Diálogos Acadêmicos 

Sobre Gestão Social **e Sustentabilidade**

Autores:

Silvia Pires Bastos Costa
Roseilda Nunes Moreira
Denise Pires Basto Costa
Antonio Lucas Souto Mendes
Andressa Souza Costa



Rio de Janeiro

2020



O AUTOR responsabiliza-se inteiramente pela originalidade e integridade todo do conteúdo desta OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente de violação de direitos autorais ou direitos de imagem nela contida e declara, sob as penas da Lei, ser de sua única e exclusiva autoria.

Diálogos acadêmicos sobre gestão social e sustentabilidade

Copyright © 2020,

Francisco Antonio Barbosa Vidal.

Todos os direitos são reservados no Brasil

Impressão e Acabamento:

Pod Editora

*Rua Imperatriz Leopoldina, 8 – sala 1110 – Pça Tiradentes
Centro – 20060-030 – Rio de Janeiro*

Tel. 21 2236-0844 • atendimento@podeditora.com.br

www.podeditora.com.br

Projeto gráfico:

Pod Editora

Revisão:

Pod Editora

Imagem de capa e do livro:

Acervo do autor

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação etc. — nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização do autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V691d

Vidal, Francisco Antonio Barbosa

Diálogos acadêmicos sobre gestão social e sustentabilidade / Francisco Antonio
Barbosa Vidal. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Pod, 2020.

274p. :il; 21cm

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-86147-48-3

Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Gestão ambiental. 3. Desenvolvimento
sustentável. I. Título.

20-65748

CDD: 363.7

CDU: 502.1

04.08.20

04.08.20

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

Sumário

Apresentação	9
Capítulo 1 Gestão de ongs: dualidades pragmáticas e desafios institucionais.....	13
Introdução	14
Ongs e caráter institucional-original.....	15
Gestão de Ongs e Sustentabilidade Institucional	23
Percurso Metodológico	30
Configuração Estrutural do Consórcio Social de ONGs.....	32
Arcabouço da Gestão das Ongs integrantes do Consórcio Social.....	33
Considerações Finais.....	43
Referências	45
Capítulo 2 Combatendo a macrocefalia econômica do setor turístico brasileiro: uma proposta inclusiva de turismo sustentável e conservacionista no sertão do Ceará.....	49
Introdução	53
Turismo e Desenvolvimento Sustentável	55
Sustentabilidade Ambiental no Turismo	59
Ecoturismo: Interfaces entre Homem e Natureza.....	61
Unidades de Conservação e Marco Legal	66
Percurso Metodológico	73
Estudo de caso: transformação do atrativo natural serra redonda em área de conservação e destino turístico	75
Conclusão	89
Referências	91
Capítulo 3 Colaboração Interinstitucional entre Academia e Ongs: ações virtuais para gerar transformações concretas	97
Resumo	97
Palavras-chave.....	97

Introdução	98
Voluntariado	99
O voluntariado virtual.....	102
O voluntariado e as instituições de ensino superior	104
Metodologia	107
Apresentação e discussão dos resultados	109
Considerações finais	117
Referências	119
Capítulo 4 Energia eólica no quintal da nossa casa?!	123
Introdução	124
Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável	126
O Meio Ambiente e a Energia Renovável	130
Metodologia	132
Apresentação e Análise dos Resultados	134
Conclusão	150
Referências	153
Capítulo 5 Tecnologia social de inclusão de jovens pelo trabalho: uma análise da experiência de um consórcio de ongs no desenvolvimento de ação intersectorial com empresas e governo.....	157
Introdução	158
ONGS e formação de redes sociais	159
Colaboração Intersectorial: eixos delineadores.	163
Percurso Metodológico	165
Coordenação de Talentos Juvenis (Recrutamento e Seleção).....	171
Assessoria de Gestão	172
Agentes de Telemarketing.....	172
Agentes de Promoção Social do Trabalho (Agentes de Inserção)	173
Articulação Interinstitucional	173
Monitoramento e Contratos.....	174
Banco de Dados	174
Empreendedorismo Juvenil	174
A AGIR apresentou as seguintes áreas processuais durante seu funcionamento do CSJ-2006:.....	178
Os principais eventos realizados pela AGIR em 2006, com foco em ações intersectoriais foram:.....	181
Considerações Finais.....	182
Referências	184

Capítulo 6 Política de extensão integrada ao ensino como estratégia de promoção do desenvolvimento humano e social nos sertões de caniné.....	187
Introdução	188
Aspectos teórico-metodológicos	193
Resultados	195
Considerações Finais.....	207
Referências	208
Capítulo 7 Responsabilidade Socioambiental Corporativa: diálogos com as teorias em busca de sinais de uma nova racionalidade empresarial.	209
Cenário, problema, objetivos, conceito e protocolos.....	210
Sustentabilidade e Negócios.....	212
Responsabilidade socioambiental e cidadania empresarial	215
Desenvolvimento Sustentável e a emergência de uma nova racionalidade empresarial	222
Considerações Finais.....	230
Referências	232
Capítulo 8 Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor.	237
Introdução	238
Sociedade civil e transformação social: da filantropia à cidadania	240
Gestão participativa nas organizações: um resgate teórico-conceitual	243
Voluntariado: significados e importância	249
Gestão do trabalho social voluntário, participação e racionalidade organizacional substantiva	253
Metodologia da Pesquisa	258
O caso PRECE: uma construção coletiva.....	259
Considerações Finais.....	267
Referência.....	269

Apresentação

A presente coletânea resulta da sinergia entre professores e alunos que coadunam com os preceitos da epistemologia da justiça social e da sustentabilidade ambiental. O nosso propósito com este livro é apresentar diálogos acadêmicos consubstanciados em ensaios teóricos e pesquisas empíricas que evidenciam o protagonismo da sociedade civil na gestão social e ambiental, promovendo a sustentabilidade enquanto categoria científica e integradora, bem como o combate às desigualdades sociais.

Para instigar o debate evidencio aqui uma reflexão inicial a partir de um artigo publicado por mim em 14 de julho de 2012 no Jornal O Povo, Fortaleza-Ceará:

Há uma questão em aberto: Qual o grande legado deixado pela Rio+20? Esta é a pergunta de partida para levar o leitor a uma reflexão sobre o atual processo sócio-político que vivenciamos no contexto de uma civilização em crise, movida pela ficcionalização do dinheiro (capital) e socialização pelo valor (econômico). Não trago à tona questões relacionadas à hegemonia, mas evidencio vetores que são propulsores de transformações efetivas, necessárias para um novo agir político planetário. Será que na Rio+20 o pragmatismo venceu a epopeia socioambiental consubstanciada nas retóricas da inclusão e do preservacionismo das espécies (fauna e flora)? Algumas críticas ao relatório final foram evidenciadas na mídia por representantes de ONGs como: sem ambição, sem metas, sem datas limites ou carente de visão, carente de ação, carente de comprometimento!! Segundo relatório do Programa das Na-

ções Unidas para o Meio Ambiente (Towards a Green Economy, 2011) há mais de 1,6 bilhão de pessoas sofrendo com falta de água e mais de 900 milhões desnutridos no mundo. Acredito que a centralidade do debate alcança patamares epistemológicos e de vida cotidiana mais amplos, perpassando pela ética e pelo “ser” humano nos tempos atuais.

A atual crise de governança política implica em decisões geopolíticas desalinhadas dos reais interesses de justiça social de nossa sociedade. Nós, sujeitos espirituais e sociais nos sentimos apartados dos sistemas políticos instituídos, apesar das mediações necessárias para um viver articulado com o sentido existencial que passa pelo crivo contínuo do exame. Trago algumas inquirições relacionadas aos desafios de nossa humanidade pós-Rio + 20: as forças multilaterais da governança política possuem que alçada de poder e real articulação? A ausência de métricas como os objetivos e indicadores pactuados de desenvolvimento sustentável diminui a “acreditação” de uma agenda socioambiental concreta pelas nações membro da ONU? E qual o lugar de centralidade em nossa sociedade planetária, do meio ambiente e das pessoas mais pobres que mais sofrem as consequências de tudo o que acontece hoje no mundo, na construção de uma agenda de futuro comum inclusiva e ambientalmente responsável?

Apresento aqui, como perspectiva inspiradora para uma nova práxis socioambiental propulsora de um futuro comum mais sustentável para nossa humanidade, a epistemologia da Ética Biofílica, defendida pelo psicanalista alemão Erich Fromm. A Ética biofílica (bios = vida + philia = amor, amizade) é aquela que coloca a vida e sua dignidade em todas as suas manifestações como o mais amplo, profundo e universal dos valores. Em outras palavras, a ética biofílica é a ética do

desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões: ambiental, econômica, social, política e cultural. Para sermos plenamente humanos temos que nos ligar a outras espécies, pois dependemos delas. Há interdependência entre os seres humanos e a natureza e o desafio de nosso futuro compartilhado, construído social e politicamente no presente, é desenvolvermos uma ética planetária baseada na tolerância, na solidariedade, no respeito à diversidade e diferenças e no amor real às pessoas e à natureza.

Francisco Antonio Barbosa Vidal

Inspirado pelo Céu de Verão em Fortaleza em Julho de 2020

Capítulo 1 **Gestão de ongs: dualidades pragmáticas e desafios institucionais**

Francisco Antonio Barbosa Vidal, Denise Pires Basto Costa

Resumo

As especificidades culturais das Organizações Não-Governamentais, espaços institucionais promotores do desenvolvimento humano e social, e a atuação aguerrida das mesmas nos últimos anos, em razão de novas demandas provocadas pela descentralização da execução de políticas públicas sociais e pelo incremento de programas de responsabilidade social empresarial são fatores que têm despertado interesse nos meios acadêmicos por estudos organizacionais que tenham como objeto de análise a gestão de ongs. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão organizacional e desafios institucionais de um grupo de ongs que atuam na periferia da cidade de Fortaleza, na área de desenvolvimento social, identificando elementos que a caracterizam. Utilizou-se o método clínico no processo de coleta e sistematização de dados e aplicou-se a análise do discurso para inferências interpretativas. Verificou-se através do presente estudo que as ONGs pesquisadas vivenciam realidades dicotômicas em suas ambiências organizacionais devido a dificuldades de auto-sustentação e relações complexas com financiadores. Concluiu-se que peculiaridades da gestão organizacional das ONGs sinalizam a emergência de uma Administração ressignificada no Terceiro Setor.

Introdução

Um mundo sustentável e com equidade social parece ser uma utopia diante do atual quadro de miséria e de desigualdades sociais em nosso país. A humanidade parece buscar alternativas para o genocídio de valores que ameaça a dignidade da vida em nosso planeta. E sob as luzes do início do Século XXI, numa sociedade intitulada “do conhecimento”, emerge um sentimento democrático de pertencimento comunitário: a solidariedade. O interesse próprio e a busca obsessiva de acumulação de riquezas estão no âmago da crise atual. E para promover o advento da sociedade com equidade social, é preciso urgentemente uma ética universal que transcenda todos os outros sistemas de crenças e alianças, um tipo de síntese da consciência humana, completamente ciente da interdependência e raridade de todas as formas de vida para guiar a humanidade na realização das mudanças necessárias.

Diante deste contexto, a promoção humana no mundo moderno encontra sua práxis em entes articulados pela sociedade civil, protagonistas do desenvolvimento social, que Camargo (2001) denomina-as de ONGs - Organizações Não-Governamentais – que constituem um fenômeno recente na história da política brasileira. O termo ONG refere-se a um tipo peculiar de organização da sociedade. Trata-se de um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil que se declara ser sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las. (CAMARGO *et al*, 2001)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a gestão organizacional de um grupo de ONGs que atua na área

de desenvolvimento social na periferia da cidade de Fortaleza, identificando elementos que a caracterizam, suas dinamicidades e conflitos institucionais. O grupo de ONGs investigado participou no ano de 2005 da execução do Programa Primeiro Emprego na cidade de Fortaleza, capitaneado pelo Consórcio Social da Juventude em parceria com o Ministério do Trabalho, desenvolvendo ações de qualificação sócio-profissional e de inserção laboral, beneficiando dois mil jovens. O delineamento da pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório, com uso de fontes secundárias e primárias, com abordagem lógica dedutiva. Quanto à organização do conteúdo, inicialmente fez-se uma incursão teórica no processo de legitimação e formalização dos movimentos sociais institucionalizados e no arcabouço epistemológico da gestão social, delineando a gestão organizacional no terceiro setor através de um percurso teórico-conceitual abordando tipologias que nortearam a presente pesquisa.

Ongs e caráter institucional-original

Para Gohn (2002), o padrão de desenvolvimento que se instaurou no Brasil nas décadas de 80 e 90 legitimou a exclusão como forma de integração, uma espécie de exclusão integradora, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com a redefinição dos atores sóciopolíticos em cena. O reverso desse cenário é a construção de uma economia popular na qual existe a possibilidade de um campo alternativo de desenvolvimento e transformação social, desde que essa economia ganhe autonomia relativa em sua produção material e cultural, capaz de se auto-sustentar e se desenvolver. Esses processos devem ocorrer não isolada ou autarquicamente,

mas em vinculação direta e aberta com a economia capitalista e pública.

Para a autora, neste contexto, os sindicatos de trabalhadores perdem espaço, porque as condições de organização no setor da economia informal são bastante difíceis. Os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários. Neste cenário destacam-se os seguintes elementos, que terão grande influência sobre a dinâmica dos movimentos sociais, principalmente os populares (GOHN, 2002, p. 297):

1. A crise econômica levou a uma diminuição dos empregos na economia formal. Milhares de pessoas passaram para a economia informal. Nela, dada à instabilidade e as incertezas, exigem-se jornadas mais longas de trabalho, o que retira parte do tempo disponível das pessoas para participar de mobilizações;
2. As políticas econômicas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não-afiliada a sindicatos, sem os direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral;

3. Esta economia semi comunitária encontrará nas ONGs uma forma de servir de suporte como estruturas organizativas do processo de produção de algumas mercadorias;
4. O número de pessoas sem-teto, morando permanentemente nas ruas, cresce assustadoramente. O número de crianças que passam o dia nas ruas e praças passará a compor o cenário das cidades de qualquer tamanho no país. A violência cresce de forma generalizada, principalmente contra crianças; os assaltos, furtos e sequestros passam a ser uma rotina na vida de qualquer cidadão. O medo e a incerteza predominam, ainda que a economia tenha se estabilizado com a criação da nova moeda, o real.

Para Landim (2002, p.17), o discurso social na década de 80 sinalizava que as ONGs seriam alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda. No mesmo período, ressaltava-se ainda que fossem entidades que existiam a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados dentro de perspectivas de transformação social. No início da década de 90, outras palavras – como “democracia” e “esfera pública” – estavam em evidência e as ONGs seriam “microorganismos do processo democrático, referências, lugares de inovação e criação de novos processos”, ou “espaços de criação da utopia democrática”(SOUZA, 1992 apud Landim, 2002, p.18). Por essa época também foram definidas como “canais de participação da classe média na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais” (OLIVEIRA NETO, 1992 apud LANDIM, 2002, p.18). Segundo Francisco de Oliveira (apud LANDIM, 2002), as ONGs surgem como um dado novo da nova

complexidade da sociedade constituindo-se em um lugar de onde fala nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar uma experiência militante.

Landim (2002) analisa que o termo internacionalizado “ONG” ganhou reconhecimento no Brasil, enquanto categoria social, ao distinguir um conjunto de organizações que guardavam certas características, posições e papéis análogos no Brasil e em diversas sociedades latino-americanas: “o reconhecimento e visibilidade social desse nome não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer da década de 80, com base num investimento realizado por um conjunto específico de agentes e entidades facilmente identificáveis do ponto de vista sociológico na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade. Sendo, como se sabe, termo forjado em canais internacionalizados, no entanto, é importação que se adapta e (re) traduz em virtude de relações e dinâmicas sociais internas e diferentes sociedades” (Landim, 2002, p.18).

Para Fiege (2003), as ongs no Brasil, referindo à sua versão clássica e politicamente articulada, sob a égide política da ABONG, nasceram como forma de organização e com certa identidade própria no período da ditadura militar (64-85), sendo um produto da contradição entre um regime autoritário e fechado e de um processo de modernização social e econômica que aconteceu paralelamente. Para o autor, muitas ongs são oriundas da Igreja Católica e discordam do modelo de exclusão social e política, cresceram junto com os movimentos sociais (sindicais, urbanos e, de forma mais lenta, rurais) que se formaram contra a ditadura.

Se em nível nacional a FASE, fundada já no início da ditadura, e na década dos anos 80 presente em boa parte das capitais litorâneas de Belém a Porto Alegre, pode servir de exemplo, no Ceará o ESPLAR (mesmo fundado uma década depois) e o Cetra integram esta mesma geração. Esta história política muitas vezes vinculada aos então movimentos clandestinos de esquerda, marcou profundamente o ideário e a postura das ONGs. É importante ressaltar que as ONGs constituíram na época um dos poucos espaços nos quais a atuação política, à margem das regras da ditadura, era possível e que as ONGs serviram de abrigo para muitos militantes políticos de partidos proibidos, perdendo parte da sua força e importância, com o fim da ditadura (FIEGE, 2003, p.28).

Para Teixeira (2002), o termo “ONG” foi cunhado pela ONU, em 1946, que o definiu como toda organização não estabelecida por acordo inter-governamental. Num primeiro momento, o termo foi usado no Brasil apenas para definir as organizações internacionais que fundariam, em 1991, a Associação Brasileira de Ongs. Esta associação, como qualquer outra organização social, configura sua identidade de forma conflituosa, por meio do embate entre as organizações que a compõem e principalmente das tentativas de diferenciais e aproximação com outras formas de organização que estão fora dela.

Três setores importantes de interface com as ONGs merecem destaque na configuração dessas entidades: as agências de financiamento internacional, o relacionamento com movimentos sociais a que estão de alguma forma vinculadas ou com os setores sociais com os quais se relacionam e as relações com o Estado. Entre esses setores, as articulações com o Estado e com o conjunto da sociedade (organizada ou

não) merecem destaque na definição do que seriam as ONGs e qual o papel assumido por elas em nossa sociedade, pois observou-se, ao longo da década de 90, um duplo movimento: da sociedade em direção ao Estado e vice-versa, ambos os movimentos com consequência para a relação dessas organizações com o conjunto da sociedade (Teixeira, 2002).

Para Toledo (1998), na sua origem, a ação pública das ONGS ganhou visibilidade e transparência ao dar apoio aos movimentos e associações comunitárias sob as mais diversas áreas de ação: defesa dos direitos humanos, direitos sociais, superação da desigualdade social e prestação de serviços à comunidade, ambientalismo.

De acordo com Rocha e Pessoa (2003), não há na legislação brasileira um instituto jurídico classificado como Organização Não-Governamental. O que existe é uma compreensão coletiva, inclusive na doutrina jurídica, de que ONGs são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal e/ou profissional com a causa que elas promovem. Para os autores, a alcunha ONG transmite a ideia geral de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com interesse público.

Retomando a visão de Landim (2002), nos anos 80, as articulações para assumir uma identidade institucionalizada, como atores autônomos na sociedade, foram verdadeiros cortes que puseram fim a uma “pré-história” das ONGs e das formas como seus agentes percebiam-nas na qual, no entanto, forjaram-se objetivamente as bases da relações sociais que deram solidez e concretude ao novo fenômeno organizacional.

As perguntas tantas vezes retomadas – O que são ONGs? Quais os seus papéis? – não se constituíram nem se constituem, portanto, na maior parte das vezes,

em meros exercícios intelectuais semânticos. Tratou-se (e falo antes de mais nada do caso brasileiro, com extensão a vários latino-americanos) do processo de construção de horizontes comuns entre um conjunto de organizações que se colocaram como atores em determinado pólo do campo discursivo e político existente em suas sociedades, a um dado momento e a cada momento. Processo que se deu ao mesmo tempo no plano dos ideários, da posição na sociedade e também da própria especificidade organizacional. Estando em jogo a criação de identidades, é movimento de natureza necessariamente distintiva e contrastiva em que as definições dão-se de forma situacional, antes que substantiva. Ou seja, mais do que algo com “essência ONG”(por exemplo, uma mesma organização pode identificar-se com “movimento”, em um contexto, e como “ONG” em outro), trata-se aqui de organizações que criam identidades e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas (LANDIM, 2002, p.21).

Para Diniz e Mattos (2002), as ongs se constituíram tendo como base certos valores culturais originais, ou práticas a eles associadas, seguindo as seguintes referências Institucionais Originais:

- a) fortes orientações ideológicas: Elas se caracterizavam principalmente pelas concepções do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) que surgiram com a cooperação internacional, logo após a II Guerra Mundial. Sherer-Warren (1999, p.165) afirma que: "as ongs do Norte seguem orientações político-normativas dinâmicas e que têm se modificado ao longo das últimas décadas", ao passo que as ongs do Sul possuem matrizes ideológicas embasadas no neo-marxismo, neo-anarquismo e na Teologia da Libertação, apregoada

pela Igreja Católica Latina. Segundo Thompson (1997, p.43) as ongs na América Latina representavam mecanismos de resistência política aos governos militares, abrindo espaço para a participação cidadã e a defesa dos valores democráticos;

- b) **orientações religiosas:** As influências religiosas sobre as ongs eram mais notadamente vinculadas à Igreja Católica e às igrejas Evangélicas. Tais igrejas constituíram-se em um dos principais grupos mantenedores e/ou responsáveis pela sua implantação, tanto nos países do Norte, quanto nos países do Sul. Assim, suas ideias e convicções religiosas foram determinantes na formação dos valores organizacionais;
- c) **ideias desenvolvimentistas,** baseadas no modelo de desenvolvimento preconizado pela cooperação internacional. Consistia na crença na transformação social ou no desenvolvimento transformador como instrumento de mudança social;
- d) **voluntariado:** Consistia na utilização de mão-de-obra não remunerada para a execução das atividades básicas da organização. Os voluntários estavam presentes na execução dos programas, nas campanhas de levantamento de fundos e até mesmos no desempenho de rotinas administrativas;
- e) **informalidade da ação:** As ações desenvolvidas eram marcadas pela informalidade e imprevisto, nas quais não se dava importância para o planejamento das atividades, tampouco para a organização administrativa dos processos desenvolvidos. No seu início, as ongs se caracterizavam mais como movimentos sociais do que como organizações estruturadas;
- f) **independência em relação ao estado e ao mercado:** Distanciamento e autonomia em relação à imposição governamental e principalmente à manipulação das empresas lucrativas;
- g) **igualdade e participação democrática na gestão dos processos administrativos,** com ampla participação dos *stakeholders*, doadores,

sócios, militantes e funcionários nos processos de tomada de decisão, na administração da organização e na implementação dos programas;

- h) caráter reivindicativo e denunciador**, caracterizado por uma postura crítica e propositiva em relação às políticas públicas e à ação governamental.

Na visão de Diniz e Mattos (2002), as ongs constituíam-se em organizações não-funcionais bem distintas, que não se adequavam aos modelos clássicos de organização e às teorias gerenciais desenvolvidas para organizações de caráter público ou privado. Os autores ressaltam que as organizações filantrópicas, nos primórdios, seguiam o modelo administrativo eclesiástico, sendo depois substituído pelo modelo administrativo estatal. Atualmente, busca-se o modelo administrativo empresarial. Tal observância a modelos gerenciais não pensados especificamente para ongs tem provocado pressões sobre a finalidade filantrópica, interna e única destes espaços institucionalizados da sociedade civil que operam políticas públicas não estatais.

Gestão de Ongs e Sustentabilidade Institucional

A gestão organizacional no Terceiro Setor gera um debate reflexivo sobre a emergência de um processo híbrido que recebe influências de modelos adotados por organizações estatais e privadas. Os modos de transferência dar-se-iam por meio da alocação de ex-gestores do setor privado nessa área, da ação de consultores e pela incorporação de tipologias de gerenciamento de órgãos e empresas financiadores e/ou controladores das organizações não-governamentais. Para Drucker (1992), gestores com sólida formação e domínio de téc-

nicas administrativas tornariam as práticas e políticas organizacionais no Terceiro Setor mais sistematizadas, articuladas e voltadas ao cumprimento dos objetivos propostos pelas instituições sociais.

Para Hudson (1999) até metade da década de 70, administração não era uma palavra muito usada pelas pessoas ao se referirem às organizações do terceiro setor. A administração era vista como parte da cultura do mundo dos negócios e não parecia ser apropriada para organizações orientadas por valores. Com a profissionalização crescente das organizações do terceiro setor, a linguagem e os conceitos da ciência da administração estão começando a fazer parte da realidade das entidades sem fins lucrativos que buscam desenvolvimento social nas sociedades em que atuam. Há uma consciência sobre a importância de uma gestão social eficaz para que as ações do Terceiro Setor tenham efetividade.

Uma outra questão a ser abordada é o hibridismo da gestão em ongs atrelado ao paradigma da sustentabilidade, isto é, o fim da dependência de fontes tradicionais de financiamento. Isso implica a necessidade de diversificar fontes, desenvolver projetos de geração de receita, profissionalizar recursos humanos e voluntariado, atrair membros sócios das organizações, estabelecer estratégias de comunicação, avaliar resultados e desenvolver uma estrutura gerencial realmente eficiente.

Para TENÓRIO (1997), os termos cliente e usuário, bastante difundidos e enfatizados por metodologias gerenciais como a qualidade total não se adequam às organizações não-governamentais, visto que não incorporam o conceito de cidadania à formulação, implementação e avaliação de po-

líticas sociais. Para o autor, o conceito mais apropriado remete-se à ideia de cidadão-beneficiário.

De acordo com Roesch (2002), há consenso entre os estudiosos de que as práticas de gestão das ongs devam partir dos problemas que circundam essas organizações e serem negociadas com as diferentes partes interessadas e beneficiários. Também se ressaltam as diferenças entre objetivos da gestão privada e da gestão social, sendo esta última dirigida aos objetivos de longo prazo, de difícil avaliação.

Esses fatores apontam para a profissionalização das organizações não governamentais. Para responder a essa necessidade, as fundações e organizações financiadoras passaram a investir na capacitação de seus financiados. Uma outra variável que vem gerando questionamentos na gestão de ongs é a incorporação direta das tecnologias gerenciais aplicadas às organizações estatais e privadas. Mintzberg (1996 apud TEODOSIO, 2003) comenta que a transposição de técnicas gerenciais oriundas da esfera privada não se dá de maneira linear e absoluta, esbarrando nas especificidades da gestão social. Para o autor, ferramentas administrativas privadas carregam em si conceitos e pressupostos que, em alguns casos, podem trazer distorções quanto à natureza da gestão demandada na esfera social. Para Kliksberg (1997 apud TEODOSIO, 2003), diante de um cenário atual marcado pela emergência de diferentes grupos de interesses com diferentes demandas socioeconômicas e políticas, o gestor social teria como atributos centrais a capacidade de articulação e de negociação, enquanto o gestor privado se caracterizaria pela agressividade e competitividade no alcance de metas do empreendimento.

Viviane Paternostro Melo (2002), com base em pesquisa realizada junto às organizações do terceiro setor na Bahia, apresenta as seguintes considerações:

- Ser uma organização do terceiro setor não implica atuação social;
- A autonomia, o voluntariado e/ou a não distribuição de lucro de algumas organizações do terceiro setor são questionáveis;
- Terceiro setor não é um todo homogêneo: há uma grande diversidade organizacional;
- Há uma semelhança entre organizações do tipo *member serving* (ex: sindicatos) e organizações de interesse público/coletivo;
- Há um alto nível de atuação em mais de uma área/serviço/público-alvo atendido, o que denota uma tentativa de atendimento integral às demandas sociais;
- Há um alto nível de relacionamento interorganizacional entre organizações do terceiro setor e outras organizações, sobretudo do próprio terceiro setor.

A autora evidencia a seguinte reflexão sobre a relação entre terceiro setor, mercado e Estado: “mais importante do que separar as organizações em esferas é perceber que, de fato, as três são interligadas e devem ser regidas por princípios comuns, valores éticos e práticas de gestão social. Afinal, independente da esfera, somos todos sociedade civil constituindo organizações que têm como objetivo maior — ou deveriam ter, como orientou Mary Parker Follett — a felicidade e o bem-estar da própria sociedade” (PATERNOSTRO MELO, 2002, p.98).

Para Armani (2003), uma outra questão emergente é a Sustentabilidade Institucional. Na visão do autor, o primeiro

avanço conceitual diz respeito ao reconhecimento de que a sustentabilidade, para organizações como as ongs, jamais significará que elas consigam se sustentar financeiramente sem uma proporção relevante de recursos doados a fundo perdido; isto é, a sustentabilidade desse tipo de organização vai sempre combinar, na melhor das hipóteses, uma capacidade para obter receitas próprias de forma regular (contribuição de sócios e de rede de amigos, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos), com a capacidade de acessar fontes de financiamento públicas, privadas e não-governamentais nacionais e internacionais. Um segundo avanço conceitual é relativo ao fato de que a sustentabilidade não diz respeito à dimensão da sustentação financeira de uma organização, mas sim a um conjunto bem mais amplo de fatores de desenvolvimento institucional cruciais para o êxito continuado de uma ONG” (ARMANI, 2003, p.142).

Em um ensaio publicado neste ano no site da Abong, Armani (2005) comenta que, diante de tantas mudanças em seu contexto de atuação, as ongs vêm sendo forçadas a rever sua estrutura, organogramas, processo decisório, as relações com os beneficiários e suas formas de coordenação do trabalho, além de aperfeiçoar os instrumentos de gestão propriamente administrativa e financeira. O grande desafio para essas organizações reside em construir novos formatos institucionais que combinem os tradicionais elementos de informalidade e democracia interna, típicos das ongs brasileiras, com novos patamares de eficiência organizacional, transparência e responsabilidade pública (*accountability*).

Para o autor, a reconfiguração da cooperação internacional com o Brasil e as novas oportunidades de captação de recursos nacionais, públicos e privados, têm desafiado as

ongs brasileiras a um processo crescente de nacionalização. Qualificar suas parcerias internacionais na Europa, adaptar-se ao *modus operandi* das fundações norte-americanas, acessar fundos públicos federais, estaduais e municipais, captar recursos de fontes privadas e desenvolver a geração de recursos próprios pela venda de serviços são desafios que têm exigido enorme capacidade institucional de inovação e flexibilidade. A sistematização e a maior socialização de tais experiências poderiam contribuir grandemente para o avanço da sustentação das ongs (ARMANI, 2005).

Armani (2003) retroalimenta o debate sobre a sustentação das ongs quando a relaciona com a questão dos parâmetros éticos, culturais, políticos e técnicos que governam as concepções e formas como a sociedade enfrenta a problemática da pobreza, desigualdade e promoção do desenvolvimento.

Quadro - Principais indicadores de sustentabilidade institucional das ongs

Indicadores de Sustentabilidade das ongs referentes ao nível organizacional, segundo Armani (2003)

- 1) Capacidade de geração/capacitação de recursos em relação às necessidades (anuais ou trienais) de recursos da organização;
- 2) Índice de diversificação das fontes de apoio, tanto em número como no tipo de financiadores;
- 3) Proporção das receitas não vinculadas (oriundas de geração própria e de apoios de caráter institucional) em relação às receitas vinculadas (apoios específicos a programas, projetos);
- 4) Grau de dependência em relação a recursos de origem internacional (no longo prazo, a organização é tanto mais sustentável quanto maior for a proporção de recursos acessados no próprio país);
- 5) Nível e tipo de condições (políticas e técnico-gerenciais) e expectativas expressas pelo financiador (em relação à autonomia da ONG);

Indicadores de Sustentabilidade das ongs referentes ao nível organizacional, segundo Armani (2003)

6) Densidade das relações com financiadores e grau de interlocução sobre tendências institucionais e escolha de estratégias mútuas;

7) Grau de desenvolvimento e qualidade dos instrumentos de accountability e de demonstração de resultados da organização;

8) Nível de desenvolvimento institucional interno: grau de relevância social contextualizada da missão e da estratégia de intervenção institucional; grau de compartilhamento da identidade e da missão e/ou nível de tensão e de conflitos; grau de estabilidade e efetividade das estruturas e modos de governança institucionais; capacidade e parâmetros para gestão estratégica; perfil ético-político; qualificação técnica e índice de rotatividade de recursos humanos;

9) Nível de desenvolvimento institucional ampliado: credibilidade da organização perante seu público beneficiário, movimentos sociais, órgãos públicos, outras ongs, fundações sociais, universidades, empresas, agências de cooperação; capacidade para deflagrar e/ou influenciar processos de mobilização social e de impactar a agenda pública e as políticas públicas; capacidade para estabelecer diálogo, parcerias e trabalho conjunto com outras instituições (ARMANI, 2003, p. 149).

Fonte: Adaptado de Armani (2003)

A relação institucional das ongs com seus stakeholders alimenta o debate relacional dependência versus independência, autonomização x influência. Sem dirimir dualidades, mas potencializando unicidades, os mecanismos de financiamento público a ongs em nosso país ainda são caracterizados pela interferência político-partidária, pelo corporativismo e pela tecnocracia. É limítrofe a atuação das ongs na promoção de ações públicas de caráter propositivo ou de crítica a determinadas políticas do governo. Na realidade, a maioria dos convênios públicos com ongs as categorizam como entes prestadores de serviços complementares e ou ampliadores da política pública. A questão do desenvolvimento institucional das ongs, numa perspectiva sustentável e protagonista, passa a depender de uma

mudança drástica nas estruturas do poder público e da desalienação da sociedade civil, no tocante à efetiva validação dos direitos sociais.

Percurso Metodológico

A pesquisa realizada foi qualitativa, com aspectos quantitativos descritores, e do tipo exploratória, a fim de possibilitar, através de dados obtidos, a formulação de novos pressupostos para pesquisas futuras (TRIPODI apud LAKATOS e MARCONI, 1985). De acordo com Minayo (1992), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais, está voltada para um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. No que se refere aos modos de investigação que Bruyne (1991, p.223) define “como meios de abordagem do real, possibilitando a fixação do quadro instrumental da apreensão dos dados”, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. A pesquisa foi realizada em um grupo de 17 ongs que atuam na área do desenvolvimento social, e que no ano de 2005 participaram de um Consórcio Social, que em parceria com o governo federal, executou em Fortaleza a política pública social do Primeiro Emprego. Durante cinco meses, as 17 ongs qualificaram no total cerca de 680 jovens. A coleta de dados deu-se através da aplicação de um questionário e do método clínico, utilizando-se entrevistas abertas e semi-estruturadas com um grupo focal que contemplava gestores sociais das ONGs pesquisadas, durante sessões individuais e coletivas. A captação

de dados deu-se também por meio de observação participante e da análise documental.

De acordo com Shein (1992), o modelo de pesquisa clínica tem como característica marcante o fato de os dados fluírem ao consultor de modo espontâneo, uma vez que a iniciativa em relação ao processo parte dos próprios membros da organização pesquisada. O consultor (ou clínico), conquanto esteja na organização, antes de tudo, para ajudar em alguns problemas pontuais, geralmente descobre, no curso do trabalho, informações culturalmente relevantes, máxime se ele utiliza um modelo de consulta com ênfase no questionamento e no auxílio à autoajuda da organização. O autor entende que o consultor não deve se restringir aos dados revelados em atividades de diagnóstico específicas, tais como entrevistas individuais ou em grupos. Na maioria das situações de consultoria sobejam oportunidades de o consultor vagar, espreitando o ambiente, numa proveitosa combinação de seu trabalho clínico com alguns dos melhores elementos dos modelos etnográfico e observação participante.

No tratamento dos dados coletados pela entrevista, utilizou-se o método de análise qualitativa do discurso (oral e escrito), que, de acordo com o objetivo da pesquisa (identificar a práxis da gestão, especificidades e conflitos institucionais), propiciou a interpretação da dialogia entre as falas dos sujeitos da pesquisa (gestores da ONG), identificando aspectos relevantes da dinamicidade organizacional das mesmas, do modelo gerencial balizado pelas comunidades de prática e do processo de transição para uma estrutura organizacional funcional conectada com pressupostos da gestão social. Para Fairclough (2001), o discurso corresponde ao uso da linguagem como prática social, ao modo de ação, uma forma que as pessoas podem agir

sobre o mundo e especialmente sobre os outros, sendo também uma prática de representação e de significação do mundo.

A organização dos conteúdos colhidos a partir de entrevistas e da análise dos resultados do questionário deu-se através de arcabouço observacional inspirado pela estrutura das conexões entre as falas dos sujeitos, a análise documental, as percepções do pesquisador através da observação participante e o marco teórico-conceitual do presente estudo. Foi possível, através do percurso metodológico proposto, elaborar o texto do estudo de caso intitulado **“Pragmatismo e Dilemas Institucionais: Uma análise intra-organizacional contextualizada da Gestão no Terceiro Setor”** e, verificar o quanto as ideias dos sujeitos aproximam-se dos enunciados teóricos.

Resultados da Pesquisa

“Pragmatismo e Dilemas Institucionais: Uma análise intra-organizacional contextualizada da Gestão no Terceiro Setor”.

Configuração Estrutural do Consórcio Social de ONGs

O Programa Primeiro Emprego (PPE) utiliza a capacidade que as organizações da sociedade civil organizada têm de obter resultados junto ao público jovem, em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social, em especial, nos locais em que o Estado tradicionalmente não chega. Os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ) constituem instrumento para a consolidação da parceria governo-sociedade e como porta de entrada complementar do Programa, a fim de atingir parte do público jovem e garantir a integração das Políticas Públicas de Emprego. Os Consórcios são formados por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, com afinidades e interesses comuns. Cada Consórcio deve ter a sua

rede composta por, no mínimo dez entidades e/ou movimentos sociais e/ou organizações da juventude legalmente constituídos há no mínimo um ano, e quando possível, por instituições do poder público, do setor empresarial, e/ou organismos de financiamento e cooperação. O Ministério do Trabalho e Emprego firma convênio com uma entidade do Consórcio Social da Juventude, identificada como entidade "âncora", podendo a esta subcontratar outras entidades para a execução das ações previstas por um plano de trabalho. Os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, além de frequentarem uma oficina de capacitação profissional.

Arcabouço da Gestão das Ongs integrantes do Consórcio Social

Uma análise sócio-técnica das ongs que integraram a Rede do Consórcio Social sinaliza elementos norteadores da construção de conexões organizacionais entre os pontos da rede. As percepções dos gestores e o conhecimento de alguns aspectos da realidade organizacional das Entidades Executoras (intitulação das ongs integrantes do Consórcio Social) são importantes no sentido de propiciar indicadores de retroalimentação às dinamicidades do tecido social do Consórcio.

Foram entrevistados 17 gestores das organizações que atuam na área de educação profissional de jovens e que integraram a rede do Consórcio de ongs em Fortaleza/Região Metropolitana no ano de 2005.

Em relação à função gerencial planejamento estratégico, 10 instituições responderam que adotam essa prática.

Tabela 1 – Aplicação do Planejamento Estratégico na Gestão da ONG

Realiza Planejamento Estratégico Institucional	Quant.
Sim, com a participação dos públicos usuários e provedor	05
Sim, com a participação somente do público usuário.	03
Sim, com a participação somente do público provedor.	02
Não possui planejamento estratégico institucional	06
Não respondeu	01

Fonte: Elaborada pelo pesquisador a partir da pesquisa de campo

Roesch (2002) comenta sobre o respeito às práticas gerenciais próprias das ongs. O fato de uma ong não possuir um plano estratégico institucional não significa que a mesma seja incompetente na ação social que desenvolve. Com certeza, o planejamento é um instrumental que quando adequadamente e conscientemente aplicado, de forma participativa, traz aportes importantes para o desenvolvimento institucional. O que tem que se respeitar são as práticas de senso comum referentes ao planejamento das ongs que não são reconhecidas pelos cientistas da área. O acesso de conhecimento da prática do planejamento institucional é restrito. Os recursos são escassos.

No tocante ao reconhecimento do Estado das ações públicas desenvolvidas pelas ongs, a visão dos gestores denota uma percepção crítica e preocupante. Oito gestores afirmaram que as ongs são reconhecidas pelas suas ações, mas a burocracia estatal dificulta a realização de convênios, com o agravamento desta análise, pois mais de 50% dos gestores afirmaram que é necessária uma articulação com políticos para se acessar recursos. As exigibilidades burocráticas para a efetivação de convênios na execução de algumas políticas sociais constituem-se verdadeiras barreiras a serem superadas

pelas ongs. O Estado patrimonialista determina um ritmo de formulação de parcerias que delinea um controle meramente instrumental das efetividades das políticas desenvolvidas. A situação é a seguinte: o mercado controla o Estado, que determina as condições de operação de algumas instâncias da sociedade civil institucionalizada, pois detém o poder de ter os recursos. O *advocacy* é um instrumento de articulação interinstitucional utilizado pelas ongs para conquistar direitos moralmente estabelecidos, mas de fato ocultados. O jogo de poder passa a ser uma práxis dentro da dinâmica social. O caráter reivindicativo das ongs nos tempos do pós-neoliberalismo faz-se necessário diante de um cenário complexo de afirmação política destas em nosso país.

Tabela 2 – Avaliação sobre o reconhecimento do Estado das ações públicas desenvolvidas pelas ONGs

Avaliação dos gestores sociais	Respostas
As ongs são reconhecidas pelas suas ações, mas a burocracia estatal dificulta a realização de convênios.	08
As relações com o Estado são políticas e personalísticas	08
A única forma de parceria se dá através de editais de concursos e licitações	03
As subvenções sociais constituem mecanismos de controle social do Estado sobre as ongs	01
É necessária uma articulação com políticos para se acessar recursos públicos e efetivar uma aproximação com o governo	09
O Estado disponibiliza percursos éticos e transparentes para realizar parcerias com as ongs	03

Fonte: Elaborada pelo pesquisador a partir da pesquisa de campo

Em relação à análise sobre a participação do Estado na execução de políticas públicas sociais em parceria com as

ongs, 8 gestores afirmaram que o Estado passa a ser um comprador de serviços, logo, o mesmo pode ser considerado um cliente. Dos gestores entrevistados 65% afirmaram que após a execução dos projetos sociais e finalizações dos convênios, o Estado abandona a causa social. São dados preocupantes, pois a gestão social passa a ser exercida dentro de um escopo de efetividade muito limitada.

Tabela 3 - Análise dos gestores sociais sobre a participação do Estado na execução de políticas públicas sociais em parceria com as ongs

Análise dos gestores sociais	Considerações
Há uma gestão compartilhada	02
O Estado passa a ser um comprador de serviços, logo, o mesmo pode ser considerado cliente das ongs	08
As ongs participam da formulação das políticas que executam e possuem boas margens de negociação na realização dos convênios	03
Após a execução dos projetos sociais e finalizações dos convênios o Estado abandona a causa social	11
Os indicadores de impacto social são concebidos em conjunto com a estrutura governamental competente	00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo

O quadro abaixo delinea uma estrutura de análise de narrativas que contemplam elementos sinalizadores sobre problemáticas inerentes ao escopo da gestão sócio-organizacional dos espaços institucionalizados das ONGs do Consórcio Social:

Quadro 1 - Mapa de Análise de narrativas dos gestores sociais.

Narrativas em relação à pergunta: Os integrantes da ONG têm a consciência de seu papel social e de que estão executando uma política pública não-estatal institucionalizada?
<p>Idéias Centrais Norteadoras</p> <p>“Sim. Alguns dos educadores foram ex-meninos de rua ou estiveram envolvidos com a lei ou simplesmente veio da comunidade carente e teve no MNMMR uma nova opção de vida e deseja o mesmo para outros meninos e meninas” gestora da ONG A</p> <p>“Sim. Buscamos sempre que possível, capacitar os nossos integrantes, pois como são da comunidade, nunca haviam conhecido uma entidade como a nossa. Hoje eles tem mais clareza” gestora da ONG B.</p> <p>“Não. Nem todos tem. Precisam ter mais conhecimento, domínio” gestor da ONG C.</p> <p>“Sim. Há um longo debate na instituição sobre assumir um papel social. Temos cuidado com o proselitismo público [...] Há uma cultura paternalista ainda, em nosso bairro há famílias vindas do interior, pessoas dependentes dos políticos” gestor da ONG D.</p> <p>“Sim. Todos têm consciência da importância de seu trabalho, pois todos já atuam em movimentos sociais há muitos anos. E essa discussão do papel do Estado está sempre em pauta nas nossas reuniões e debates”. Gestor da ONG E.</p> <p>“Sim. A atual direção costuma exigir uma compreensão política sobre os desafios da realidade”. Gestor da ONG F</p> <p>“Sim. Os que trabalham na entidade detêm do conhecimento a missão principal da entidade que é trabalhar com juventude em prevenção a violência”. Gestor da ONG G</p> <p>“Sim. Pois exercemos um papel fundamental na construção da nação, formamos jovens, críticos, conscientes e formadores de opinião”. Gestor da ONG H</p> <p>“Sim. Temos total consciência do nosso papel como entidade do terceiro setor, pois trabalhamos em parceria com a comunidade visando o desenvolvimento da mesma, usando o potencial de seus membros para a mudança da conjuntura social”. Gestor da ONG I</p> <p>“Sim. Em nossas assembleias ou reuniões mensais é repassado coletivamente a importância do seu papel desenvolvido no meio ambiente e na auto-sustentação”. Gestor da ONG J</p> <p>“Não. Somente a diretoria é que tem essa visão, havendo confusão com outra instituição afim”. Gestor da ONG O</p>

Narrativas em relação à pergunta: Os integrantes da ONG têm a consciência de seu papel social e de que estão executando uma política pública não-estatal institucionalizada?

"Não. Implantando". Gestor da ONG P

"Não. porque a diretoria não se integra na busca de recursos, soluções e ainda por terem outras ocupações". Gestor da ONG R

Desconstrução:

pp -O papel de transformação social das ONGs delinea-se de forma paradoxal. Quando há estímulo ao protagonismo social e empoderamento dos usuários, voluntários e colaboradores, balizado por transparência política, consequentemente há participação consciente. O caso das ongs C, O, P e R referem-se à situação na qual a associação comunitária do tipo familiar apresenta centros de poder fazendo com que as opiniões entre seus membros não sejam convergentes. A relação diretiva é paternalista. A ong A apresenta um processo participativo de base.

pp – parecer do pesquisador inspirado pelo referencial teórico

Narrativas em relação à pergunta: Quais as principais dificuldades de gestão enfrentadas ?

Da ONG D

"Falta de planejamento. Não temos recursos suficientes para fazer um bom planejamento. Temos problemas com a Diretoria. Sustentabilidade. Falta de informação da Diretoria sobre os projetos sociais" Gestor da ONG C

"Falta de recursos financeiros para ajuda de custo mínima de alguns monitores. A distância entre Fortaleza e o município em que a entidade está localizada, pois com isso dificulta o acesso para levar profissionais que possam dar palestras" Gestora da ONG B

"Recursos, material humano (principalmente o voluntariado), apoio governamental, infra-estrutura, mobilização social" ONG E

"Falta de segurança com relação à continuidade de trabalho devido à inexistência de autonomia financeira."

A cultura assistencialista impregnada nas comunidades, gerando apatia e acomodação por parte da população.

"Inversão de valores por parte da sociedade atual, que estimula a questão do individualismo, competição, hedonismo". ONG F

"Falta de recursos humanos, didáticos, manutenção do prédio e permanência dos voluntariados". ONG G

"Recursos; material humano (principalmente voluntariado); apoio governamental; infraestrutura; mobilização social;" ONG H

Narrativas em relação à pergunta: Os integrantes da ONG têm a consciência de seu papel social e de que estão executando uma política pública não-estatal institucionalizada?

"Campanha de coleta seletiva direcionada em capital de giro. Capacitação profissional". ONG J

"Burocracia, falta de verbas, corrupção / falta de transparência, falta de políticas públicas". ONG M

"Equipe técnica – gestor, administrativo". ONG N

"Falta de recursos, falta de reconhecimento junto à sociedade, com outra entidade afim". ONG O

"Estrutura física" ONG P

"Equipe técnica". ONG Q

"Falta de recursos, falta de pessoas qualificadas, marketing, captação de recursos". ONG R

Reflexões/Hipertexto:

pp – O que fazer quando uma ong não tem recursos? Uma empresa, pelo menos, tem respaldo jurídico na concordata. Os recursos estão disponíveis hegemonicamente nas mãos do Estado ou do capitalista. A cooperação internacional vem diminuindo o aporte de recursos em ongs que atuam no Brasil. A questão é: como democratizar o acesso a recursos públicos a quem desenvolve projetos de inclusão social? Como desconcentrar e distribuir renda? E como também democratizar o conhecimento de acesso a recursos e tecnologias a ongs que realmente precisam? A sociedade civil institucionalizada tem a força da articulação, mas aparentemente encontra-se desarticulada. O que está subentendido quando se aborda a Sustentabilidade das ongs? Como alcançar a eficiência organizacional no caso específico das associações comunitárias de bairro ou ongs de pequeno porte? Qual o papel do Estado? Qual o papel das Universidades? A Universidade ainda forma profissionais para sustentar a elite, o capital!

pp – parecer do pesquisador inspirado pelo referencial teórico

O próximo quadro apresenta uma análise das falas dos sujeitos desta pesquisa referentes à essência da gestão das ongs. As questões formuladas referem-se à influência dos setores público e privado na administração destas entidades.

Quadro 2- Mapa de Análise de narrativas dos gestores sociais.

Narrativas em relação às perguntas:
Idéias Norteadoras. Textos das respostas:
Em sua opinião, existem momentos nos quais a sua instituição funciona como uma empresa?
“(Respostal) Sim. Na cobrança de resultados. Avaliação. (Resposta II) Sim. Não somos uma empresa, porém buscamos aplicar a organização e buscar a excelência em coisas que desenvolvemos. (Resposta III) Não. Somos uma organização comunitária”. (Resposta IV) Não. “Somos uma ONG pequena e de poucos recursos, não podemos nos comparar a uma empresa”. (resposta V) Sim. (Resposta VI) Sim. “No momento em que se refere a oportunidade no trabalho em relação a projetos”. (Resposta VII) Não. “Somos uma ONG pequena e de poucos recursos, não podemos nos comparar a uma empresa. Ex: Não temos ninguém de carteira assinada”. (Resposta VIII) Não sabe. A própria organização de uma empresa não caberia no mundo em que esta ONG é conduzida” (Resposta IX) Sim. “Porque as pessoas que nele desenvolve os trabalhos devem cumprir alguns critérios. Ex: hora de chegar e o que fazer, e hora de sair”. (resposta X) Sim. (resposta XI) Sim. “na cobrança pessoal de envolvimento e motivação permanente”. (Resposta XII) Não. (Resposta XIII) Sim. “o vender produto para sustentabilidade”. (Resposta XIV) Não. “Está sendo trabalhado ONG”. (Resposta XV) Sim. “dia-a-dia”. (Resposta XVI) Sim. “principal, na hora de recolher os impostos...”.
Em sua opinião, existem momentos nos quais a sua instituição funciona como órgão público?
“(Resposta I) Não. Trabalhamos para que não seja assim. “(RespostalI) Não. Porque somos práticos e sem a burocracia estatal que emperra os processos. (Resposta III). Não. Não somos adeptos da burocracia estatal. (Resposta IV) Sim. “Porque muitas vezes fazemos o papel do Estado. Quando desenvolvemos políticas que são da obrigação do Estado. (Resposta V) Sim. (Resposta VI) Sim. “Quando se faz necessário um atendimento aberto ao público”. (Resposta VII) Sim. “Porque o estado falha e sem perceber exercemos o seu papel”. (Resposta VIII) Não sabe. Porque sabemos que o Estado não tem capacidade de atender aos anseios da sociedade e comunidades em geral: Nosso papel é exatamente o de contribuir para melhoria dos serviços prestados pelo Estado”. (Resposta IX) Não. “Somos conscientes que não devemos assumir papel de instituição, pois somos uma organização com decisões democráticas”. (Resposta X) Sim. (Resposta XI) Não. (Resposta XII) Sim. “na visão da

comunidade". (Resposta XIII) Não. (Resposta XIV) Não. (Resposta XV) Sim. "Dia-a-dia". (Resposta XVI) Não.

Em sua opinião, a instituição adota uma prática de gestão plenamente social, sem burocracias, buscando o consenso de idéias e a participação de seus colaboradores voluntários e contratados e/ou prestadores de serviços, voltada para a cidadania e o pleno atendimento das expectativas de seu público-alvo?

"(Resposta I) Sim. Pela própria forma como a gente resolve problemas do dia-a-dia". (Resposta III) Sim. "Somos simples e visamos a melhoria das condições de vida da nossa comunidade". (Resposta IV) Sim. (Resposta V) "Não". (Resposta VI) "Sim. Apesar de estarmos numa diretoria ditatorial os coordenadores se empenham de fazer uma participação social plana e compartilhada". (Resposta VII) Sim. "tentamos ser o mais simples e rápido na decisão". (Resposta VIII) Não. "o gerenciamento dos recursos deve ser de autonomia de quem está executando a atividade, pois são as executoras que sabem como e quanto se gasta para benefício comunitário, acho que deveria ter uma fiscalização no gerenciamento desse recurso". (Resposta IX) Não. "Um pouco social e um pouco produtiva". (Resposta X) Sim. (Resposta XI) Sim. (Resposta XII) Sim. (Resposta XIII) Sim. (Resposta XIV) Sim. (Resposta XV) Sim. "Escola". (Resposta XVI) Não. "Existe a prática de gestão social, mas também a empresarial, pois esta presta serviços o que gera burocracia".

Desconstrução: (pp)

pp – Os discursos acima demonstram um pólo de contradições. Uma delas refere-se a princípios universais da administração. A aplicação de funções gerenciais numa perspectiva fluida, com foco na praticidade, mas com sustentação em valores humanos não descaracteriza algumas especificidades da gestão social e cidadã. A questão problema está interligada à lógica e ao processo ideológico. Quando um respondente comenta que aplica conhecimentos da gestão privada, acredita-se que o não dito sinaliza que na percepção do interlocutor o conhecimento da administração é apropriado pelas empresas. Numa sociedade organizacional informacional e diversa, o conhecimento é difuso. O que não se pode admitir, por questões de princípios, é que se perca a identidade social das ongs ao se apropriar de algumas práticas gerenciais do mercado e/ou públicas, principalmente aquelas ideologicamente voltadas para o lucro e a exploração. Entendendo que a gestão é um processo, o desafio está posto: quais modelagens de gestão organizacional contemplam as variáveis sociais, políticas e culturais das ongs?

pp – parecer do pesquisador inspirado pelo referencial teórico

Finalizando a análise da presente pesquisa, a tabela abaixo apresenta as considerações dos gestores sobre aspectos institucionais e originais das ONGs ainda presentes nas realidades organizacionais investigadas e que possuem influência direta no estilo da gestão dessas instituições:

Tabela 4 - Aspectos do Caráter Institucional – Original das ONGs do Consórcio Social Investigadas

Aspectos do Caráter Institucional – Original das ONGs do Consórcio Social Investigadas	Referências
Há orientação religiosa.	01
Existem idéias desenvolvimentistas, baseadas no modelo de desenvolvimento preconizado pela cooperação internacional.	09
Há voluntariado.	07
Existe informalidade da ação.	02
Há independência em relação ao estado e ao mercado.	04
Existem igualdade e participação democrática na gestão	13
Há caráter reivindicativo e denunciador	10

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir da pesquisa de campo

As evidências indicam a preponderância de três aspectos do caráter institucional original das ongs, de acordo com a referência dos gestores pesquisados: **Existem ideias desenvolvimentistas (nove referências)**, baseadas no modelo de desenvolvimento preconizado pela cooperação internacional; **Existem igualdade e participação democrática (treze referências)** na gestão e **Há caráter reivindicativo e denunciador (dez referências)**. Para Diniz e Mattos (2002), as **ideias desenvolvimentistas das ongs** eram baseadas no modelo de desenvolvimento preconizado pela cooperação internacional. Consistia na crença na transformação social ou no desenvol-

vimento transformador como instrumento de mudança social. Para os autores, a **igualdade e a participação democrática na gestão dos processos administrativos se davam** com ampla participação dos *stakeholders*, doadores, sócios, militantes e funcionários nos processos de tomada de decisão, na administração da organização e na implantação dos programas. Já o **caráter reivindicativo e denunciador das ongs eram** caracterizados por uma postura crítica e propositiva em relação às políticas públicas e à ação governamental.

Considerações Finais

A presente pesquisa objetivou analisar a gestão organizacional de um grupo de ongs que atuam na área de desenvolvimento social na periferia da cidade de Fortaleza, identificando elementos que a caracterizam, suas dinamicidades e conflitos institucionais. Percebeu-se um processo de instrumentalização das mesmas, apesar da presença da informalidade da ação nos processos gerenciais. As ongs cívicas quando mobilizam a população por meio de lutas sociais, por direitos sociais, ações estas orientadas pelas contradições de classe, atuam na perspectiva desencadeadora da ação do governo. A questão é como a sociedade civil ter relativa centralidade diante da hegemonia burguesa no âmbito estatal, no mercado e na esfera da produção? Compreende-se que a sociedade civil constitui-se em espaço privilegiado das lutas de classe e sociais pela hegemonia.

É importante ressaltar que o poder articulador e inovador da área social demanda um olhar ressignificado da Administração diante do preocupante nível de pobreza e exclusão social em nosso país. As áreas sociais adquiriram impor-

tância apenas nos últimos anos e ainda não se formou realmente uma interpretação científica correspondente. Os paradigmas de gestão herdados têm sólidas raízes instrumentais: taylorismo, fordismo, toyotismo, *just-in-time* etc. Como é que se faz inclusão social em cadeia de montagem? Como se atinge 180 milhões de habitantes a partir de uma cadeia de comando central se as áreas sociais são necessariamente capilares? A gestão social é uma área grande e complexa em termos econômicos, políticos e sociais, cujos paradigmas estão por ser definidos e com pontos de referência organizacionais ainda em elaboração.

As ongs precisam gerenciar a área social de forma descentralizada e intensamente participativa, estruturando uma visão comunitária e gerando capital social. A realidade analisada mostrou desafios institucionais como a Sustentabilidade e práticas antagônicas de emancipação/centralização nas ambiências das ongs investigadas. As instituições pesquisadas, em momentos específicos, estavam sendo usurpadas por arquétipos de intervenção estatal. A substantividade inerente ao caráter institucional-original das mesmas e a formação social de seus integrantes, provenientes da base comunitária e com vivências de lutas sociais, impedem engessamentos processuais.

O presente estudo teórico-empírico propiciou reflexões propositivas e um debate construtivo. A gestão democrática das ongs dependerá dos valores e da sua ética, bem como do nível de sua autonomização e da existência de direitos efetivos no marco legal. Como a gestão dos espaços institucionais das ongs se dá geralmente por meio de redes e do provimento de parceiros, exceto nos casos de autossustentação relativa, a ges-

tão tende a ser dicotômica e circunstancial. Mas com a sociedade civil assumindo um lugar de centralidade, com mediações dialógicas, a gestão das ongs poderá sair do campo utópico para o campo mórfico da práxis social.

Referências

ARMANI, Domingos. Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras. Disponível em <<http://www.abong.org.br>> Acesso em: 10 de abr. de 2005.

_____. Sustentabilidade: Desafio Democrático In FIEGE, Hans-Jürgen. *Ongs no Brasil – Perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, Mariângela Franco. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.

DINIZ, João Helder A. S.; MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. *Organizações não governamentais e gestão estratégica: desfiguração de seu caráter institucional-original?* In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, XXVI, 2002, Salvador-BA, *Anais...* Salvador: 2002, 1 CD-ROM.

DRUCKER, P. F. *Administração de organizações sem fins lucrativos – princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UNB, 2001.

FIEGE, Hans-Jürgen. *Ongs no Brasil – Perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *O protagonismo da sociedade civil - movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Makron Books, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1985.

LANDIM, Leilah; SCALON, M. C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil* – uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs, In: HADDAD, Sérgio (org.) *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

_____. As ONGs são Terceiro Setor? In: FIEGE, Hans-Jürgen. *ONGs no Brasil* – Perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

MESTRINER, Maria Luiza, *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PATERNOSTRO MELO, Vanessa. *Terceiro setor e interorganizações: uma análise crítica a partir da realidade baiana*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Administração, Salvador, 2002.

ROCHA, Mariella Gondim; PESSOA, Geórgia Patrício. Aspectos Jurídicos das ONGs. In: FIEGE, Hans-Jürgen. *Ongs no Brasil* – Perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

ROESCH, Sylvia. *Gestão de ONGs – Rumo a uma Agenda de Pesquisas que Contemple a sua Diversidade*. In: Encontro Anual da

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração –ENANPAD, XXVI,2002, Salvador-BA, *Anais...* Salvador: 2002, 1 CD-ROM.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs Latino-americanas Construindo Redes Cidadãs. In: *Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. 2nd ed. San Francisco: Jossey-Bass,1992.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. *A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade*. In: DAGNINO, Evelina (organizadora). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Flexibilidade Organizacional: mito ou realidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Tem Razão a Administração: Ensaio de Teoria Organizacional e Gestão Social*. Ijuí: Unijuí, 2002.

TEODOSIO, Armindo dos Santos de Sousa; BATISTA, Cristina Abranches Mota; GIVISIÉZ, Lucas José Villas Boas. *Gestão Inclusiva*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2003.

THERBORN, Göran. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo II- Que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn (org). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TOLEDO NEDER, Ricardo. *As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil*. Disponível em <<http://www.tce.sc.gov.br/biblioteca/artigos/ongs.html>>. Acesso em: 15 de abr.2005.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 2 **Combatendo a macrocefalia econômica do setor turístico brasileiro: uma proposta inclusiva de turismo sustentável e conservacionista no sertão do Ceará**

**Antonio Lucas Souto Mendes, Francisco Antonio Barbosa Vidal,
Roseilda Nunes Moreira, Sílvia Pires Bastos Costa**

“Louvado sejas, meu Senhor,
pela nossa irmã, a mãe Terra,
que nos sustenta e governa,
produz frutos diversos,
flores e ervas.”
Francisco de Assis

Resumo

As novas práticas do fazer turismo na contemporaneidade têm por desafio-chave entender a inter-relação homem e natureza no eixo biofílico de uma existência planetária, que harmonize a interação entre seres vivos em ecossistemas naturais. O processo de identificação do escopo de estudo, bem como, do objeto de investigação desta pesquisa, descortinou-se a partir de entrevistas semiestruturadas com o Presidente da Associação de Preservação da Natureza e da Cultura de

Canindé (APRENAC), cidade do Sertão cearense e alguns moradores da localidade Cachoeira dos Alves na região investigada de Serra Redonda, bem como a conjuntura do macrocefalismo do turismo brasileiro que privilegia capitais e regiões metropolitanas em detrimento de áreas potenciais mas com baixo índice de desenvolvimento humano. Para uma compreensão maior do cenário, foram aplicados questionários estruturados abertos com os autóctones para obtenção de dados atinentes ao seu cotidiano e relação com o meio natural. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho seguiu os princípios de cunho bibliográfico, documental e exploratório e foi balizada por fundamentos teóricos à luz do pensamento de autores de áreas do conhecimento relacionando ao tema da pesquisa e pela Lei que erigiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985/2000. As informações coletadas ocasionaram no pesquisador inquietação e desejo de levar ao conhecimento da comunidade canindeense a importância de ser criada uma Unidade de Conservação para a região denominada Serra Redonda, onde seja preservada a configuração de fauna, flora, nascentes de água, solo e dos demais elementos bióticos e abióticos que compõem aquele ecossistema, os quais se encontram ameaçados por forças internas e externas. No processo de proteção desse habitat devem ser igualmente contempladas as comunidades nativas, assim como as populações silvestres necessitam de políticas públicas que as amparem. A análise qualitativa aponta para a possibilidade de tornar a Serra Redonda um espaço de preservação da natureza e visitação turística que contemple o segmento Ecoturismo, delineando-se a proposta de intervenção, avaliando as condições atuais do atrativo natural e de torná-la um destino

turístico alternativo ao turismo religioso já consolidado nesta urbe. Identificando, no processo, possíveis impactos à rotina da comunidade autóctone, após a intervenção do Estado e do Trade Turístico. Os impactos, em linhas gerais, se apresentam benéficos, pois o SNUC tem somado êxitos no âmbito da ecologia e fomento da economia nos locais em que vêm se estabelecendo.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Ecoturismo. Comunidade Tradicional. Serra Redonda.

Abstract

The new practices have sightseeing in contemporary main challenge for understanding the inter-relationship between man and nature in ecological axis of a planetary existence harmonize the interaction between living things in natural ecosystems. The process of identifying the scope of the study as well as the research object of this research is gospel was ushered from semi-structured interviews with the President of Nature and Culture Preservation Association of Canindé (APRENAC) and some local residents of Cachoeira do Alves. For a greater understanding of the scenario were administered structured questionnaires with open native to obtain data related to their daily life and relationship with the natural environment. The methodology used for development work followed the principles of nature bibliographic and documentary, in which it is grounded in the light of theorists from various areas of knowledge, especially of the Act that erected of the National System of Units of Conservation (SNUC), Law 9.985/2000. The information collected led the researcher restlessness and desire to bring to the attention

of the community the importance of being of Canindé created a conservation area for the region called Serra Redonda, which is preserved in the setting of animals, plants, water sources, soil and other biotic and abiotic elements that make up that ecosystem, which are threatened by internal and external forces. In the process of protecting this habitat should also be given indigenous communities, that these wild populations which need public policies that sustain. Qualitative analysis points to the possibility of making the Serra Redonda an area of nature conservation and tourist visitation with the imprint of Ecotourism, outlining the proposed intervention, assessing the current condition of the natural attraction and make it a tourist destination alternative to religious tourism already consolidated in this metropolis. Identifying, in the process, potential impacts to the routine of traditional community after the intervention of the State and the Tourist Trade. The impacts, in general, appear beneficial because the SNUC has added successes in the promotion of economy and ecology in places that have been established.

Keywords: Conservation Units. Ecotourism. Traditional Community. Serra Redonda.

Introdução

A atividade econômica do Turismo converge processualmente e epistemologicamente com a perspectiva do desenvolvimento sustentável com base em premissas e condutas éticas e sustentáveis no âmbito de sua funcionalidade. A inter-relação entre homem e natureza no eixo biofílico de uma existência planetária que harmonize a interação entre seres vivos em ecossistemas naturais é o desafio-chave das novas práticas do fazer turismo na contemporaneidade.

A presente pesquisa contemplou numa perspectiva abdução, o processo de investigação propositivo, a qual identificou potencialidades turísticas e conservacionistas de um atrativo natural nominado Serra Redonda, localizado no município de Canindé, cidade cearense conhecida pela prática do Turismo Religioso. A análise de arcabouço legal e da dialogia entre autores especializados no âmbito do Turismo Sustentável, propiciaram a emergência de uma agenda científica e sócio-política de preservação e usufruto sustentável, na perspectiva do segmento Ecoturismo, de um ecossistema, que necessita ser enquadrado como área de conservação ambiental para continuar a preservar as gerações atuais e futuras, tanto das comunidades humanas, quanto das populações animais e vegetais, ali abrigados.

O processo de identificação do escopo de estudo, bem como, do objeto de investigação da presente pesquisa se deu a partir do contato do pesquisador com o Presidente da Associação de Preservação da Natureza e da Cultura de Canindé (APRENAC) “Seu Joãozinho Caruca”, o que causou a inquietação compartilhada por ambos de tornar pública a causa prospectada, ou seja, levar ao conhecimento da comu-

nidade canindeense a importância de ser criada uma Unidade de Conservação para a região denominada Serra Redonda, onde seja preservada a configuração de fauna, flora, nascentes de água, solo e dos demais elementos bióticos e abióticos que compõem aquele ecossistema.

É manifesta a importância do projeto em preservar também a cultura da comunidade tradicional do entorno que contempla trinta e duas famílias carentes de uma série de insumos. A partir dessa motivação conservacionista, o desafio político é envolvê-las no processo de criação do novo destino turístico, o qual será a Área de Relevante Valor Ecológico da Serra Redonda (ARIE) ou outra área de proteção similar, a depender dos norteamientos a serem delineados a partir de estudos mais acurados.

Com o tema definido, esta pesquisa instiga algumas problematizações como: Qual a importância de transformar a Serra Redonda em espaço de preservação voltado ao turismo? Quais os caminhos legais que são oferecidos para a criação de uma área de preservação? O que os moradores da localidade Cachoeira dos Alves sabem sobre educação e consciência ambiental? Que benefícios a Criação dessa Unidade de Conservação trará à comunidade do entorno da Serra Redonda e para o município de Canindé?

A pesquisa traz como objetivo geral deste trabalho a verificação das possibilidades de tornar a Serra Redonda um espaço de preservação da natureza e visitação turística com o cunho de Ecoturismo, delineando proposta de intervenção, analisando as condições atuais do atrativo natural de se tornar um destino turístico, identificando possíveis impactos à rotina da comunidade autóctone, após a intervenção do Estado e do *Trade* Turístico.

O presente artigo científico, na instância conceitual,

desenvolveu uma análise crítica e reflexiva sobre os aspectos geológicos, recursos hídricos, biodiversidade, bem-estar social cuja área rural é do município de Canindé-CE, onde se situa a Serra Redonda. O balizamento teórico do presente trabalho de pesquisa deu-se sob égide da revisão de literatura sobre conceitos de espaços preservados com aproveitamento para o turismo, turismo sustentável, processos de conservação de áreas naturais e marco legal, ecoturismo e marketing turístico.

Para iniciar a exposição do estudo se fez necessário conhecer e evidenciar aspectos do ambiente socioeconômico e geográfico do município de Canindé. Há aportes do campo empírico, através de estruturação de estudo de caso, contemplando aspectos propositivos de transformação do atrativo natural Serra Redonda em destino turístico de forma sustentável. A conclusiva do trabalho de investigação contemplou aspectos relacionados ao desafio político de se praticar o turismo sustentável no município de Canindé, bem como, o de disseminar a Cultura da Sustentabilidade Ambiental, potencializando o desenvolvimento socioeconômico da região, diversificando atrativos na vertente natural e ecossistêmica.

Turismo e Desenvolvimento Sustentável

O *World Traveland Tourism Council* (WTTC) afirma que o turismo é responsável por 10% dos postos de trabalho gerados por sua demanda em todo o mundo. O setor turístico também contribui para o Produto Interno Bruto (PIB), movimentando vários setores de produção, mas a possibilidade de criação de empregos é a maior marca do Turismo, por sua vez o crescimento do PIB tem estreita relação com

geração de emprego. (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002).

Mas o turismo não traz somente aspectos positivos, para DIAS (2008) o incremento da atividade turística é motivo de preocupação para os ambientalistas principalmente com relação aos impactos ambientais negativos a que estão sujeitas as áreas exploradas para práticas turísticas. Uma forma de impedir malefícios irreversíveis às atrações naturais e comunidades locais é o prévio planejamento turístico sustentável, o que acarretaria inclusive a otimização dos benefícios do desenvolvimento turístico. (RUSCHAMNN, 1997).

Sustentabilidade tem a ver com continuidade, durabilidade, algo que se sustenta por muito tempo. A partir de 1960, a comunidade internacional começou a se preocupar em dar limites ao desenvolvimento econômico com relação à degradação dos recursos naturais e ao consumo excessivo, comportamento típico da sociedade à época, **como da contemporânea**. O Crescimento econômico em si não é garantia de qualidade de vida. É consenso que a industrialização tem provocado danos ambientais e esgotamento de recursos não renováveis. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, grifo nosso).

A boa nova é que o turismo de produção de massa ou estandardizado está dando lugar a novas formas de fazer turismo. O capitalismo agora persegue a qualidade, personalização dos produtos e ainda adere às ideias de sustentabilidade social e ambiental. Esse padrão de qualidade e diferenciação forçam os empresários a abrirem espaço para projetos rústicos como o turismo rural, o sertanejo, o de natureza, em áreas indígenas, o de favelas, o ecoturismo e outros. Esse movi-

mento é chamado turismo alternativo, de inclusão ou solidário. (CORIOLANO, 2006).

A necessidade do desenvolvimento sustentável também deve abarcar as populações humanas. A desigualdade social é agente de desequilíbrio ecológico, tanto a pobreza extrema como o acúmulo de riquezas aceleram a destruição da biosfera. Para combater esse problema é premente a distribuição de renda no âmbito de todo o planeta. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). Uma definição acatada pelas Nações Unidas para desenvolvimento sustentável foi gerada pelo relatório *Brundtland*¹, em 1984:

Desenvolvimento sustentável é a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 18).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com esse relatório critica o modelo de produção e consumos vigentes, os quais não avaliam a capacidade de suporte dos ecossistemas. Alerta ainda para a necessidade de manutenção dos recursos naturais para que as atuais e futuras gerações possam usufruir de suas benesses. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007). A Organização Mun-

¹ Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” em inglês Our Common Future foi apresentado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a proposta do desenvolvimento sustentável para planeta, no qual seja contemplados simultaneamente o social e o ambiental. A primeira-ministra da Noruega, GroHarlemBrundtland, chefiou a Comissão responsável pelo relatório, daí a referência do relatório a seu nome.

dial de Turismo (OMT) entende o desenvolvimento sustentável como um processo contínuo, que requer monitoramento constante com ações preventivas e corretivas que garantirão o correto manejo dos recursos. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Reinaldo Dias, em seu livro *Turismo Sustentável e Meio Ambiente* elenca os princípios do turismo sustentável, a seguir descritos, identificados inicialmente pelo grupo Força-Tarefa de Turismo e Meio Ambiente (*Tourism and Environment Task Force*).

Quadro 1 - Princípios do Turismo Sustentável

1. O meio ambiente tem valor intrínseco que é mais importante que seu valor como atrativo turístico. O usufruto do meio ambiente por gerações futuras e sua sobrevivência a longo prazo não podem ser prejudicados por deliberações de curto prazo;
2. O turismo deve ser reconhecido como uma atividade positiva com potencial para beneficiar a comunidade e a própria atração e seus visitantes;
3. O relacionamento entre turismo e meio ambiente deve ser gerenciado de forma que o meio ambiente seja sustentável a longo prazo. Não se pode permitir que o turismo desperdice recursos, impeça que esses recursos sejam desfrutados no futuro ou gere impactos inaceitáveis;
4. As atividades e os avanços turísticos devem respeitar o tamanho, natureza e a personalidade do lugar do qual estão fazendo parte;
5. Necessário buscar harmonia entre as necessidades dos visitantes, do lugar e da comunidade local;
6. Em um mundo dinâmico, algumas mudanças são inevitáveis e a mudança em geral pode ser benéfica. A adaptação à mudança, entretanto, não deve sacrificar nem um desses princípios;
7. A Indústria do turismo, os órgãos locais e as organizações ambientais, todos têm o dever de respeitar esses princípios e de trabalhar em conjunto para que eles se tornem efetivos.

Fonte: Dias (2008, p. 67-68)

Esses princípios servem de base filosófica para a construção de um plano de turismo sustentável de execução pelos agentes de turismo, poder público e terceiros setores no momento que empreendem em atividades voltadas para o turismo. A Comissão Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (1987 apud UNESCO, 2005, p. 26) descreve Sustentabilidade como o desenvolvimento que “atende às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades”.

Sustentabilidade Ambiental no Turismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT) conceitua a sustentabilidade na “indústria” do turismo como sendo uma prática:

[...] ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitado a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (FRAGA, 2003, p. 3).

No conceito da OMT, o turismo é fomentador de inclusão socioeconômica, interpreta o meio ambiente como área de socialização, tudo em concordância com a manutenção da integridade ambiental, muitas vezes frágil. O desenvolvimento de um atrativo turístico para ser considerado sustentável deve preservar o modo de vida atual para as próximas gerações. Pode ser analisado em quatro áreas:

Comunidade objeto: Significa definir para quem se destina o desenvolvimento sustentado.

Horizonte de tempo: Significa determinar os objetivos e metas de curto, médio e longos prazos e estabelecer uma agenda.

Dimensões: A sustentabilidade no turismo refere-se ao meio ambiente, à identidade cultural e a qualidade de vida das comunidades receptoras representadas pela prosperidade econômica e pela sensação de bem-estar.

Responsabilidades: Definição dos agentes principais e compartilhamento das responsabilidades. (IGNARRA, 2011, p. 168).

Quando se trata de ecoturismo um item primordial é avaliar a capacidade carga. Os serviços turísticos podem ser ampliados, mas os recursos naturais não. Há muita discussão com relação à aferição da capacidade de carga de um recurso turístico, a qual pode ser mensurada levando em consideração “o número máximo de visitantes por período de tempo em que uma determinada área pode suportar, sem que ocorram alterações nos meios natural e cultural”. (IGNARRA, 2011, p. 169).

A avaliação de Impacto Ambiental começa com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que gera um diagnóstico ambiental, que tem o intuito de identificar, prevenir, medir e interpretar os impactos ambientais. Após o EIA vem o Rima (Relatório de Impacto Ambiental) O Rima avalia o projeto turístico o qual está envolvido o ecossistema até o exame metódico dos impactos ambientais sofridos durante a implementação do empreendimento. (TAVARES JR., 1997 apud DIAS, 2008).

A capacidade de Carga pode ser mensurada por indicadores construídos com base nos fatores físicos, psicológicos,

sociais e econômicos, os quais estão imersos o atrativo turístico. Esses indicadores dependerão de permanente monitoramento dos fluxos turísticos, tomando com base as seguintes características:

Adaptabilidade às características de cada área de conservação e de cada tipo de público.

Confiabilidade nos resultados obtidos.

Aplicabilidade imediata.

Processo sistêmico.

Coleta contínua de informações, com possibilidades de processos cumulativos de dados.

Informações focadas nas questões do manejo dos atrativos. (IGNARRA, 2011, p. 172, grifo nosso).

Os princípios acima citados têm relação com segmentação turística, ou seja, o perfil das pessoas que devem visitar a Unidade de Conservação; O compromisso com a fidelidade dos índices medidos; estudos continuados e revistos e consulta a legislação conexa, quanto ao padrão de uso direto e indireto da atração natural.

Ecoturismo: Interfaces entre Homem e Natureza

O Ecoturismo exige sério compromisso com a natureza que por sua vez se traduz em responsabilidade social. A *Ecotourism Society* oferece uma definição elaborada para o seguimento: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. (LINDBERG; HAWKINS, 2005, p. 17).

Para os autores Lindberg e Hawkins (2005, p. 18):

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e desenvolvimento; é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética.

Portanto, esse tipo de turismo é ideal para ser realizado em áreas de conservação.

Quanto à EMBRATUR (1994, p. 16) o Ecoturismo é entendido da seguinte forma:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Natureza e humanidade são o mote central do ecoturismo, ou melhor, promover o equilíbrio dos seres humanos entre si e com a natureza, a fim de evitar o esgotamento dos recursos naturais e culturais, como ainda socializá-los equitativamente com as comunidades residentes nos locais onde se realização as práticas turísticas. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O Ecoturismo também é uma atividade lucrativa. Países com natureza abundante, mas com agricultura falida e sem *commodities* para exportar têm no Ecoturismo fonte de emprego da mão-de-obra regional. O Quênia lucra aproximadamente 500 milhões de dólares anualmente com turismo. Essa renda é gerada dentro de áreas protegidas da África oriental, atualmente é a sua maior fonte de renda. (LINDBERG; HAWKINS, 2005).

Para legitimar práticas turísticas em áreas de preservação é preciso que “se compreende o Ecoturismo, como uma

atividade que se materializa pela interação e experienciado do ambiente de forma sustentável.” (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15). No ecoturismo a infraestrutura deve ser mínima a fim de evitar descaracterização e degradação do meio ambiente. Estando esse tipo de turismo se desenvolvendo em Unidades de Conservação (UCs), o cuidado deve ser maior no sentido de não se fazer equipamentos gigantescos e de minorar o número de turistas, pois se tratam de estruturas ambientais especialmente frágeis. (CRUZ, 2003).

O turismo de massa jamais seria compatível com a sustentabilidade de uma Unidade de Conservação. O ecoturismo se desenvolve nos ecossistemas naturais, enquanto do turismo de massa deve se restringir aos centros urbanos, desde que devidamente planejados para receber a demanda. (CRUZ, 2003). Para que uma Unidade de Conservação (UC) receba ecoturistas é indispensável à elaboração do plano de manejo pelo Conselho Gestores da UC. Esse plano preestabelece os objetivos gerais da UC, o zoneamento da área, normas de uso, monitoramento e avaliação. Todos os atores do turismo devem estar envolvidos na elaboração do plano de manejo, a comunidade originária, operadoras de turismo, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Poder Públicos e cientistas de várias áreas. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O Conselho Gestor da UC deve elaborar um Plano Estratégico para ser aplicado em alguns anos. Esse plano deve definir a missão, visão, valores, principais objetivos do grupo para com a Unidade de Conservação e encaminhar a elaboração do plano de manejo da região-alvo. (ASSOCIAÇÃO CAATINGA, 2007).

Em ambientes ecologicamente frágeis, como a Serra Redonda, que tem comunidade receptora de hábitos simples, o número de visitantes e o tempo de visitação devem ser sempre pequenos para não saturar o ecossistema.

Segundo a pesquisa literária de Wearing e Neil (2001 apud DIAS, 2008, p. 116) o perfil do ecoturista se caracteriza por aquele que costuma ter “uma renda maior do que a média e trabalhar majoritariamente no setor terciário, além de se dividirem igualmente entre homens e mulheres”.

Boo (1990 apud DIAS, 2008, p. 109), o ecoturista não é exclusivamente “um cientista, um artista ou um filósofo profissional”. Importa realmente que a pessoa que pratique o ecoturismo tenha o privilégio de emergir na natureza de maneira diferente do que costuma viver na vida urbana habitual. Esse ser humano adquirir  com o passar do tempo consciência ambiental e cultural e se envolverá verdadeiramente com causas conservacionistas.

Algumas diretrizes devem ser adotadas pelos ecoturistas durante as práticas conexas   atividade. Essas diretrizes visam minimizar impactos de caminhadas, acampamentos e prover o viajante de senso de responsabilidade ambiental, social e econômica. (LINDBERG; HAWKINS, 2005).

American Society of Travel (ASTA) elaborou dez mandamentos para ajudar no processo de educa o dos ecoturistas, a seguir descritos.

Quadro 2 - 10 Mandamentos do Turista

1. Respeite a fragilidade da Terra. (...);
2. Deixe apenas pegadas. (...);
3. Para tornar sua viagem mais significativa, eduque-se sobre a geografia, os costumes, as maneiras e culturas da região que você está visitando. (...);
4. Respeite a privacidade e a dignidade dos outros. (...);
5. Não compre produtos fabricados a partir de plantas e animais em extinção, como marfim, casco de tartaruga, peles de animais e penas. (...);
6. Siga sempre as trilhas indicadas. (...);
7. Conheça e apoie programas voltados à conservação (...);
8. Sempre que possível, caminhe ou utilize métodos de transporte compatíveis com o ambiente. (...);
9. Prestigie aqueles (hotéis, companhias aéreas, resorts, empresas de cruzeiros, operadoras turísticas e fornecedores) que apostem em economia de energia e conservação ambiental, qualidade do ar e da água; reciclagem (...);
10. Peça a seu agente de viagem que identifique aquelas organizações que assinam as diretrizes ambientais da associação para o transporte aéreo, terrestre e marítimo (...).

Fonte: Goeldneret; Ritchie e McIntosh (2002, p. 368).

Os mandamentos ou diretrizes destinadas ao ecoturista incentivam à sustentabilidade das áreas de proteção; destacam práticas de correto manejo das UCs por parte dos turistas; apontam para valorização das populações originárias e sua cultura; coíbem o tráfico de espécies animais e vegetais, dentre outras. Entre as maiores determinações estão: não depredar ecossistemas; não perturbar animais, não poluir e sensibilizar outros que também não o façam; como também, proliferar os princípios conservacionistas, inclusive entre os que compõem o *trade*.

Unidades de Conservação e Marco Legal

Unidades de Conservações (UCs) são áreas que apresentam características peculiares e concentram diversidade de populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010). A primeira conquista com relação a um *habitat* oficialmente protegido no Brasil ocorreu em 1934, com a criação da Floresta Nacional de Lorena em São Paulo. Em 1937 foi criado o primeiro parque, o Parque de Itatiaia, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. (REVISTA SISTEMA NACIONAL..., 2011).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225 assegura um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”, cuja preservação ambiental é de responsabilidade do poder público. A partir dessa base constitucional surgiu a implantação e gestão do Sistema de Unidades de Conservação, intitulado de SNUC. A Lei nº 9.985, que criou SNUC foi sancionada em 18 de julho de 2000 e é reconhecidamente um avanço na construção de uma rede de áreas de conservação no país. (BENSUSAN, 2006).

Segundo o art. 22 da Lei do SNUC “as Unidades de Conservação são criadas por ato do Poder Público” sendo necessário um projeto de lei precedido de estudos técnicos que definam a categoria a ser criada. Existem determinadas categorias que exigem consulta pública, a ser realizada em local, dia e hora predeterminada. Nessa reunião da população opinará sobre criação da Unidade de Conservação (UC). (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

É válido ressaltar que há exemplos de Unidade de Con-

servação que foram criadas baseadas em estudos preexistentes, os quais foram realizados por Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas e institutos de pesquisa. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010). O SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos: as de Proteção Integral, em que é permitido o uso indireto dos recursos naturais (o turista pode contemplar a natureza, fazer piquenique, tomar banho, fazer mergulho, trilha, ter aulas de educação ambiental, rapel...); e de Uso Sustentável, cujos recursos naturais podem ser coletados e usados comercialmente ou não.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é categorizado da seguinte forma pelo art. 8º do SNUC: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio da Vida Silvestre. No grupo das Unidades de Uso Sustentável estão as categorias enumeradas pelo art. 14 da Lei do SNUC: I- Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) são idênticas em suas formas de existir, mantêm o propósito de resguardar características naturais extraordinárias, biodiversidade e o bem-estar das populações humanas.

O que difere a ARIE da APA é quanto à ocupação humana, sempre menor ou inexistente e geralmente ARIEs têm áreas de menor extensão. Outra semelhança, a lei prevê, levando-se em consideração os limites constitucionais, que tanto na APA quanto na ARIE podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada

localizada dentro da Unidade de Conservação. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

A qualquer momento, uma UC pode mudar de categoria, como prevê o § 5º do art. 22 da Lei do SNUC:

§5º As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidade do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013).

Observa-se que a área de Uso Sustentável só poderá ser transformada em área de Proteção Permanente por ato da esfera do poder executivo que a elegeu inicialmente, um exemplo hipotético: O prefeito de Canindé que criou a ARIE da Serra Redonda é o mesmo que a transformará em Parque Natural Municipal da Serra Redonda.

Da mesma forma, uma nova lei, de mesmo nível hierárquico, poderá ampliar os limites de preservação de uma Unidade de Conservação, desde que respeitados procedimentos de consulta que identifiquem a localização, a dimensão e os limites adequados para a unidade - § 6º do art. 22 da Lei do SNUC. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013).

As unidades de conservação devem possuir zonas de amortecimento e, quando convierem, corredores ecológicos. As Zonas de Amortecimento são definidas na lei que criou UC, caso não estejam definidas nessa lei, estarão no Plano de Manejo. Os limites das zonas de amortecimento variam de 500 metros a 10 quilômetros. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

O SNUC descreve as Zonas de Amortecimento como importantes para minimizar os impactos negativos sobre as

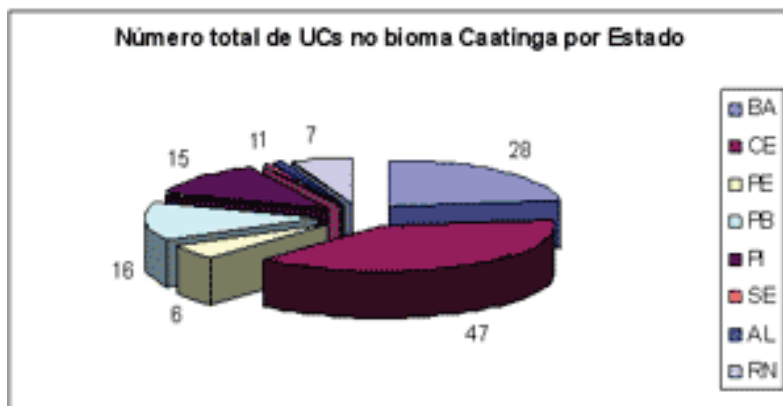
unidades e garantir a continuidade dos processos biológicos relevantes para manutenção da biodiversidade. Quanto aos corredores ecológicos, auxiliam na troca de genes entre áreas protegidas e facilitam a sobrevivência de espécies que precisam de áreas maiores do que aquelas definidas para Unidade de Conservação.

Todas as informações necessárias para Criação de Unidade de Conservação estão acessíveis na Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Também podem ser consultadas publicações, manuais editados pelo Governo Federal que auxiliam na interpretação da citada Lei. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013).

O Centro Nordestino de Informações sobre Plantas da Associação Planta do Nordeste (CNIPPNE) construiu um banco de dados representativos de conservação no Bioma Caatinga nos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte. As informações do CNIPPNE dão conta que das 384 Unidades de Conservação existentes nos estados citados, apenas 146 unidades têm efetiva proteção, e dessas somente 123 estão no semiárido. Levando em consideração a área correspondente a Caatinga é de aproximadamente 85 milhões de hectares, esse bioma conta com apenas 5,7 milhões de hectares protegidos.

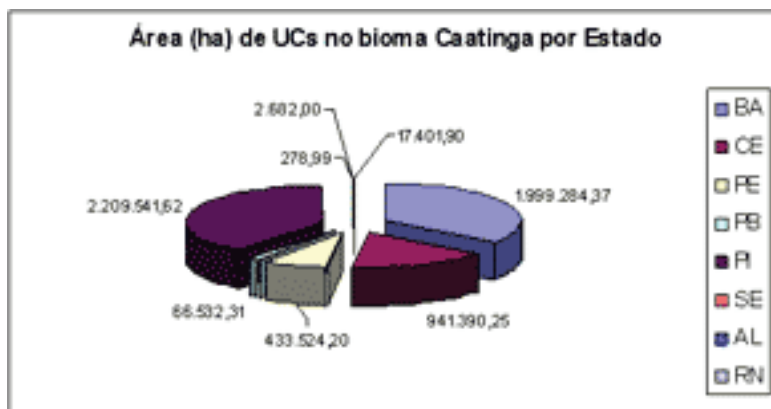
O Ceará é o primeiro em número de UCs, em seguida vem Bahia, Paraíba e Piauí. Os Gráficos 1 e 2 seguintes ilustram essa afirmativa:

Gráfico 1 - Número Total de UCs no Bioma Caatinga - Área (ha) de UCs no Bioma Caatinga por Estado



Fonte: Centro Nordestino... (2013).

Gráfico 2 - Número Total de UCs no Bioma Caatinga - Área (ha) de UCs no Bioma Caatinga por Estado



Fonte: Centro Nordestino... (2013).

Tabela 1 - Número Total de UCs no Bioma Caatinga - Área (ha) de UCs no Bioma Caatinga por Estado

	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Proteção integral	972.261,60	68.168,29	40.692,51	604,53	1.081.726,93
Uso Sustentável	2.824.629,25	1.794.118,11	4.820,00	58.543,81	4.682.111,17
Total	3.796.890,85	1.862.286,40	45.512,51	59.148,34	5.763.838,10

Fonte: Centro Nordeste... (2013).

A Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra de Baturité foi a primeira UC criada no Ceará. O Decreto nº 20.956 de 18 de setembro de 1990, alterado pelo Decreto nº 27.290, de 15/12/2003 reconheceu uma área de 32.690 hectares (trinta e dois mil, seiscentos e noventa hectares), na qual estão situados os municípios Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção, como uma Unidade de Conservação de Uso Direto. (SEMACE, 2013).

A Serra de Baturité se consolidou como um dos mais atraentes destinos turísticos do Estado. Oferece rede hoteleira para todos os gostos e poderes aquisitivos. Os municípios de Guaramiranga e Pacoti têm calendário de eventos turísticos formatados, com destaque para O Festival de Teatro e Jazz de Guaramiranga e a Feira de Negócios e Turismo do Maciço de Baturité (FENETUR) em Pacoti. O Ecoturismo e Turismo de Aventura têm suas representações pelas Caminhadas, Rapel, e Voo livre. (SEMACE, 2013).

Outra Unidade de Conservação bem sucedida está localizada entre as cidades de Crateús no Ceará e Buriti dos

Montes no Piauí, é a Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra das Almas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceram Reserva Natural Serra das Almas (RNSA) como Posto Avançado da Reserva da Biosfera por conter uma porção expressiva da Caatinga, são 6.146 hectares de área protegida. O Ministério do Meio Ambiente a classificou como de alta importância para a conservação.

Esta UC é gerida pela Associação Caatinga desde 28 de outubro de 1998. A inauguração formal da Unidade de Conservação ocorreu em 21 de setembro de 2000. (ASSOCIAÇÃO CAATINGA, 2007).

Ao longo dos anos a Reserva Natural tem demonstrado grandes avanços nas áreas de pesquisa científica, ecoturismo, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, envolvendo para tanto a comunidade do entorno, a qual se favorece economicamente e em qualidade de vida. Para evitar a caça e queimadas nessa UC foram implantadas unidades agrossilvopastoris em duas comunidades e o projeto Apague essa Ideia. (ASSOCIAÇÃO CAATINGA, 2007).

A RNSA possui estrutura para visitação que se traduz ao todo em dois centros de visitantes, com alojamento para 20 pessoas, cozinhas, refeitórios, área de descanso e para exercício ao ar livre, energia solar e convencional, telefone, internet, auditório com capacidade para 30 pessoas, um laboratório, viveiro para produção de mudas, meliponário², cinco trilhas, mirante, etc.

Dentre os muitos desafios da RNSA, o compromisso

² “Meliponário é o nome do local onde ficam as colmeias”. (PROVÁR-ZEA/IBAMA, 2005, p. 16).

com a conservação da biodiversidade a longo prazo esbarra na dificuldade de aumentar a conectividade com outros ambientes naturais menos alterados, a fim de garantir a biodiversidade e fluxo de genes.

Percurso Metodológico

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa seguiu dois princípios norteadores, sendo o primeiro de cunho bibliográfico e documental, nos quais se encontram fundamentados à luz de teóricos como AB'Sáber (2003); Alves Junior (2003); Dias (2008); Silva (2007); Coriolano (2006); Andrade (2006); Bahl (2003), entre outros e as leis correlatas, principalmente as que erigira o SNUC (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013), nas quais a pesquisa foi fundamentada, discutida e analisada.

A segunda vertente foi desenvolvida em forma de uma pesquisa de campo, cuja coleta de dados foi de extrema importância para a análise e desenvolvimento desse trabalho, figurando como sujeitos da pesquisa os moradores situados na área e/ou no entorno do perímetro a ser preservado.

Alguns dos moradores, sujeitos da pesquisa, são dependentes diretos dos recursos advindos da Serra Redonda. Ela tem parte de sua extensão no distrito de Cachoeira dos Alves, área definida para esse estudo. Os critérios relevantes para a escolha dos entrevistados foi o tempo de residência na localidade e sua ligação com a Serra Redonda.

Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram o questionário estruturado aberto e entrevistas semiestruturadas, neles os habitantes da localidade puderam responder as perguntas de acordo com a sua vivência e conhecimento.

Usou-se, como critério de escolha, que os moradores tivessem fixado moradia na área há no mínimo de 20 anos, dessa maneira eles teriam condições de falarem sobre a importância da preservação do atrativo natural. Optou-se pelo desenvolvimento de uma análise qualitativa dos dados, nesse tipo de pesquisa cabe um olhar crítico e reflexivo das informações coletados.

A metodologia caracterizou-se também como observação participante, em que a vivência e convivência do pesquisador com os atores sociais envolvidos no estudo contribuíram na descrição e reflexão dos saberes e processos estudados. Segundo Yin (2001), para uma pesquisa que utiliza como modo de investigação o estudo de caso, cinco componentes são importantes: as questões de estudo; as proposições de estudo; a(s) unidade(s) de análise; a lógica que une os dados às proposições; e os critérios de interpretação das descobertas. A presente pesquisa tem caráter exploratório e será conduzida segundo uma lógica abdutiva, isto é, conexão interativa entre campo empírico e teoria. Conforme sugerido em Charreire e Durieux (2003), isto significa que ao longo de toda a pesquisa procurar-se-á realizar idas e vindas entre a teoria e o campo empírico, visando constantemente se apropriar da complementaridade dos mesmos. O percurso teórico perdurará durante toda a pesquisa, justamente pelo caráter abduutivo da mesma. Isto significa que constantemente voltar-se-á ao referencial teórico para acrescentar novos elementos que emergirão através das informações advindas do campo empírico.

O presente estudo teve como base a pesquisa de natureza qualitativa. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Nas ciências sociais, está voltada para um nível de realidade que não pode ser

quantificado. Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo o objetivo desta pesquisa a busca por um melhor entendimento e visão crítica do processo de transformação de um atrativo natural em unidade de conservação com potencialidade turística, impactando no desenvolvimento sócio-econômico da comunidade autóctone, classifica-se este estudo como uma investigação exploratória, com o emprego da pesquisa de campo. (VERGARA, 2003).

Estudo de caso: transformação do atrativo natural serra redonda em área de conservação e destino turístico

Canindé é um dos 184 municípios do Ceará e está localizado na porção Centro-Norte do Estado. Distante 114 km, em linha reta, da Capital. O município se ergueu em um espaço predominantemente do bioma Caatinga e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial. (IPECE, 2012). Ocupa uma área territorial de 3.218,42 km² e tem população de 74.486 habitantes. (IBGE/CENSO, 2013a). As vias de acesso são BR-020; CE-257; CE-065; CE-456 e CE-341. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010).

A cidade de Canindé é conhecida mundialmente por abrigar a segunda maior peregrinação no mundo, realizada em devoção a São Francisco de Assis, aqui chamado ainda de São Francisco das Chagas (de Canindé). O município só perde em romaria franciscana para cidade de Assis na Itália, local atribuído o nascimento do santo. A visitação gera divisas, não só para Canindé, como para aos demais municípios do Ceará e

até outros Estados do país. (SILVA, 2007).

A origem do topônimo Canindé, segundo dados coletados junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município no ano de 2012, tem relação com o rio homônimo que corta a cidade, onde havia em grande abundância araras negras que habitavam as matas ciliares, essas eram da espécie denominada Canindé.

Para saber o grau de desenvolvimento de uma região, no caso Canindé, a renda per capita ou rendimento per capita é de grande valia. (MANKIW, 2001 apud BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010). O município de Canindé é o que detém a maior renda per capita no Território dos Sertões de Canindé³, a saber, R\$ 3.210,00. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010). O Território dos Sertões de Canindé é composto pelos municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Madalena, Paramoti e Itaira.

Aproximadamente dois milhões de pessoas transitam somente pela área urbana do município durante os festejos alusivos ao santo padroeiro e nos meses subsequentes ao novenário. O evento acontece normalmente no período trinta setembro a quatro de outubro, dia de São Francisco. (GOMES, 2013).

Conforme informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário Território da Cidadania “a base da economia que movimenta o comércio nos Territórios dos Sertões de Canindé vem do turismo religioso, especificamente para o

³ Território de Sertões de Canindé faz parte do Programa do Governo Federal Território da Cidadania. O Programa objetiva promover cidadania e desenvolvendo econômico sustentáveis para os municípios através de Políticas Públicas integradas entre população, Governo Federal, estados e municípios.

município de Canindé e principalmente nos meses de setembro e outubro”. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010, p. 214). Isto se reflete no setor de Serviços, que corresponde a 77,59% do Produto Interno Bruto (PIB) dessa urbe. (IPECE, 2012). Os maiores saldos das atividades econômicas no Território Sertões de Canindé se traduzem pela hotelaria e alimentação, as quais têm ligação direta com a atividade turística na região. Também graças ao turismo houve uma ampliação de postos de trabalho formal. (PINHEIRO, 2011).

A economia no meio rural se baseia na agricultura familiar e artesanato. Uma feira itinerante, a qual visa fomentar o comércio da produção campesina, instala-se de forma improvisada nas sedes dos municípios do Território dos Sertões de Canindé. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010). Na cidade de Canindé a feira acontece às quartas-feiras, na chamada Praça Azul. Nela são oferecidos artigos *in natura* como frutas, legumes e grãos, artesanatos, também merendas e cafés, todos produzidos por famílias rurais dos seis municípios. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010). A feira se tornou uma alternativa que aquece o intercâmbio financeiro entre sede e zona rural.

Os romeiros, peregrinos ou turistas religiosos buscam inicialmente (em tese) conhecer ou revisitar os atrativos religiosos, como por exemplo, a Basílica, a Praça Nova Assis, o Zoológico, o Museu, a estátua de São Francisco, e outros. Entretanto eles procuram também manifestações culturais, lazer (festas de forró), ou seja, exercer o consumo, principalmente nesta ocasião, de lazer. (CORIOLANO, 2006). Andrade (2006), também entende, que as motivações religiosas são extrapoladas durante a visitação aos lugares sagrados.

Para ele, são tantas as relações externas travadas durante a realização do turismo religioso que superam os cultos e templos. Para atender os turistas, na figura dos romeiros e cruzados, os próprios religiosos do passado empreenderam em equipamentos turísticos como casas de hóspedes e hospedaria para abrigar e alimentar os crédulos que usavam vias que conduzem a Roma, como também na própria cidade e outras circunvizinhas. (ANDRADE, 2006). Em Canindé a paróquia também empreende em venda de artigos religiosos e *souvenires*, no entanto disponibiliza aos peregrinos dois abrigos sem cobranças de taxas de hospedagem.

Como se nota, a vocação religiosa é igualmente turística em Canindé. São Francisco é o padroeiro da ecologia e o nome da cidade é uma alusão a uma das aves de plumagem e coloração mais bonitas da fauna brasileira. Existe a evidente necessidade de aumento da oferta de atrativos culturais e naturais por parte dessa unidade receptora, com o intuito de gerar renda para os munícipes. A Organização Mundial do Turismo (OMT) reconheceu a atividade turística com entre as cinco mais importantes categorias das exportações no mundo.

Inicialmente, convém utilizar o modelo das Unidades de Conservação do grupo de Uso Sustentável, o qual objetiva compatibilizar a conservação dos seus recursos naturais com a utilização de parte deles. Esse modelo não traz ônus ao erário, nem prejudica as famílias tradicionais do entorno da Serra, pois dispensa a desapropriação (Redação baseada no art. 7º, § 2º e seguintes da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013).

Em linhas gerais, a Serra Redonda se enquadra na categoria de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), pois se tratar de uma área, possivelmente, com menos de

5.000 há (cinco mil hectares) segundo o Presidente da APRENAC, tem pouca ocupação humana, apresenta características naturais excepcionais que representa o lar de exemplares raros da biota regional, fragilidade natural que requer cuidados especiais por parte do Poder Público, entre outros. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013, grifo nosso).

Existe ainda, a perspectiva de geração de emprego e renda para o município de Canindé, com a abertura da Serra Redonda para visitação turística. Outra vantagem está no incentivo financeiro para os municípios que fazem parte do SNUC, através do Repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Ecológico. “A receita real de ICMS Ecológico repassada aos municípios pela simples existência de unidade de conservação em seus territórios foi de R\$ 402, 7 milhões em 2009”. (REVISTA SISTEMA NACIONAL..., 2011, p. 13). Além dos benefícios ecológicos gerados pela criação dessa UC, o município de Canindé também receberá mais recursos do Estado para investir em Desenvolvimento Sustentável.

Bioma Caatinga

O município de Canindé está inserido no bioma Caatinga. Esse bioma é único, mesmo estando no semiárido é rico em variedade paisagística, biológica e endemismo. Apesar de tamanha importância, a Caatinga tem sofrido o flagelo da degradação. Desmatamento e queimadas são práticas frequentemente usadas no preparo do solo para agropecuária. A alteração dos ecossistemas como a destruição da cobertura vegetal nativa resvala nas populações silvestres, na qualidade da água e no equilíbrio do clima e do solo. (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO..., 2010).

Para Ab’Sáber (2003) a semiaridez da Caatinga se deve

em parte ao fato da massa de ar equatorial continental (EC) ser responsável pelas chuvas nas depressões interplanálticas nordestinas. Segundo ele, as condições meteorológicas do Atlântico centro-ocidental favorecem as células de alta pressão atmosférica a penetrar nos sertões, durante o inverno austral. Quando a massa de ar tropical atlântica, juntamente a atuação dos ventos alísios não encontram condições favoráveis para chegar de leste para oeste, somente a Zona da Mata é beneficiada no inverno (verão chuvoso).

A Caatinga revela diversos contrastes, como as “ilhas de umidade” assim chamadas por Ab’Sáber (2003), ou “brejos” como são conhecidos pelos sertanejos. Martins (2008, p. 51) define “brejo” como sendo:

[...] qualquer setor úmido existente na área de domínio do semiárido. Os brejos têm solos mais férteis, com filetes d’água, onde é possível o cultivo de quase todos os produtos e frutas típicas dos trópicos úmidos. O brejo é, portanto, um enclave tropical no semiárido. Essas manchas úmidas que dominam as encostas serranas situadas em regiões semiáridas, têm mesoclimas ilhados entre área de grandes deficiências hídricas.

No Artigo 4º, inciso V, item (c) da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, é considerada Área de Preservação Permanente, em zonas rurais e urbanas: “[...] as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros [...]”. (BRASIL. LEI Nº 12.651, 2013). Portanto, as áreas do entorno das “ilhas de umidade” existentes no semiárido estão legalmente amparadas por esse dispositivo.

O Atrativo Natural Serra Redonda

A Serra Redonda é um ecossistema com características de “ilha de umidade”, localizada no perímetro rural da cidade de Canindé-CE, a cerca de 30 km da sede do município, compreende as localidades denominadas Barra do Curu, Cachoeira dos Alves, Corrente, Oiticica, Piedade e Vazante do Curu. Apresenta-se como um atrativo turístico em potencial e é de extrema importância para a continuidade do Bioma Caatinga. É comparada a um oásis no deserto. Constitui em sua paisagem, a distância, um mosaico de tons de verde, cinza e amarelo, isso durante a estiagem, mas é de profusão verde durante as chuvas. A Serra possui zonas com vocação para **proteção permanente**, onde estão os “olhos d’água”, outras seriam de **manejo sustentável**, no entanto, ainda não existem estudos técnico-científicos para a região, que investiguem sua **multidisciplinaridade**, ou seja, pesquisas envolvendo as áreas de biologia, zoologia, geografia, sociologia, etc. (IGNARRA, 2011, grifo nosso). Ao se tornando uma área de reserva é imperativo a elaboração do Plano de Manejo, exigência contida no Art. 27, §1º da Lei nº 9.985/2000. (BRASIL. LEI Nº 9.985, 2013).

As informações dos camponeses residentes indicam que algumas espécies animais endêmicas já foram extintas em razão de ações antrópicas antigas. (SERRA REDONDA, 2012). No cume da serra, a temperatura amena, por estar em um dos pontos mais altos do município, com aproximadamente 968 metros de altitude, segundo a última medição. (SERRA REDONDA, 2012).

O turismo desponta como uma forma de manter o atrativo natural preservado e desenvolver econômica e socialmente a região. (IGNARRA, 2011). Essa futura Unidade

de Conservação é ainda desconhecida da maioria dos canindeenses, como também dos turistas, peregrinos e romeiros que visitam o município. O local apresenta condições para contemplação paisagística, presença cênica quase intocada, com exuberância de fauna, flora, recursos hídricos e formações rochosas. O microclima da região favorece o aparecimento de espécies raras da flora da Caatinga tornando o ambiente agradável. Esses fatores favorecem a **visitação turística** controlada e em pequena escala, característica do ecoturismo, que visa a minimização dos efeitos negativos da presença humana em ecossistemas frágeis **como esse**. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, grifo nosso).

A Serra Redonda vem sofrendo com as “queimadas”, ou seja, método primitivo de limpeza do terreno para receber futuras plantações, usado comumente na agricultura familiar de subsistência. As “queimadas” causam danos ambientais, como incêndios no sopé da serra, com riscos de se aproximarem dos chamados “olhos d’água”. Essas nascentes secam ao perderem a cobertura vegetal nativa, somente sendo possível a sua recuperação após reflorestamento das áreas atingidas. (SERRA REDONDA, 2012).

Outro problema que atinge especificamente as populações animais, é a caça. Essa prática é realizada em pequena proporção, e na maioria das vezes, pelos sertanejos residentes no local, os quais complementam a dieta e renda de suas famílias, caçando animais silvestres, principalmente durante os períodos de escassez. Apesar de, parecerem inexpressivas, essas ações têm se tornado recorrentes e contribuem para a diminuição do número de indivíduos das espécies existentes nesse habitat, dentre elas algumas que já estão na lista de ameaçadas de extinção. (SERRA REDONDA, 2012).

Serra Redonda: Proposição de Criação de Unidade para a Prática de Turismo Sustentável

A construção dos resultados dessa pesquisa foi se desenvolvendo durante os anos de 2012 e 2013. Várias visitas de campo foram empreendidas, ocasiões em que foram realizadas entrevistas individuais e em grupo semiestruturadas com os habitantes de uma das localidades do entorno da Serra Redonda, denominada Cachoeira dos Alves. Nessas ocasiões, também foram aplicados questionários estruturados abertos, realizada entrevista com membros da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira dos Alves e feitos registros fotográficos e videográficos das belezas naturais. Do contato com o povo da região e a natureza expressiva da serra, entorno e percurso de campo, tornou-se mais concreta para o pesquisador a necessidade de intervenção governamental, para que haja preservação da diversidade ecológica e permanência das famílias tradicionais de forma digna.

Os moradores se mostram receptivos à legalização do atrativo natural, pois veem na proposta, uma chance de serem notados nos seus anseios e carências. A seguir, tem-se uma planilha que melhor revela opiniões e condições de vida, por amostragem, dos moradores do entorno da Serra Redonda:

Tabela 2 - Resultado dos Questionários Semiestruturado

	Tempo Residência (anos)	Renda insuficiente (%)	Terras: Próprias ou Terceiros (%)	Origem água potável (%)	Consideram viver no campo bom (%)	Importante a preservação ambiental (%)
Sujeito A	28	Sim	Terceiros	Olho D'água	Sim	Sim
Sujeito B	32	Sim	Terceiros	Carros Pipas	Sim	Sim
Sujeito C	42	Sim	Terceiros	Carros Pipas	Sim	Sim
Sujeito D	44	Sim	Terceiros	Carros Pipas	Sim	Sim
Sujeito E	52	Sim	Terceiros	Rio	Sim	Não
Sujeito F	55	Sim	Terceiros	Carros Pipas	Sim	Sim
Médias	42	100	100	66,5 Carros pipas	100	83,5 a favor

Fonte: Instrumentais da Pesquisa Aplicados na Localidade Cachoeira dos Alves.

Observa-se que os membros do grupo escolhido para entrevista têm em média 42 anos de residência na localidade, praticamente o mesmo tempo de suas existências terrestres. Consideram na totalidade que os lucros oriundos da agricultura e culturas afins não os permitem viver com dignidade. As terras que plantam e criam pertencem a terceiros, aos quais pagam renda. Os carros pipas, em tempos de seca, são a única fonte de água potável. Mesmo enfrentando todas as intempéries querem continuar a viver na zona rural e no tocante ao mote desse trabalho, comungam do sentimento de que a natureza é dada por Deus e por isso deve ser preservada, para que também as secas não aumentem nos próximos anos com o desequilíbrio climático.

Somente através de uma Lei que transforme a Serra Redonda em Unidade de Conservação nos parâmetros do SNUC, esse patrimônio natural de Canindé poderá se perpetuar. Infelizmente, é de fácil constatação a responsabilidade direta de alguns moradores com relação à extinção de espécies vegetais nativas como cedro, sabiá, ameixa, bálsamo, jatobá, barriguda, macambira, oiti e de animais como mambira (tamanduá), tatu, onça, macaco-prego, cobra caninana, caititu, jacu, veado, etc. Essas baixas nas populações são ocasionadas pela caça e abertura de roças no topo da Serra, as quais são utilizadas as antigas queimadas.

A ameaça de se tornarem essas áreas áridas e a extinção dos olhos d'água se intensificam ano após ano. Também há de se levar em conta que esses seres humanos veem no ecossistema a tábua de salvação, quando o período de seca se estende como o que atualmente é vivenciado no semiárido nordestino. Soa como paradoxo a última afirmação, mas sim, é graças aos animais silvestres que é oferecida parte da proteína animal à dieta dos camponeses, inclusive com a possibilidade de venda das caças para apreciadores de carnes exóticas. A água que não tem no rio ou na ausência dos carros pipas é retirada com muito sacrifício, subindo rochas íngremes, em torno de 2.500 metros do olho d'água mais próximo. O sertanejo acredita ainda, que abrindo clareiras no cume da Serra ele consegue a sustentação de seus roçados, ou seja, as plantações vingam, mesmo com poucas chuvas, pois, para ele, as alturas “seguram o molhado”.

Para a maioria dos moradores, o cuidado com a preservação do meio ambiente é importante, demonstrando uma noção mínima de consciência ambiental. No entanto, no momento em que está em jogo a própria sobrevivência, a sustentabilidade dos recursos naturais é assunto secundário. A Unidade de Preservação, a exemplo dos casos aqui citados é fonte

de renda para comunidades autóctones, o que provavelmente ocorrerá com Serra Redonda e todos os distritos que a cercam. O Ecoturismo é uma alternativa para o Canindé **Rural e Urbano** e garantia de preservação ambiental. A sazonalidade na sede do município e a permanência curta do turista ou peregrino podem ser minimizadas com a oferta de um novo seguimento. O homem do campo pode ter uma fonte de renda extra e continuada, que não se limite a quadra invernosas. Em nada, as duas modalidades se anulam, turismo religioso e ecoturismo. Numa terra que tem São Francisco como padroeiro, que também é o da ecologia seria um casamento perfeito.

Os caminhos legais para transformar a criação de uma Unidade de Conservação, seguem os seguintes os trâmites.

Quadro 3 - Passo a Passo para Criação de Unidade de Conservação

1. Identificação da demanda pela criação da unidade: sociedade civil, comunidade científica, poder público, etc.
2. Elaboração dos Estudos Técnicos: poder público por meio de seus órgãos executores ou por meio de consultorias contratadas.
 - 2.1. Vistoria da área:
 - 2.1.1. levantamento de dados planimétricos e geográficos; e
 - 2.1.2. laudo acerca dos fatores bióticos e abióticos da área;
 - 2.2. Levantamento Socioeconômico:
 - 2.2.1. presença de comunidades indígenas e tradicionais; e
 - 2.2.2. diagnóstico das ações antrópicas, como formas de uso do solo.
 - 2.3. Elaboração do Diagnóstico Fundiário dos imóveis:
 - 2.3.1. levantamento da cadeia sucessória dos imóveis;
 - 2.3.2. Identificação das áreas de domínio público e privado; e
 - 2.3.3. avaliação do valor de mercado de 1 ha de terra na região (no caso de UC de proteção integral).
 - 2.4. Elaboração da Base Cartográfica abrangendo:
 - 2.4.1. limites políticos;
 - 2.4.2. fitofisionomia;
 - 2.4.3. hidrografia;
 - 2.4.4. uso do solo;

- 2.4.5. altimetria;
- 2.4.6. malha viária; e
- 2.4.7. áreas sob alguma forma de proteção (Terras Indígenas; Unidades de Conservação; Áreas de Mineração; e Áreas das Forças Armadas).
3. Encaminhamento ao Órgão de Meio Ambiente (Ministério do Meio Ambiente; (...) e Secretarias Municipais de Meio Ambiente) para a elaboração de pareceres técnico e jurídico.
4. Encaminhamento a outros órgãos da estrutura do Poder Executivo, que tenham algum tipo de interesse alcançado pela criação da Unidade.
5. Realização de Consulta Pública.
6. Encaminhamento, ao Chefe do Poder Executivo, dos seguintes documentos: 6.1. Solicitação dos moradores, em se tratando de Reservas Extrativistas ou de Desenvolvimento Sustentável; 6.2. Estudo Técnico que justifique e embase a criação da Unidade de Conservação, os limites propostos e a categoria de manejo definida, incluindo diagnóstico expedito sobre a situação fundiária da área, em se tratando de Unidades de Conservação de domínio público, bem como mapa de situação e de perímetro da Unidade proposta; 6.3. Pareceres Técnico e Jurídico elaborados pelo Órgão de Meio Ambiente; 6.4. Manifestação dos outros órgãos públicos interessados; 6.5. Ata da Audiência Pública realizada; 6.6. Minuta do Decreto de declaração da área como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação, com a respectiva Exposição de Motivos; e 6.7. Minuta do Decreto de criação da Unidade, ou do Projeto de Lei a ser enviado ao Poder Legislativo, com a respectiva Exposição de Motivos.
7. Assinatura e publicação dos Decretos, ou envio do Projeto de Lei ao Poder Legislativo.

Fonte: Tocantins (2013)

Canindé não tem uma história de preservação bem sucedida. Existem duas leis municipais que visam proteger ecossistemas, a Lei nº 1.556/98, que criou o Parque Ecológico na sede, chamado “Frei Lucas Dolle”, localizado a margem da Avenida São Francisco e compreende a Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos de Canindé e o imóvel de nome “Melada” (CANINDÉ. LEI Nº 1.610, 1998a) e a Lei nº 1.610/99, que torna áreas de restrita conservação ambiental toda a extensão dos rios Canindé, Souza, Salão, Batoque

e Curu, bem como, os açudes públicos, São Mateus, Souza e Salão. (CANINDÉ. LEI Nº 1.610, 1998a).

No entanto, é de conhecimento público, que os órgãos municipais não monitoram esses espaços preservados. O parque não é aberto à visitação, não se sabe nem sua real dimensão geográfica, faltam trabalhos nesse sentido. As matas ciliares são constantemente cortadas e novas edificações são erguidas às margens do rio Canindé. Os açudes, que abastecem a cidade, também são utilizados pelos banhistas e empresários retiram em carros pipas a pouca água que resta, sem nem um controle por parte do município. O esgoto que vai para o rio Canindé não passa por nenhum processo de tratamento.

Pelo que se sabe no âmbito de preservação em Canindé, é que a população não tem bases de educação ambiental e desconhece a confecção das citadas leis. É necessário insuflar na população o sentimento de preservação dos recursos naturais. Nas escolas, deve ser obrigatória a disciplinas de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Entretanto, uma mobilização urgente para criação da UC Serra Redonda e um trabalho de revitalização do Parque Frei Lucas Dolle, como também, dos rios e açudes públicos não podem esperar por uma mudança de mentalidade a longo prazo, as políticas públicas precisam vir imediatamente, antes que não exista mais o que se preservar. Canindé precisa se adaptar aos novos tempos.

Outro desafio político e estruturante é o delineamento de plano estratégico de desenvolvimento turístico e territorial da região de Serra Redonda, com promoção de inclusão sócio produtiva da comunidade autóctone. A transformação do atrativo natural Serra Redonda, em destino turístico com balizamento de Área Conservada, requer estratégias efetivas de

posicionamento funcional e mercadológico, bem como, sinalizações políticas de investimentos públicos e privados. A adoção do Ecoturismo, a vertente da Sustentabilidade Ambiental, a simbologia da Fé Franciscana são vetores de fundamentação de delineamento de produtos turísticos e pacotes promocionais. A qualificação do destino, capacitação profissional, desenvolvimento da infraestrutura turística (acesso, hospedagem, alimentos e bebidas) em conjunto com ações articuladas com empreendedores locais e poder público são ações importantes para eficácia do processo de legitimação do novo destino turístico Serra Redonda.

Conclusão

O trabalho visou perscrutar um atrativo natural de relevante valor ecológico e convergiu explicitamente para a urgência de transformar Serra Redonda em uma Unidade de Conservação de uso sustentável e turístico. Ao final lançou a proposta para a comunidade canindeense, constituída pela Zona Rural e Urbana, de iniciar um movimento no sentido de sensibilizar as autoridades competentes no que concerne a preservação legal do perímetro correspondente ao atrativo natural em escopo. No processo envolver a Comunidade de Cachoeira dos Alves e as outras vizinhas para que elas também sejam contempladas com advento da área preservada. Inicialmente, o pesquisador propôs a reestruturação do site www.serraredonda.net, que é fruto do trabalho de alguns acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFCE *Campus* Canindé, do qual foi o organizador, como também lançar em evento de abrangência local e estadual a Marca Serra Redonda com o *slogan* “Conhecer e Preservar”.

A marca tem o poder de insuflar o desejo coletivo de preservação, de convencer sobre a ideia de pertencimento de uma riqueza natural exuberante que é Serra Redonda. A logomarca foi idealizada pelo pesquisador em conjunto com o artista plástico Fabiano Chaves Martins e tem a intenção de interpretar as impressões obtidas por ambos, após o contato contínuo com o ecossistema e comunidades autóctones.

O flagelo da seca é reconhecido pelo imaginário do povo brasileiro. A literatura e cinematografia retrataram ricamente as vítimas do semiárido em seus cenários desoladores. Livros que se inspiraram em filmes como “Luzia Homem”, “O Quinze” e “Vidas Secas” são bons exemplos disso. Glauber Rocha também foi muito influenciado pelo tema e lançou o movimento “Cinema Novo”, o qual seus filmes foram permeados pelo mote Seca do Nordeste. No entanto, existem incontáveis riquezas, belezas, recursos naturais e culturais a serem descobertos e valorizados pelo próprio nordestino e restante do país. Até nisso o povo nordestino é diferenciado, faltam adjetivos para designar os naturais das regiões Norte, Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Canindé tem o desafio de desenvolver políticas públicas de desenvolvimento turístico coadunado com preceitos de Justiça Social e Sustentabilidade Ambiental. A proposta de transformação do atrativo natural Serra Redonda em destino turístico sustentável no âmbito de Unidade Conservada sinaliza um novo paradigma de gestão do turismo local numa perspectiva emancipatória, gerando ocupação e renda e alternativas sustentáveis de conexão entre homem e natureza, promovendo a economia local, reduzindo níveis de pobreza e degradação ambiental, potencializando um desenvolvimento territorial socialmente responsável, economicamente justo e ambientalmente amigável.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza do Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES JUNIOR, Nilo. **Turismo religioso:** de Santiago a Canindé. Fortaleza: Editora Senac Nacional, 2003.
- ANDRADE, José Vidente de. **Turismo:** fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- ASSOCIAÇÃO CAATINGA. **Reserva natural Serra das Almas:** lições de um modelo de conservação. Brasília, DF, 2007.
- BAHL, Miguel (Org.). **Mercado turístico:** áreas de atuação. São Paulo: Roca, 2003.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOO, Elizabet. **Ecotourism:** the potentials and pitfalls. Washington, DC: WWF, 1990. V. 2.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a vegetação nativa, altera as Lei nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393 de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2. 166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28

maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário Território da Cidadania. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável: território sertões do Canindé**. [S.l.], 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Conteúdo fundamental-turismo e sustentabilidade**. Brasília, DF, 2007.

_____. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF, 2008.

CANINDÉ. Lei nº 1.610, de 5 de maio de 1999. Dispõe sobre as condições para a preservação e proteção ao meio ambiente e promoção à saúde pública e dá outras providências. Canindé, 1998a.

CANINDÉ. Lei nº 1.556, de 11 de março de 1998. Cria o Parque Ecológico no município de Canindé e dá outras providências. Canindé, 1998b.

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS DA ASSOCIAÇÃO PLANTA DO NORDESTE. **Unidade de conservação**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.cnip.org.br/uc.html>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

CHARREIRE, Sandra; DURIEUX, Florence. Explorer et tester: deux voies pour la recherche. In: THIETART, Raymond Alain et al. (Org.). **Méthodes de recherche en management**. Paris: Dunod, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Nosso futuro comum**. [S.l.], 1987.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Anablume, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. **Fundamentos do marketing turístico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, DF, 1994.

FRAGA, M. **Turismo e sustentabilidade: referências e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofia**. Tradução Roberto Cataldo Costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Lucintha. Começa em Canindé, peregrinação pelo santo milagreiro. **O Povo**, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/ceara/11/10/12noticias-jornalceara,2935057/comeca-em-caninde-peregrinacao-pelo-santo-milagreiro.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

GONZALES, Lucilene; QUEIROZ, Adolpho (Org.). **Sotaques regionais da propaganda brasileira**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

IBGE. Ceará. In: _____. **Censo 2010**. [S.l.], [2010]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_ceara.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013a.

_____. **Cidades: Canindé-CE**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/tota_populacao_ceara.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2013b.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IPECE. **Perfil básico municipal 2012**: Canindé. [S.l.], 2012.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E (Org.). **Ecoturismo**: um guia de planejamento e gestão. 5. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de comunicação**. São Paulo: Futura, 2000.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MARTINS, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, João Carlos Costa; BARBOSA, José Henrique Cerqueira (Org.). **Roteiro para criação de unidades de conservação municipais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

PINHEIRO, José César Vieira. **Relatório analítico Célula de Acompanhamento e Informação (CAI)**: sertões de Canindé. Canindé: Governo Federal, 2011.

PRINGLE, Hamish; GORDON, William. **Sintonia com a marca**: como desenvolver uma cultura organizacional que viva a essência da marca. Tradução Sandra Luzia Couto. São Paulo: Cultrix, 2001.

PROVÁRZEA. **Criação de abelhas sem ferrão**. [S.l.], 2005.

REVISTA SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SEMACE. **APA da Serra de Baturité**. Fortaleza, [20--]. Disponível em: <<http://antigo.semace.ce.gov.br/biblioteca/unidades/apabaturite.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SERRA Redonda. Organização: Joãozinho Caruca; Fábio Sales. Canindé: Estúdio Multicores, 2012. 1 DVD. (1h 23 min 18 seg).

SILVA, L. M. O. **Pedir, prometer e pagar: escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé**. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TOCANTINS. Governo do Estado do. **Passo a passo para a criação de unidades de conservação**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.areasprotegidas.to.gov.br/passoapasso.doc>. Acesso em: 3 mar. 2013.

TREIN, Sérgio Roberto. O paradoxo do gimmicks na política: por que humanizar o que já é humano. **Revista Signos do Consumo**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 44-56, jun. 2011.

UNESCO. **Subsídios ao zoneamento da APA Gama-Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado: caracterização e conflitos socioambientais**. Brasília, DF, 2003.

_____. **United Nations: decade of education for sustainable development 2004-2005: draft international implementation scheme**. New York, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Editora do Senac Rio, 2008.

ZACCHI, Giancarlo Philippi. Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. **Diálogos & Ciência - Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana**, ano 2, n. 4, jun. 2004. Disponível em: <dialogos.ftc.br/index.php?option=com_docman&task=doc...>. Acesso em: 27 abr. 2013.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 3 Colaboração Interinstitucional entre Academia e Ongs: ações virtuais para gerar transformações concretas

Silvia Pires Bastos Costa, Denise Pires Bastos Costa,
Francisco Antônio Barbosa Vidal

Resumo

A prática do voluntariado vem se intensificando nas últimas décadas, como uma resposta da sociedade civil às crescentes desigualdades sociais. No entanto, ainda são muitos os obstáculos que restringem sua efetividade. O objetivo deste artigo é expor um caso de utilização da internet como facilitadora para o exercício do voluntariado, a partir da parceria entre uma Organização governamental e uma instituição de ensino superior na cidade de Fortaleza. A contribuição resulta da experiência dos autores na coordenação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, exercida em concomitância com atividades voluntárias na cidade de Fortaleza por mais de uma década. A pesquisa é qualitativa, tendo como base a observação participante, além da pesquisa documental e revisão literária. A relevância do estudo se justifica pela necessidade de agregar visão prática e social à formação acadêmica e estimular o debate e a troca de experiências em um campo tão inovador quanto o voluntariado *online*.

Palavras-chave

Voluntariado on-line. Organizações não governamentais. Instituições de ensino superior.

Introdução

Cada vez mais pessoas têm suas necessidades básicas insatisfeitas, sendo privados da ascensão a uma vida digna, onde a saúde, a educação, a justiça, a proteção de seus direitos cidadãos, lhes sejam outorgados como liberdades substantivas.

A complexidade dos problemas sociais em um mundo globalizado, competitivo e em acelerada transformação demanda soluções que não podem partir somente do Estado. Ações em rede incorporam à dinâmica de enfrentamento desses desafios novos atores como empresas, universidades e a sociedade civil em geral.

O protagonismo exercido por múltiplos atores é realçado por Valle (2010, p.101) quando se refere a “posições ativas a serem assumidas por todos os agentes – seja o Estado, sejam os sistemas sociais”, contrapondo a visão de que a sociedade apresentava-se, como problema, ao Estado que se afigurava como solução.

A importância de ações e programas originados fora da esfera governamental que visam melhorias sociais cresceu a partir dos anos 1990 no Brasil, pela atuação de empresas, associações, organizações não governamentais (ONGs) e grupos informais (LANDIM e SCALON, 2000). Nesta perspectiva de somar esforços, o trabalho voluntário surge com o objetivo de minorar os efeitos da injustiça social.

Para Oliveira e Bezerra (2007) o contexto de crescente valorização de poderes locais e a participação de cidadãos impulsionam o crescimento e valorização dos voluntários, aumentando o reconhecimento de que o trabalho voluntário contribui para a solução de problemas graves e emergenciais da sociedade.

O desenvolvimento da internet veio propiciar instrumentos para expandir o desenvolvimento do voluntariado, facilitando a concretização de experiências que resultam da participação de cada vez mais grupos, que se reúnem presencialmente ou não. Em muitos casos, nunca se viram, mas estão significativamente próximos em prol de uma causa única.

Pesquisa realizada por Landim e Scalon (2000) revelou que mais de 60% dos brasileiros gostariam de trabalhar como voluntários, se soubessem onde, o que aponta o quanto a difusão de informações sobre as instituições e suas necessidades, valendo-se dos numerosos recursos tecnológicos atualmente disponíveis poderiam colaborar para a expansão do desenvolvimento do voluntariado.

A apresentação do caso tem como contribuição fomentar a troca de experiências entre organizações sociais e o debate acadêmico no emergente campo do voluntariado virtual, tendo em vista que consiste em uma parceria entre uma ONG, no caso o Movimento de Saúde Mental Comunitária (MSMC) e uma Instituição de Ensino Superior (IES). A IES não será identificada, em atendimento à solicitação da própria instituição.

Este artigo está estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. A próxima seção versa sobre aspectos conceituais e históricos relacionados ao voluntariado e mais especificamente, ao voluntariado virtual e a suas relações com as IES. Na seção três estão descritos os procedimentos metodológicos e nas duas últimas seções são apresentados, respectivamente, o estudo de caso e as considerações finais.

Voluntariado

Segundo definição das Nações Unidas: “o voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido ao seu interesse pessoal

e seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos” (ONU, 2013).

A Declaração Universal do Voluntariado (IAVE, 1990) elenca alguns pontos que corroboram para clarear o entendimento da temática. Segundo o documento, o voluntariado:

- a) É uma decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais;
- b) É uma forma de participação ativa do cidadão na vida das comunidades;
- c) Contribui para a melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade;
- d) Traduz-se, regra geral, numa ação ou num movimento organizado, no âmbito de uma associação;
- e) Contribui para dar resposta aos principais desafios da sociedade, com vista a um mundo mais justo e mais pacífico;
- f) Contribui para um desenvolvimento económico e social mais equilibrado, para a criação de empregos e novas profissões.

A partir das definições é possível extrair que a experiência constitui uma via de mão dupla. O voluntário dedica seu tempo e esforço em prol da sociedade, beneficiando-se ao aprender coisas novas, conhecer pessoas, desenvolver novas habilidades e sentir-se útil, dentre outras coisas.

De acordo com a UNESCO, o voluntariado representa uma prática bastante antiga (GARAY, 2001). Mesmo antes das guerras mundiais, guerras civis e crises, têm sido relatadas experiências de voluntariado na busca de forças e de um novo sentido à vida, seja através da contribuição material, física, emocional ou intelectual para reconstrução ou edificação de obras de interesse público, para educação, atividades recreativas, projetos de desenvolvimento etc.

Em tempos mais recentes, constitui um marco o início

do programa de voluntariado da ONU em 1971, atualmente presente em mais de 140 países. Trinta anos depois, a organização declara 2001 o Ano Internacional do Voluntariado, ampliando a discussão sobre o tema. Mais uma década se passa até a instituição do “Ano europeu das atividades de voluntariado”, proporcionando a União Europeia a oportunidade de fazer um balanço do voluntariado e ratificando o crescente interesse pela temática, que ultrapassa fronteiras.

Pesquisas realizadas em 2010 registraram um contingente de cerca de 100 milhões de pessoas envolvidas em atividades voluntárias no âmbito da comunidade europeia (MONTEIRO, 2008). Nos Estados Unidos, já na década de 90 pesquisas realizadas indicaram que quase metade da população já havia exercido algum tipo de ação voluntária. (WILSON e PIMM, 1996)

O trabalho voluntário foi regulamentado no Brasil em 1998, com a lei 9.608/98 e só pode ser realizado por pessoa física, que prestará serviço a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos. A atividade não pode ser remunerada ou ter contrapartida de qualquer espécie (BRASIL, 1998).

Os voluntários na atualidade constituem um recurso importante na economia e na sociedade, porém não podem substituir a força de trabalho regular, devendo ser respeitados os limites fixados em lei no momento do estabelecimento das condições entre as partes. O instrumento que formaliza a relação é o termo escrito de adesão, no qual deve constar o objeto e as condições do trabalho a ser prestado.

Embora não seja constituído nenhum vínculo empregatício, é importante ressaltar que voluntariado implica em compromisso, sendo fundamental a responsabilidade no que

concerne às atividades tomadas para si pelos voluntários.

Diante do quadro que se apresenta, o voluntariado virtual surge como uma alternativa potencialmente facilitadora do processo, conforme será visto no tópico seguinte.

O voluntariado virtual

A prestação de serviços voluntários sem que o prestador esteja fisicamente presente na sede da organização beneficiada não é uma prática recente. A comunicação via email já acontece há muitos anos e por telefone há muito mais tempo ainda.

O voluntariado virtual vai muito além da questão de poder ajudar sem estar presente. Não se reduz, tampouco, à utilizar-se da facilidade para enviar comunicados institucionais via e-mail ou para arrecadar doações via internet.

O que se estabelece é uma nova dinâmica solidária, quando milhares de organizações sociais em todo o mundo apresentam por meio de sítios eletrônicos suas necessidades, enquanto na outra ponta podem visualizar de imediato e manifestarem-se aqueles que estão dispostos a doar parte de seu tempo e talento para aderir a alguma causa, e agora podem fazê-lo sem sequer saírem de suas residências.

Nessa perspectiva, o voluntariado virtual se apresenta como uma inovação que se desenvolveu inicialmente em países como os EUA, Canadá, Austrália e Grã-Bretanha e depois, como o próprio fenômeno da internet, vem espraiando-se por muitos outros países (MONTEIRO, 2008). Embora a adesão das organizações a essa prática cresça de forma exponencial, no âmbito acadêmico são poucos os estudos e consequentemente os conceitos desenvolvidos.

Os termos mais utilizados para descrever essa prática

são voluntariados online e voluntariado virtual. Outros termos são utilizados, como e-voluntariado (PEÑA-LÒPEZ, 2007), cyber voluntariado (PEÑA-LÒPEZ, 2007; CRAVENS, 2006), telementoria, teletutoria e mentoria online (CRAVENS, 2006). Cravens salienta que as três últimas denominações se referem mais especificamente a voluntários especializados que contribuem como assessores. Neste artigo utilizaremos os termos voluntariado virtual e voluntariado on-line para descrever o fenômeno.

Cravens (2000) chama atenção para o fato de que, embora a impressão inicial seja de que voluntários dessa natureza nunca são vistos na organização a qual assistem, grande parte destes também atuam em momentos presenciais além de suas contribuições on-line.

A captação de novos voluntários pode ser um esforço dirigido, mas também pode se dar de maneira não intencional, resultando, por exemplo, simplesmente da divulgação das ações realizadas. A dinâmica é alimentada por um potencial de aceleração jamais visto, que consiste na capacidade que tem cada voluntário de expandir suas ações e arregimentar novos voluntários através das redes sociais em que participa e outros grupos a que tem acesso, sejam virtuais ou presenciais.

Em consulta ao site da ONU em 18 de julho de 2013, 198 oportunidades estavam sendo ofertadas por dezenas de organizações em todo o mundo. O voluntário pode guiar sua escolha por três caminhos, que não são mutuamente exclusivos: a região geográfica beneficiada pelo projeto, a área de desenvolvimento à qual deseja dedicar-se e a adequação das tarefas às suas habilidades.

A utilização do meio virtual para a prestação de serviços

voluntários tem contribuído para a superação de vários obstáculos, dentre os quais se pode elencar:

Distância entre a residência do voluntário e a sede da organização; Incompatibilidade entre a disponibilidade de horários do voluntário e o horário de funcionamento da sede; Dificuldade em conciliar horários para realização de reuniões; Limitações de espaço; Insuficiência de equipamentos como computadores, câmeras fotográficas, filmadoras, etc; e Escassez de recursos para visitas a potenciais parceiros e doadores.

O voluntariado pode ser exercido em diversas áreas, envolvendo atividades relacionadas à administração, saúde, assistência social, cultura, esportes e meio ambiente, entre outros. Através do programa de voluntariado da ONU, por exemplo, é possível atuar em mais de 100 campos profissionais (ONU, 2013).

Essa diversidade torna oportuna sua prática no âmbito das IES, propiciando aliar teoria e prática, conhecimento e consciência social, conforme será discutido a seguir.

O voluntariado e as instituições de ensino superior

De acordo com a comissão europeia (MONTEIRO, 2008), o voluntariado constitui uma via para a integração e o emprego, proporcionando oportunidades para aprendizagem prática durante o percurso formativo universitário, ao passo que estimula a conscientização dos alunos para a complexidade dos problemas sociais, potencializando assim o surgimento de futuros profissionais que contribuirão para uma melhor coesão social.

A Lei de Diretrizes e bases educacionais de 1996 (BRASIL, 1996) ressalta que a educação deve vincular-se ao

mundo do trabalho e a prática social. Recomenda uma educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste sentido, as novas diretrizes do ensino, sobretudo o ensino superior, se evidenciam no documento denominado “Relatório Jacques Delors”, produzido e publicado pela UNESCO, cuja essência pode ser sintetizada em um trecho do mesmo:

Para poder dar respostas ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (DELORS *et al.*, 1998).

O trabalho voluntário é mediado por um componente humano muito forte, envolvendo sentimentos que estão diretamente ligados ao “aprender a viver juntos” e “aprender a ser”. Os profissionais de recursos humanos avaliam aqueles que participam de atividades comunitárias como *uma força de trabalho mais preparada para enfrentar com criatividade os impasses diários do mundo corporativo*.

Os universitários envolvidos em projetos voluntários têm a vantagem de poder escolher atividades que se afinem às suas habilidades e objetivos, elemento essencial para um bom aproveitamento da experiência voluntária. A escolha é

facilitada em face do planejamento das atividades de maneira integrada à formação teórica correspondente à sua opção de carreira. Surge aqui mais um item proposto por Delors (1998): o aprender a fazer uma vez que as atividades propiciam a ação sobre o meio envolvente.

Do ponto de vista pessoal, muitos indivíduos consideram que o voluntariado poderá ter impacto positivo na sua aprendizagem, enriquecimento pessoal e alargamento de horizontes. Estes indivíduos consideram que estas são as razões mais importantes que justificam a doação do seu tempo, e que agrupamos na categoria aprendizagem e desenvolvimento. Dois exemplos finais de dualidade motivacional são as motivações «carreira profissional» e «ter mais conhecimento e estar mais envolvido em programas do governo» que podem ser classificadas nesta categoria de aprendizagem e desenvolvimento se forem, sobretudo, fonte de auto-realização e de conhecimento acrescido, como podem ser incluídas no reconhecimento social se fonte de progressão social.

Em um mundo global de acirrada concorrência no mercado de trabalho desenvolver competências individuais além do conhecimento técnico e teórico em si torna-se altamente necessário. O campo de prática do trabalho voluntário apresenta-se como um rico espaço de aprendizagem e troca, agregando ao currículo “formal” a vertente experiencial e pessoal. Desta forma vai além de mais uma opção de prática profissional, mas agrega componentes de desenvolvimento educacional que outras esferas de trabalho não conseguem alcançar.

O reconhecimento formal das qualificações e competências adquiridas através das atividades de voluntariado como experiências de aprendizagem potencializa a motivação

e a empregabilidade dos estudantes, sendo oportuna a certificação conjunta concedida por parte das IES e ONGs envolvidas.

Metodologia

A pesquisa, no que diz respeito aos fins, classifica-se como exploratória, pois a revisão literária evidencia numerosos trabalhos sobre voluntariado, porém são raros os que versam sobre a emergente temática do voluntariado virtual, especialmente no Brasil.

A abordagem é qualitativa, buscando aprofundar o fenômeno em busca de captar sua dinamicidade, percebendo o conhecimento como algo maior que “[...] um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa[...]” (CHIZZOTTI, 1998, p.79).

A escolha pelo método do estudo de caso se deu em função do conhecimento gerado a partir deste ser mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor do que o conhecimento gerado por outras pesquisas (ANDRE, 2005). Para Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange desde o planejamento, as técnicas de coleta de dados e a análise dos mesmos.

Define-se a amostra da pesquisa como não probabilística intencional, onde o pesquisador seleciona as unidades amostrais conforme seus critérios de conveniência. A escolha se deu em virtude de tratar-se de experiência pioneira, já que cinco outras IES locais foram consultadas e ainda não haviam participado de iniciativas dessa natureza, além de não ter sido identificado caso similar durante a revisão de literatura.

A coleta de dados na pesquisa qualitativa constitui um

processo interativo e não cumulativo e linear. “Os dados são colhidos, *iterativamente*, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos” (CHIZOTTI, 1998, p.89).

As técnicas de coletas envolveram a análise documental, entrevistas e observação participante, onde a vivência e convivência do pesquisador com os atores sociais envolvidos no estudo, constituindo instância epistemológica de sujeitos e saberes coletivos tornar-se-ão essenciais na descrição e reflexão dos saberes e processos estudados.

A pesquisa documental abrangeu materiais de divulgação institucional da ONG como folders, vídeos e consultas ao site, acesso ao relatório anual de atividades e ao documento resultante das oficinas de planejamento estratégico realizados com a participação da comunidade. Foram consultados também o site e materiais de divulgação da IES parceira.

A coleta de dados primários se deu por meio da observação participante e entrevistas semiestruturadas. A observação participante ocorreu durante reuniões de concepção do projeto na ONG. A observação participante, para YIN (2005) é uma modalidade de observação em que o observador assume uma postura ativa e participa dos eventos que estão sendo estudados, devendo estar atento de forma a não quebrar a imparcialidade. As entrevistas foram realizadas com os profissionais da IES parceira, sendo sujeitos da pesquisa neste âmbito duas coordenadoras e três professoras.

Na seção seguinte será apresentado o estudo de caso do Movimento de Saúde Mental Comunitária, que autoriza sua divulgação no intuito de contribuir para a troca de experiências e o debate acadêmico sobre essa nova forma de voluntariado.

Apresentação e discussão dos resultados

Em 1996, iniciou-se com algumas Comunidades Eclesiais de Base um trabalho voluntário para criação de espaços de escuta e de acompanhamento terapêutico para famílias em situação de risco, que veio a formalizar-se em 1998 através da criação da ONG Movimento de Saúde Mental Comunitária. A missão da instituição consiste em:

“acolher o ser humano, respeitando suas dimensões bio-psico-sócio-espirituais, promovendo o desenvolvimento dos seus potenciais, através do resgate dos valores humanos e culturais, no sentido de favorecer a qualidade das relações pessoais, interpessoais e comunitárias para a promoção do dom da vida” (MSMCBJ, 2013).

O MSMC desenvolve ações no Bairro do Grande Bom Jardim, uma região de Fortaleza que concentra mais de 170 mil pessoas, em sua maioria vítimas da miséria, do desemprego, da marginalização e esquecidas em muitos aspectos pelas autoridades locais. O movimento cresceu muito a cada ano e atualmente atende cerca de 3000 pessoas por mês, o que torna o trabalho de captação de recursos um esforço hercúleo. A seguir se descreve sucintamente os projetos em desenvolvimento, também chamados de “espaços”:

1. Casa Ame- Arte Música e Espetáculo: Cursinho visando o ingresso no ensino superior, Ponto de Cultura e de Leitura.e Cine-CAPs (sala de cinema voltado para usuários do Serviço de Atenção Psicossocial e comunidade).
2. Casa de Aprendizagem: Profissionalização de adolescentes e jovens; administração de projetos; cursos de idiomas e outros;

3. Palhoça: Terapia Comunitária Sistêmica, biodança, massoterapia, terapia da autoestima e formação em saúde mental.
4. Horta Comunitária: Cultivo realizado por pessoas em recuperação de transtornos mentais e outras que cumprem penas alternativas.
5. Telhoças do Marrocos e do Siqueira: Projeto Sim à Vida junto a crianças, adolescentes e suas famílias, socioeconomicamente vulnerabilizados.
6. Associação Paulo Freire Inclusão digital
7. Sítio: Espaço para formação, relacionamento com a Natureza e atividades lúdicas;
8. Centro de Atenção Psicossocial Comunitário – CAPS Comunitário (Bom Jardim): Política pública gerida pelo MSMC, em cogestão com a Prefeitura de Fortaleza.
9. Residência Terapêutica para pessoas com Transtornos Mentais: Espaço de acolhimento a pessoas oriundas de hospitais psiquiátricos sem vínculos familiares;
10. Aldeias Pitaguary: Projeto Juventude Indígena Realizando Sonhos, trabalhando a valorização da cultura indígena, educação e fortalecimento da autoestima de jovens indígenas;
11. Captação de recursos – ações para sustentabilidade de toda a organização

No ano de 2010, a instituição contava com quase cem voluntários presenciais, residentes na cidade de Fortaleza e imediações. Além desse expressivo contingente, a comunicação eletrônica há muito facilita o intercâmbio de voluntários internacionais, estimulando anualmente a vinda de dezenas de pessoas oriundas de diversos países.

No entanto, as contribuições carecem de regularidade, originando-se quase sempre a partir das motivações dos voluntários e não de demandas específicas. Em consonância

com a missão do MSMC, os voluntários sempre foram acolhidos, sendo bem vindas suas colaborações em forma de doações ou serviços que, em qualquer medida possam vir a beneficiar o andamento dos trabalhos realizados.

Embora a organização possua elevado nível de gestão em áreas como atendimento ao público, gestão de pessoas, administração financeira e marketing institucional, a gestão do voluntariado é ainda incipiente. A esse respeito, como pontos positivos cabe ressaltar:

o rigoroso cumprimento dos aspectos legais, sendo firmados termos de adesão de acordo com o prescrito na legislação vigente e organizadas as atividades voluntárias em observância às suas determinações;

o excelente material institucional, incluindo folders, vídeos e site alimentado frequentemente, o que propicia ao voluntário uma visão geral e atualizada da organização, facilitando a internalização de sua missão, valores e projetos em desenvolvimento;

a acolhida humanizada ao voluntário ao iniciar na organização, sendo promovida sua integração junto aos colaboradores e espaços coordenados pela instituição.

a realização do Evento “Cuidando do Cuidador”, em que os voluntários se colocam na posição de usuários e participam de atividades como biodança, massoterapia e círculos de autoestima, partindo-se da crença de que é preciso estar bem para poder ajudar.

Por outro lado, se revelaram ausentes ou insuficientes algumas práticas essenciais à gestão do voluntariado, conforme elencadas na tabela x:

banco de dados dos voluntários

manual de descrição de tarefas e procedimentos

cronograma de prazos para realização das tarefas

sistemática de acompanhamento do cumprimento dos prazos
sistemática de *feedback* regular sobre o desempenho do voluntário
reuniões para troca de experiências entre os voluntários e entre estes e os demais colaboradores da instituição
Certificados e outras formas de reconhecimento apenas declarações, quando solicitadas.

A percepção dessas deficiências levou à identificação da necessidade de conhecimentos especializados que demandariam a contratação de consultoria externa. A grave dificuldade financeira que a instituição enfrentava instigou a busca de soluções alternativas e suscitou a busca das IES, por meio dos cursos de administração.

Na mesma época, uma primeira experiência continuada de voluntariado on-line consolidou-se, quando a partir da iniciativa de uma voluntária residente nos Estados Unidos toda a organização se envolveu em grande esforço de captação que resultou na inclusão da ONG no Projeto *Global Giving*, iniciativa que angaria doações em todo o mundo e as direciona para as ONGs credenciadas.

A perspectiva do voluntariado on-line veio ampliar, assim, a ideia inicial de parceria com as IES, alcançando um contorno mais amplo que propicia o envolvimento de vários cursos e a possibilidade de atender necessidades não apenas da gestão do voluntariado, mas resultantes das demandas contínuas dos diversos espaços que constituem o MSMC.

O quadro 1 abaixo reúne as diversas etapas que compõem a proposta apresentada para implementação do projeto de voluntariado online, através da parceria entre ONGs e IES.

Quadro 1: Etapas para implementação do programa

Etapa	Envolvidos
1. Seleção das IES para proposição da parceria	Coordenações dos espaços e colaboradores em geral (ONG)
2. Mapeamento das necessidades de cada espaço	Coordenações dos espaços, colaboradores e comunidade em geral (ONG e público atendido)
3. Apresentação do projeto e identificação de voluntários potenciais	Coord. geral, coord. de captação de recursos e coord. de marketing institucional (ONG) Direção, coord. de cursos, coord. de responsabilidade social, coord. de estágios e atividades de extensão (IES) e corpo de alunos
4. Planejamento interdisciplinar	Coordenadores do projeto de VV e professores interessados
5. Visitas de integração	Comunidade acadêmica, comunidade assistida e interessados em geral
6. Avaliação	Comunidade acadêmica, comunidade assistida e interessados em geral

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Cabe esclarecer que a proposta não implica na realização de todas as etapas via internet, mas que os voluntários possam cadastrar-se no projeto, selecionar as atividades que desejam desenvolver e realizá-las em sua maioria por meio virtual.

As atividades também não precisam seguir rigorosamente a sequência exposta, sendo provável, por exemplo, no decorrer do processo, a necessidade de várias repetições da fase 3, na medida em que se busque atrair novos alunos e professores ao projeto; novas necessidades podem também ser mapeadas a medida em que vão surgindo e o processo de avaliação se caracteriza por ser contínuo.

Na experiência em curso, foram percorridas até então

as quatro primeiras etapas. O processo teve início com a seleção das IES para proposição da parceria, sendo levados em consideração os seguintes aspectos:

Rede de contatos dos colaboradores, de forma a facilitar o primeiro acesso;

Conhecimento de ações voluntárias já em desenvolvimento nas IES;

Receptividade da IES à proposta.

Foram visitadas três IES, que demonstraram grande interesse no momento da visita, no entanto apenas uma se posicionou de forma ágil dando continuidade ao processo. As demais não foram descartadas, sendo mantidas as conversações para possíveis ações futuras.

Em paralelo à escolha da IES, na ONG as atividades a serem ofertadas foram definidas com base no mapeamento das necessidades de cada “espaço”, como são chamados os diversos projetos coordenados pela entidade, já que cada um deles se desenvolve em um espaço diferenciado. Percebe-se que a utilização do termo tem relação com a valorização que a ONG confere à ambiência acolhedora e em harmonia com a natureza, explicitada inclusive em sua missão.

Diante da amplitude de demandas da instituição, foi decidido concentrar inicialmente o programa em três espaços: a casa de aprendizagem, a casa Ame e a captação de recursos. O quadro 2 apresenta alguns exemplos das atividades voluntárias propostas.

Quadro 2: Mapeamento de necessidades da ONG e principais envolvidos

Necessidades (ONG)	Espaços envolvidos (MSMC)	Cursos responsáveis (IES)
Desenvolvimento de mecanismos de gestão do voluntariado	Casa de Aprendizagem	Administração
Coaching/tutoria	Casa de Aprendizagem	Administração
Promoção de campanhas de doações de alimentos, roupas, etc	Captação de recursos	Marketing
Divulgação de eventos nas redes sociais	Captação de recursos	Eventos
Seleção de editais	Captação de recursos	Administração
Elaboração de projetos para submissão editais	Captação de recursos	Administração
Captação de novos voluntários nas redes sociais	Captação de recursos	Marketing
Contato com empresas para inserção de aprendizes	Casa de Aprendizagem	Administração
Recuperação de contatos e pesquisas com egressos dos cursos	Casa de Aprendizagem	Psicologia
Orientação profissional	Casa de Aprendizagem	Psicologia
Escrita de texto para teatro/gravação de vídeos sobre gravidez na adolescência e prevenção contra o uso de drogas	Casa AME –Arte, Música e Espetáculo e Casa de Aprendizagem	Comunicação
Criação de quadrinhos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	Casa de Aprendizagem	Direito
Gravação de aulas para dinamizar os conteúdos	Casa de Aprendizagem	Comunicação

Necessidades (ONG)	Espaços envolvidos (MSMC)	Cursos responsáveis (IES)
Gravação de vídeos com depoimentos de empresas parceiras, usuários e egressos dos projetos	Casa AME –Arte, Música e Espetáculo	Comunicação
Design para aproveitamento de roupas doadas	Casa de Aprendizagem	Estilismo
Desenvolvimento de plano de marketing para a “Bodega das Artes”	Casa AME –Arte, Música e Espetáculo e Casa de Aprendizagem	Marketing

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

A etapa 3 foi realizada através de palestras presenciais e disponibilizadas on-line, abrangendo os seguintes assuntos:

Breve apresentação dos conceitos e histórico do Voluntariado e voluntariado virtual

Apresentação da ONG com ênfase nos três projetos foco da parceria

Explicação dos procedimentos a serem cumpridos pelos que desejam se integrar a iniciativa.

Visando o desenvolvimento gradativo e sustentado do programa, assim como foram priorizados apenas três projetos na ONG beneficiária, foram proferidas nessa fase inicial apenas duas palestras, abrangendo um público de aproximadamente 300 alunos. O interesse dos estudantes superou as expectativas, tendo sido registrados 153 candidatos a engajar-se no programa. A princípio foram coletados contatos e expectativas dos interessados, que foram orientados a cadastrar-se através de um portal de voluntariado on-line, dentre os vários disponibilizados gratuitamente por organizações nacionais e internacionais.

O portal utilizado, o www.corrente.voluntaria.org.br:

Possibilita o acompanhamento online dos participantes das ações voluntárias;

Agiliza o gerenciamento de ações voluntárias com um grande número de voluntários, possibilitando a diminuição do uso do telefone;

Divulga as ações voluntárias na rede, propiciando a inscrição de novos voluntários nas ações;

Possibilita que os voluntários cadastrados possam convidar seus amigos para participar, multiplicando os participantes da ação.

No momento a implementação do programa atravessa a quarta fase, quando professores da IES interagem com a organização beneficiária com o objetivo de compreender melhor sua filosofia e necessidades e estudar formas de integrá-las ao seu planejamento semestral.

Ainda não aconteceram visitas de integração e nem momentos destinados à avaliação, estando previstos os primeiros para acontecerem a partir de setembro, no mês seguinte à retomada do semestre letivo.

Considerações finais

O voluntariado virtual se apresenta como um poderoso aliado para as ONGs em sua luta por proporcionar oportunidades mais justas e uma melhor qualidade de vida à população atendida, de forma a colaborar para diminuir o fosso social gerado pela sociedade moderna.

Uma das vantagens mais evidentes desta inovação é a redução de custos, visto que administrar recursos escassos para alcançar objetivos é um desafio para qualquer organização e em especial, para organizações sociais.

A redução pode ser facilmente mensurada e se revelar substancial, variando de acordo com a natureza da organização

e envolver itens como transporte, equipamentos, materiais de escritório, energia, água e alimentos e muitos outros, representando um grande diferencial no processo de gestão.

Por outro lado, além da redução de custos, um horizonte sem limites se apresenta em forma de possibilidades de crescimento que ainda nem se pode imaginar, pois ao utilizar-se do voluntariado on-line, alinha-se a ação da organização ao desenvolvimento acelerado e irreversível de novas tecnologias, que surpreende a todos a cada instante.

Em face de um novo campo de práticas e de estudos, é salutar o estabelecimento de parcerias entre ONGs e instituições de ensino, de forma a suscitar debates e reflexões que permitam construir experiências inovadoras, porém fundadas sobre bases sólidas. É preciso estar consciente que não se trata de inovar com base em tentativas e erros, visto que o que está em jogo, além de recursos econômicos essenciais para o desenvolvimento dos projetos, são interações que envolvem o emprego de tempo, talento, expectativas e sentimentos de pessoas, sejam voluntários ou usuários diretos, além das prováveis repercussões na comunidade como um todo.

Embora reconheçamos o voluntariado virtual como um aporte precioso às iniciativas de voluntariado, acreditamos no êxito de programas que combinem as duas perspectivas, de forma a obter de cada modalidade o que há de melhor. Assim como nas redes sociais os participantes em geral desejam manter também contatos presenciais, o voluntário em especial não pode prescindir destes, dada a sua importância para o “bem-estar bio-psico-socio-espiritual” do ser humano, como bem explicitado na missão e valores do MSMC.

Diante do caso analisado, vislumbra-se grande potencial para o êxito de ações salutares, fruto das interações dos saberes oriundos do campo acadêmico e da ONG parceira.

As questões sociais são complexas, compostas por problemas multifacetados, e ganham maiores possibilidades de solução na medida em que partem de reflexões de atores múltiplos, enriquecendo as perspectivas de análise a partir de diferentes visões de mundo. O salto se dá por meio da busca por objetivos comuns a partir da ação integrada de diferentes atores da esfera da sociedade, construindo consensos a partir da heterogeneidade.

No entanto, a interação, seja presencial ou virtual, se coloca como percurso necessário para que sujeitos heterogêneos trabalhem coletivamente para um fim comum e isso, naturalmente, não se dá de forma instantânea. A trajetória progressiva da IES apresenta iniciativas de voluntariado apenas presenciais e o grande interesse do corpo discente precisa ser estimulado de forma contínua com o intuito de dar sustentabilidade ao novo programa.

A prudência no decorrer de todas as fases do programa será essencial. Somada à valorização dos diferentes saberes e à avaliação continuada, certamente a experiência alcançará resultados profícuos que funcionarão como *benchmark* para outras organizações que desejem ingressar no universo do voluntariado virtual, ampliando o campo de trabalho voluntário e as parcerias IES- Sociedade Civil-ONGs.

Referências

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Lei n° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 fev. 1998.

CRAVENS, Jayne. Agency surveys 1997-2000 in **Virtual Volunteering Project**: Message and Survey Archive. The Virtual Volunteering Project: University of Texas at Austin, 2000.

_____. Involving International Online Volunteers: Factors for Success, Organizational Benefits, and New Views of Community. *The International journal of volunteer administration*, v. 24, n.1, jul. 2006.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir; **relatório para a UNESCO** da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Ed. Cortez, UNESCO, 1998.

GARAY, Angela Beatriz Scheffer. **Voluntariado empresarial**: modismo ou elemento estratégico? In: ENANPAD, 2, Campinas, 2001, Anais...Campinas: ANPAD, 2001. CD-ROM.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR VOLUNTEER EFFORT (IAVE). Declaração Universal do voluntariado. Paris: 14 set. 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_voluntariado.pdf>. Acesso em: 11 Jul. 2013.

LANDIN, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil** - uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MONTEIRO, Alcides A. Quando a ajuda chega por email: o voluntariado online como oportunidade e realidade. In: Congresso Português de Sociologia, 6., 2008, Lisboa, **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

MOVIMENTO DE SAÚDE MENTAL COMUNIDADE DO BOM JARDIM (SMBCJ). **Missão e valores**. Disponível em: <<http://www.msmbcj.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

OLIVEIRA, Francisco Correia de.; BEZERRA, Rosa Maria Munguba. Fatores que geram a evasão no trabalho voluntário. In: Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 1., 2007,

Natal, Anais... Natal: ENGPR, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Voluntariado. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/faca-parte-da-onu/voluntariado/>>. Acesso em: 17 Jul. 2013.

PEÑA-LOPEZ, Ismael. Online volunteers: knwoledge managers in nonprofits. The journal of information technology in social change, v.1, p.142-159, Apr. 2007.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Direito fundamental à boa administração e governança**: Democratizando a função administrativa. 2010. 254 f. Tese (Pós-Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2010.

WILSON, A.; PIMM, G. **The tyranny of the volunteer**: the care and feeding of voluntary workforce. MCB University Press, v. 34, n. 4, p. 24-40, 1996.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 4 Energia eólica no quintal da nossa casa?!

Estudo Sobre Os Impactos Da Instalação E Operação De Uma Usina Na Comunidade De Sítio Do Cumbe Em Aracati-Ce

Roseilda Nunes Moreira, Francisco Antônio Barbosa Vidal

Resumo

O presente estudo teórico-empírico teve como objetivo compreender a percepção que a população local tem a respeito dos impactos socioambientais provocados pela instalação e operação de uma usina eólica na comunidade do entorno. O recorte espacial adotado para o estudo é a comunidade do Cumbe no município de Aracati/CE que pela sua formação geomorfológica e climatológica apresentou condições suficientes para a instalação e utilização da energia eólica de forma a modificar a matriz energética do município. Esta pesquisa é de tipo exploratório e descritivo com delineamento bibliográfico e estudo de caso, onde para coletar os dados foram realizadas entrevistas com perguntas abertas a um grupo de moradores próximos ao parque eólico em estudo e um promotor de justiça do município de Aracati. Na pesquisa de campo foram investigados os impactos socioambientais provocados pelo parque eólico, o nível de compreensão da comunidade sobre energia eólica e a contribuição do empreendimento para o desenvolvimento da comunidade, entre outras questões.

Palavras-chave: Energia eólica, gestão ambiental, impactos socioambientais e sustentabilidade.

Introdução

As mudanças ambientais em curso estão concentradas em poucas décadas, possuem escopo global e estão profundamente relacionadas com o comportamento humano. Esse processo mostra que os recursos naturais estariam sendo consumidos em velocidade maior do que o planeta é capaz de recompô-los. Há risco real de que não reste o suficiente para as gerações futuras e faz-se necessário uma nova atitude crítica sobre a vida na Terra (CAMARGO, 2003).

Um dos principais atores do aquecimento global se chama gases de efeito estufa (GEE) e a principal fonte de emissão desses gases é a queima de combustíveis fósseis, principalmente petróleo e carvão mineral. A partir desse contexto, emerge a necessidade de diversificação da matriz energética e a troca do uso de combustíveis fósseis, principalmente do petróleo e seus derivados por fontes limpas e renováveis. A crescente demanda por soluções que visem à redução do uso de energias não renováveis torna-se fundamental para a sustentabilidade do Planeta e qualidade de vida humana.

A crescente demanda por soluções que visem à redução do consumo de energias não-renováveis - “poluidoras”, aliada a crise energética mundial e o aquecimento global, tem levado a humanidade a repensar seus hábitos de consumo e substituir a utilização das energias poluidoras, geradas por combustíveis fósseis, por energias renováveis. Neste sentido, torna-se fundamental para a sustentabilidade do Planeta e qualidade de vida humana a busca de estudos que conduzam a criação de tecnologias capazes de promover o maior aproveitamento de fontes de energia não poluidoras (DIAS, 2004).

Segundo Relatório Especial sobre Fontes de Energia Renovável, o mundo terá de triplicar a participação das energias renováveis na matriz até 2035 se quiser manter as concentrações de carbono na atmosfera em um nível seguro, ou seja, a participação das energias renováveis (solar, eólica, geotérmica, hidrelétrica e biomassa) na matriz energética global terá de passar dos atuais 14% para 35% para que o mundo possa estabilizar os gases de efeito estufa na atmosfera (BRASIL, 2011).

Diante de toda a contextualização, verifica-se que em tempos de preocupação com o meio ambiente, que em verdade é muito mais um caso de sobrevivência do que mera consciência ecológica, as questões da matriz energética renovável ganham destaque mundial. Não há dúvidas de que as fontes de energia alternativas podem reduzir as emissões de carbono e assim devem ser buscadas e incentivadas, inclusive pelo Estado, via financiamentos. Porém, alguns estudos nos deixam preocupados quanto à forma como os empreendimentos estão sendo implantados e quanto à sustentabilidade dos mesmos, especificamente no Estado do Ceará que é o objeto de estudo desse artigo.

Em estudo sobre os danos socioambientais originados pelas usinas eólicas no campo de dunas do Nordeste brasileiro, foi evidenciado que as usinas eólicas estão se avolumando de forma descontrolada, sem monitoramento integrado e definição dos impactos Cumulativos. A elaboração de um plano regional com as áreas adequadas para esta importante e necessária fonte de energia limpa e renovável representa um dos fatores fundamentais para orientar políticas de utilização adequada do litoral (MEIRELES, 2011).

Corroborando com essa preocupação, o Deputado João Alfredo descreve em entrevista para o jornal Diário do

Nordeste (2011), que enquanto todo o planeta tem a preocupação de diminuição das emissões, nós estamos atraindo empreendimentos como a siderúrgica e a refinaria, que vão trazer um impacto muito grande. Aqui, a energia eólica está sendo implantada de forma equivocada, em cima de dunas, causando degradação.

Uma política de incentivos, atração e segurança aos investidores por parte do Governo é de extrema importância, mas não podemos perder de vista o rigor ambiental e social na implantação de um empreendimento de energia renovável. A produção de energia limpa é uma das principais premissas para mudança do atual cenário ambiental, porém defende-se uma necessidade da produção de energia renovável e eólica baseada numa política do não esperar acontecer para depois remediar e sim dar uma estrutura previamente planejada em relação aos aspectos sociais, ambientais, aos impactos ambientais e as medidas mitigadoras.

Diante do exposto no marco de justificativas tem-se como objetivo da pesquisa: compreender a percepção que a população local tem a respeito dos impactos socioambientais provocados pela instalação e operação de uma usina eólica na comunidade do Sítio do Cumbe (CE).

Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

Segundo Guerra (2007), a questão ambiental emergiu no final do século XIX, após Segunda Guerra Mundial, onde pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência e com o surgimento de alguma consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser questionadas.

O princípio da sustentabilidade surge no contexto de globalização como uma parada para reorientar o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade aparece como um processo para reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2001).

A ideia de desenvolvimento está intimamente ligada às condições e a qualidade de vida da população. Para Sachs (1993), o desenvolvimento ocorre quando se criam valores genuínos de uso que satisfaçam as necessidades da sociedade, e prevalecerá uma situação de mau desenvolvimento, caso a economia apresente pseudovalores de uso sob a forma de consumo exagerado ou indevido de bens e serviços, assim como de armamentos e energia.

Neste sentido é correto afirmar que, desenvolvimento, no seu conceito mais amplo é muito mais que a utilização predatória do meio ambiente para transformá-lo em mercadoria, quer seja na forma de bens ou serviços. A discussão pede passagem nas organizações para a prática de uma gestão ambiental e um desenvolvimento de forma sustentável, ou seja, como devemos usar hoje sem comprometer o uso pelas próximas gerações.

Verifica-se nos dias de hoje que a gestão ambiental deve estar presente em todos os projetos de uma organização e é definida como “o braço da administração que reduz o impacto das atividades econômicas sobre natureza” (PEARSON, 2011). A gestão ambiental procura mobilizar os empreendimentos para que estes promovam um ambiente eco-

logicamente equilibrado, desde o planejamento até sua completa desativação.

A gestão ambiental é definida como a condução, direção, controle e administração do uso dos sistemas ambientais, mediante certos instrumentos, regulamentos, normas, financiamento, disposições institucionais e jurídicas. Para se obter maior volume de dividendos da exploração dos recursos e serviços ambientais, a gestão deverá ser ambientalmente racional, a fim de garantir a conservação e regeneração das suas propriedades, evitando-se ao máximo a deterioração (RODRIGUEZ, 2010)

Segundo Aligleri (2009), gestão ambiental é uma prática que vêm ganhando espaço nas instituições públicas e privadas. Através dela é possível a mobilização dos atores envolvidos para se adequar a promoção de um meio ambiente equilibrado. Outro fator importante é o desenvolvimento da gestão ambiental organizacional, onde as empresas estão buscando como diferencial não só a obtenção de lucro, mas a forma de obtê-lo sem prejudicar a natureza.

O novo paradigma da sustentabilidade demanda da utilização de princípios de gestão ambiental e de democracia participativa que se propõem a necessária transformação dos Estados para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza (LEFF, 2003). A ciência, a tecnologia, a responsabilidade social e organizacional e a educação devem ser os alicerces da construção de um novo plano de gestão ambiental que, no caso do setor energético, esteja focado em fontes de energia renováveis e não poluentes. (VECCHIA, 2010, p. 146).

Sánchez (2008, p. 336) define plano de gestão ambiental como “um conjunto de medidas propostas para prevenir, atenuar ou compensar impactos adversos e riscos ambientais, além de medidas voltadas para valorizar os impactos positivos”. Comenta ainda que o cuidado na elaboração do plano, o envolvimento das partes interessadas e adequada implementação como condições necessárias para alcançar os resultados esperados. Uma importante ação prática da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável é a utilização cada vez maior das fontes de energia renovável na matriz energética do País e dos Estados.

Para Aligleri e Krugliankas (2009) o desempenho social inadequado e a falta de políticas bem elaboradas de cunho social e ambiental podem ter sérias implicações organizacionais, acarretando prejuízos materiais e morais de modo a aumentar os custos e perder oportunidades de mercado. Não há como ignorar o novo compromisso das empresas com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis em suas práticas de gestão. A estratégia da empresa deve estar integrada, de forma coerente e transversal, apoiada em três vertentes, consideradas como de grande importância para as organizações, a econômica, a ambiental e a social, a chamada tríade do desenvolvimento sustentável. Assim verifica-se que a perspectiva da aplicação da gestão ambiental é um caminho certo e sem volta para termos um amanhã mais digno e os ventos se apresentam como uma fonte promissora no caminho do desenvolvimento sustentável.

O Meio Ambiente e a Energia Renovável

A discussão quanto ao meio ambiente envolve diversas dimensões como, social, econômica, cultural e política, bem como está imbricada a noção de desenvolvimento. Para Sachs (1986, p.10) “o ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão”.

A sociedade contemporânea tem manifestado, de forma crescente, sua inquietação com as diversas questões sociais e ambientais, que tem sido, cada vez mais, alvo de discussões no que se refere a temas como aquecimento global, energias renováveis, falta de água, poluição e uso de recursos naturais, entre outros. O direito a um meio ambiente saudável faz parte dos direitos difusos e coletivos, o que envolve maior complexidade. Tanto que a Constituição de 1988 destinou o Capítulo VI para o meio ambiente, no qual no Art. 225 deixa claro que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.”(BRASIL, 2003, p. 52).

A crescente demanda por soluções que visem à redução do consumo de energias não-renováveis - “poluidoras”, aliada a crise energética mundial e o aquecimento global, tem levado a humanidade a repensar seus hábitos de consumo e substituir a utilização das energias poluidoras, geradas por combustíveis fósseis, por energias renováveis.

Pensar na diversificação da matriz energética, priorizando as energias renováveis é praticar desenvolvimento sustentável. A energia solar com aproveitamento fotovoltaico ou térmico, a hidroeletricidade, a energia eólica, a biomassa, a

energia das marés e a energia geotérmica estão entre as fontes energéticas que terão sua importância aumentada no cenário energético mundial, tendo o governo e a sociedade participação decisiva na transição de um mundo baseado em energias não renováveis para fontes de energias que se encaixem na proposta de desenvolvimento sustentável (TERCIOTE, 2002).

A demanda por matéria-prima e energia continuará crescente e traz um impasse civilizatório: ou a sociedade de consumo enfrenta o desafio da sustentabilidade ou teremos cada vez menos água doce e limpa, menos florestas, menos solos férteis e outros efeitos colaterais desse modelo suicida de desenvolvimento (TRIGUEIRO, 2005).

Conforme resolução CONAMA 01/86, impacto ambiental é definido como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V – a qualidade dos recursos ambientais”.

Na obtenção de energia elétrica, os impactos existem em menor ou maior proporção, no caso da hidráulica que utiliza as águas dos rios os geradores são de grande porte e precisam normalmente para sua construção fazer toda uma mudança na natureza do lugar de operação dos mesmos, ou no caso da térmica que precisa de calor gerado pela queima de combustível como petróleo ou carvão que geram gases de efeito estufa, e que dentro do setor energia estão mencionados no protocolo de Quioto de 1992, como elementos que

acrescentam o problema do aquecimento global (BARBIERI, 2004)

As energias eólicas e solares trazem menos riscos e menos transtornos naturais, porque utilizam as fontes renováveis em sua forma natural. A geração de energia eólica obteve sucesso em países como Dinamarca, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e nos Países Baixos, durante muitos anos, sem problema algum com a sociedade e natureza. Demonstrou-se que por meio de estudos na Dinamarca, os fatores negativos que poderiam impactar negativamente o meio ambiente e que mais se discutem nos aerogeradores são níveis de ruído máximos permissíveis, estética paisagista da natureza e morte das aves por colisões (DANISH WIND INDUSTRY ASSOCIATION, 2004).

Face ao exposto, pode-se afirmar que mesmo tendo a certeza da total importância para o mundo da produção de energia renováveis, é de suma importância às discussões sobre a forma de instalação e o tipo de impactos para a comunidade e meio ambiente essa tecnologia vem causando. Ao mesmo tempo em que o homem precisa de energia elétrica para seu desenvolvimento, ele precisa encontrar formas para que essa geração não degrade o meio ambiente, que é o grande gerador dos recursos naturais e de importância vital. A questão ecológica ultrapassa as fronteiras nacionais, isto é, tornou-se uma preocupação generalizada não se restringindo a um ou outro país, trata-se de um problema de todos.

Metodologia

A metodologia utilizada no estudo foi exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002, p.41) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade

com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. As pesquisas descritivas de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Para o alcance do objetivo proposto foi utilizada a estratégia metodológica do estudo de caso. A escolha do estudo de caso justificou-se por permitir uma melhor compreensão e aprofundamento da unidade de análise escolhida e ser de natureza eminentemente qualitativa, valendo-se preferencialmente de dados coletados pelos pesquisadores por meio de consulta às fontes primárias e/ ou secundárias, de entrevistas e da própria observação do fenômeno (GODOY, 1995). Além disso, esta estratégia possibilitou um melhor entendimento das dinâmicas de interação da comunidade com o organismo empresarial inserido no ambiente social.

Quanto aos procedimentos técnicos, realizaram-se pesquisas através de jornais e documentos da região onde o empreendimento encontra-se instalado, assim como se efetuou visita in loco, obtendo dados e informações confiáveis para o estudo. Também foram obtidas muitas informações através de documentos da agência de desenvolvimento do Ceará (ADECE), consultas na internet, no sitio da empresa e blogs com discussão sobre o assunto energia eólica.

O universo da pesquisa compreendeu a comunidade Sítio do Cumbe no município de Aracati (CE) e teve como recorte de estudo de caso a implantação e operação da usina eólica da empresa Bons Ventos na comunidade. Para coletar os dados

sobre a interação empreendimento e comunidade foram realizadas entrevistas com quatro atores sociais, moradores da comunidade do entorno do Parque Eólico e o critério de abordagem foi por acessibilidade onde o entrevistado tinha que visualizar o parque dos “quintais das suas casas”.

Os pesquisadores quiseram obter percepções da rotina da vida cotidiana dos moradores com seus vizinhos, os aerogeradores. A entrevista com os moradores aconteceu no mês de novembro de 2011.

Utilizou-se ainda da técnica de análise documental sobre registros, artigos e relatórios recebidos pelos pesquisadores durante participação em audiência pública ocorrida no dia cinco de outubro de 2011 na cidade de Fortaleza. No contexto experienciado, a técnica da observação participante propiciou repertórios interpretativos agregadores ao processo de análise dialógica no presente estudo, além da interlocução com o promotor de justiça, representante do arcabouço jurisdicional, inquiridor de marcos-chave referentes à perspectiva da diligência devida da obra (Parque Eólico), isto é, impactos e dinamicidades relacionais com a comunidade.

Apresentação e Análise dos Resultados

Para apresentação dos resultados deste artigo, os dados analisados foram divididos em três seções: A primeira seção explora a produção de energia eólica no Ceará e evidenciam os aspectos processuais e funcionais da Empresa Bons Ventos (instaladora e mantenedora do Parque Eólico em estudo). A segunda seção apresenta as características da comunidade Sítio do Cumbe e terceira seção trata da percepção dos moradores e análise documental a respeito do parque eólico e seus impactos socioambientais na comunidade.

A Energia Eólica no Estado do Ceará

A energia eólica, proveniente dos ventos, começou a ser explorada no Ceará, em maio de 1990, quando a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE) firmou um Protocolo de Intenções com a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) para o desenvolvimento do projeto "Mapeamento Eólico do Estado do Ceará", com a finalidade de avaliar e identificar com maior precisão os recursos eólicos disponíveis e as áreas potencialmente favoráveis a implantação de parques eólicos (CARVALHO e BARBIERI, 2001).

As primeiras turbinas eólicas do país foram instaladas no estado do Ceará nos projetos-piloto de Taíba, no município de São Gonçalo do Amarante e de Mucuripe, em Fortaleza. O início da energia eólica no Ceará se deu em 1992 quando as empresas Coelce e J. Macedo instalaram 10 estações anemométricas (torres de medição do vento). Estudos executados por 05 anos viabilizaram a implantação do Parque Eólico do Bairro Mucuripe. Já em 1999, foi inaugurada em janeiro a primeira usina, localizada na Praia da Taíba, com capacidade de 5MW com 10 aerogeradores de 44 m de altura e 500 Kw instalados. Atualmente o Ceará é o principal estado do país em geração de energia eólica (ADECE, 2010). Em 19 de dezembro de 2009 o Ceará contava com mais de 21 projetos aprovados e 541 MW de potência média contratados, dobrando sua capacidade instalada até 2013. Com o leilão realizado em 25 de agosto de 2010, o Ceará somará, em 2014, em torno de 1211 MW de potência média instalada. Estes números mantêm o estado como o maior em número de parques eólicos do Brasil e o maior produtor de energia elétrica por fontes eólicas do Brasil, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul, com potência média instalada de 150 MW (ADECE, 2011). Os parques eólicos em

operação no estado do Ceará estão representados na Figura 1, conforme apresentação a seguir:

Figura 1: Eólicas em Operação no Ceará – 2011

No	Usina	Município	Proprietário	Potência (MW)
1	Praia Formosa	Camocim,CE	Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A	104,4
2	Canoa Quebrada	Aracati,CE	Bons Ventos Geradora de Energia S.A	57
3	Eólica Icaraizinho	Amontada,CE	Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A	54,6
4	Bons Ventos	Aracati,CE	Bons Ventos Geradora de Energia S.A	50
5	Volta do Rio	Acaraú,CE	Central Eólica Volta do Rio S.A	42
6	Parque Eólico Enacel	Aracati,CE	Bons Ventos Geradora de Energia S.A	31,5
7	Eólica Praias de Parajuru	Beberibe,CE	Central Eólica Praia do Parajuru S.A	28,8
8	Praia do Morgado	Acaraú,CE	Central Eólica Praia do Morgado S.A	28,8
9	Parque Eólico Beberibe	Beberibe,CE	Eólica Beberibe S.A	25,6
10	Foz do Rio Choró	Beberibe,CE	SIF Cinco Geração e Comercialização de Energia S.A	25,2
11	Eólica Paracuru	Paracuru,CE	Eólica Paracuru Geração de Energia S.A	23,4
12	Taiba Albatroz	S.G do Amaranante,CE	Bons Ventos Geradora de Energia S.A	16,5
13	Eólica Canoa Quebrada	Aracati,CE	Rosa dos Ventos Geradora e Comercialização de Energia S.A	10,5
14	Eólica Prainha	Aquiraz,CE	Indústria e Comércio Ltda	10
15	Eólica Taiba	S.G do Amaranante,CE	Indústria e Comércio Ltda	5
16	Lagoa do Mato	Aracati,CE	Rosa dos Ventos Geradora e Comercialização de Energia S.A	3,2
17	Mucuripe	Fortaleza,CE	Wobben Wind Power Indústria e Comércio Ltda	2,4

Fonte: Energias Renováveis do Ceará – ADECE, 2011.

Fazendo uma análise da figura 1, verifica-se um total de 17 parques eólicos instalados e em funcionamento no estado do Ceará com produção de 518.934 KW, para 2012 estão previstos que mais 21 projetos sejam instalados conforme resultado dos leilões de 2009 e em 2013 mais 5 projetos conforme leilões de 2010, estes serão as primeiras usinas do nordeste brasileiro fora do litoral conforme dados da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE, 2011). Perfazendo um total de 43 parques eólicos no estado do Ceará. Na figura 1 acima resolveu-se marcar os parques eólicos de propriedade da empresa Bons Ventos, estudo de caso deste artigo, compreendendo os parques de número 2, 4, 6 e 12.

Empresa Bons Ventos Geradora de Energia S/A

Três atuantes grupos deram origem à empresa Bons Ventos Geradora de Energia S.A: FIP Brasil Energia (Fundo de Investimentos em participações criado em 2004), Grupo Ligna (Conglomerado empresarial que investe em atividades varejistas, imobiliárias, energéticas e industriais) e o Grupo Servtec (com atuação em vários Estados brasileiros desde 1969, presta serviços de engenharia e energia). Porém, em fevereiro de 2012 a Bons Ventos foi negociada com a paulista CPFL Energias Renováveis por R\$ 1.06 bilhão. Na opinião de Lauro Fiúza, presidente da Servtec Energia, que instalou e operou o parque gerador da Bons Ventos em Aracati e Taíba, “a venda revelou o potencial do setor” e, ainda, a competência técnica de sua empresa, que instalará um parque eólico na Ibiapaba, desta vez em parceria com a Rio Bravo Investimentos. Com a compra da empresa a CPFL chega a um portfólio de 809,5 MW de potência instalada (ADECE, 2011).

Os empreendimentos da empresa estudada, o **Parque**

Eólico Aracati (**unidades** de energia eólica Bons Ventos, Canoa Quebrada e Enacel) e o **Parque Eólico Taíba (Albatroz)**, conforme Figura 2 abaixo discriminada, totalizam 155 MW e 75 aerogeradores de 2100 kW, gerando 559,3 GWh/ano, devidamente habilitados pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e contratados pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A – para suprimento de energia elétrica durante 20 anos. Para melhor compreensão da produção de energia eólica da empresa estudada, construiu-se a figura 2 que veremos a seguir:

Figura 2: Dados de Cadastro dos Parques Eólicos da Empresa Bons Ventos

UEE TAÍBA ALBATROZ	
Município	São Gonçalo do Amarante
Proprietário	Bons Ventos Geradora de Energia S/A
Configuração do parque	11 aerogeradores de 1,5 MW
Produção estimada (KW)	40567560
Potência Instalada (KW)	16500
Receita (R\$)	8.924.863,20
UEE BONS VENTOS	
Município	Aracati
Proprietário	Bons Ventos Geradora de Energia S/A
Configuração do parque	22 aerogeradores de 2,1 MW/ 2 de 1,9 MW
Produção estimada (KW)	173798400
Potência Instalada (KW)	50000
Receita (R\$)	38.235.648
UEE CANOA QUEBRADA	
Município	Aracati
Proprietário	Bons Ventos Geradora de Energia S/A
Configuração do parque	22 aerogeradores de 2,1 MW/ 6 de 1,8 MW
Produção estimada (KW)	205562160

UEE TAÍBA ALBATROZ	
Potência Instalada (KW)	57000
Receita (R\$)	45.223.675,60
UEE ENACEL	
Município	Aracati
Proprietário	Bons Ventos Geradora de Energia S/A
Configuração do parque	15 aerogeradores de 2,1 MW
Produção estimada (KW)	110376000
Potência Instalada (KW)	31500
Receita (R\$)	24.282.720

Fonte: ADECE, 2011

Como visto anteriormente o total de energia eólica produzida atualmente no Ceará corresponde a 538 MW de potência instalada. Desse total, 67 aerogeradores estão instalados na comunidade do Cumbe, no município de Aracati e são responsáveis pela capacidade de 138,5 MW. A capacidade instalada no parque de Aracati representa cerca de 10% da potência para abastecer o Ceará, que é de 1400 MW, conta Luiz Eduardo Moraes, sócio-diretor da Bons Ventos. Segundo resultados apresentados o parque eólico da comunidade do Cumbe evidencia-se como de extrema importância para a geração da energia renovável (ADECE, 2011). Verifica-se através da figura 2 que a empresa Bons Ventos possui uma expressividade na participação de produção de energia eólica no Estado do Ceará.

Objeto de Estudo – Comunidade Sítio do Cumbe em Aracati (CE)

As comunidades tradicionais podem ser caracterizadas pela relação com recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida, pelo profundo conhecimento da natureza,

que é transmitido de geração a geração, a partir da oralidade; pela noção de território e espaço, onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que, em algumas comunidades, a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados às suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com baixo impacto sobre o meio; pela auto-identificação, ou pela identificação por outras pessoas de pertencer a uma cultura diferenciada; entre outras características (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Cumbe é uma palavra de origem africana ou afrobrasileira que significa quilombo. A população é composta por famílias de pescadores/as, agricultores/as e artesãos, com aproximadamente 576 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, distribuídos/as em 135 famílias e correspondendo a 0,86% da população total do município de Aracati (66.384 habitantes) (QUEIROZ, 2007). O acesso para essa comunidade pode ser feito de duas formas, além do Rio Jaguaribe; uma pelo Distrito-Sede de Aracati, por uma estrada carroçável, e a outra, pelas dunas de Beirada e de Canoa Quebrada (LIMA, 2004).

A comunidade do Sítio Cumbe em Aracati pode ser considerada uma comunidade tradicional não-indígena representada pelos pescadores artesanais. Esse grupo específico de pescadores artesanais está espalhado por todo o litoral brasileiro, fazendo da pesca sua principal atividade, que, em parte, é consumida pela família e, em parte, comercializada,

mas exercendo também a pequena agricultura, o extrativismo e o artesanato Além disso, a unidade de produção é geralmente familiar, incluindo, na tripulação de suas embarcações, os conhecidos e os parentes longínquos (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Nos últimos anos a comunidade presenciou a chegada de grandes projetos, como a CAGECE, a carcinicultura e a instalação dos parques de energia eólica. Quanto a carcinicultura Aracati é o município do estado do Ceará que tem sido responsável por 12% da produção, comercialização e movimentação do camarão no país. O município também concentra o maior número de fazendas e a maior área do estado cearense ocupado com a carcinicultura. A Comunidade do Cumbe se encontra cercada por dunas ao leste, carnaubais em todo o entorno, pelo Rio Jaguaribe e o manguezal a oeste e fazendas de camarão por todos os lados. Grande parte das fazendas de camarão está implantada na comunidade do Cumbe (TEIXEIRA, 2008).

A atividade econômica da carcinicultura, em princípio, se apresentou segundo os discursos dos empresários, como promissor para o progresso e desenvolvimento, e que traria a geração de empregos para a comunidade local, ao longo dos anos, porém o que se verificou foi uma infinidade de impactos ambientais e sociais como: desmatamento do manguezal, da mata ciliar do carnaubal, desapropriação de terras, extinção de lugarejos e expulsão de famílias da comunidade sem contar com a transformação do modo de vida da comunidade, sobretudo no exercício do trabalho no mangue (TEIXEIRA, 2008). Ressalta-se que segundo o estudo do IBAMA (2005) a geração de empregos foi seis vezes menor do que o

prometido pelos empreendedores do ramo, além de ter gerado desemprego acentuado no período de 2002 a 2003, quando a atividade começou a apresentar uma queda na produção de camarão, devido o surgimento de doenças. A comunidade já sofrida com as promessas do cultivo do camarão se depara agora no seu habitat com os enormes aerogeradores e com os mesmos discursos dos empresários sobre desenvolvimento econômico e social da comunidade antes ouvido com a chegada da carcinicultura.

A pesquisa de campo: entrevista com moradores de Sítio do Cumbe

Na visita ao local foi impossível não se espantar com quão gritante conflito visual de uma comunidade que parece ter parado no tempo, com costumes tão provinciais, agora que está recebendo obra de saneamento estando ao lado de tamanha grandiosidade e tecnologia dos aerogeradores, com suas altas torres brancas e enormes hélices, que captam a força dos ventos, empreendimento que exigiu gastos milionários. Os aerogeradores foram implantados nas dunas locais há uma distância de aproximadamente 500 metros da comunidade.

Numa perspectiva de Investigação do nível de compreensão e informação dos moradores sobre energia eólica foi questionado aos entrevistados sobre as ações da empresa na fase de construção da usina eólica para esclarecer aos moradores sobre os aspectos de definição do que era energia eólica, importância da produção de uma energia mais limpa, os impactos do empreendimento ao desenvolvimento da comunidade e ao meio ambiente, dentre outros questionamentos.

“Todo mundo aqui fez de conta que entendeu tudo, se cala e vai levando assim no banho Maria mesmo. Tem

um rapaz aqui que foi atrás dos direitos que ele é até professor, mas o povo daqui mesmo foi quem botou ele pra correr, porque achavam que ele ia atrapalhar a construção da usina e o crescimento da comunidade”.

“A comunidade aqui é formada por pescadores, por marisqueiras, um pessoal trabalha com artesanato e se você for ver o índice de escolaridade do pessoal é muito baixo. Aqui nos dedos das mãos você conta quantas pessoas tem um nível superior os demais têm quarta série. O tipo de escola aqui é falha não prepara nossos alunos, não informa sobre seus direitos e quando chegou a empresa fez umas reuniões, mas o povo ficou sem entender muita coisa, só foi realmente saber do que se tratava quando começou a chegar os caminhões, escavações nas nossas dunas, abrir estrada acabando com a nossa água dos nossos lagos, quebradeira e rachaduras nas nossas casas”.

“Quando chega esse tipo de empreendimento na comunidade eles chegam prometendo mundos e fundos, só falam de coisas boas. Eles não chegam dizendo: vocês não vão ter acesso as lagoas, nós vamos bagunçar a vida de vocês. Se chegassem falando a verdade a comunidade não ia aceitar. Aconteceu com o camarão e nós não aprendemos”.

“Eles fizeram sim muitas reuniões para informar o que era a energia dos cataventos, mas muitos nem participaram e quem foi não entendeu muito porque foi usada uma linguagem muito técnica, nós só conseguimos gravar os empregos que chegariam, que nós íamos vender comida para os trabalhadores e uns foram passando de boca em boca para os demais moradores as coisas boas prometidas. Lembro bem de uma reunião que teve no grupo escolar pra decidir algumas coisas antes da instalação. Muitos puderam outras não. Eles

prometeram quando vieram fazer a reunião que iam plantar o parque aí, mas agente ia ter acesso ao nosso lazer, as praias, a tudo e nada disso está acontecendo”.

Através dos relatos dos entrevistados fica aparente a insatisfação dos moradores quanto às expectativas que fizeram antes da instalação do empreendimento e o que hoje na prática foi realizado de melhorias para comunidade. Nos relatos evidencia-se que foram sim, promovidas reuniões com a comunidade com o objetivo de esclarecimento sobre a implantação da usina eólica, mas que a comunidade não conseguiu sanar as dúvidas, nem tampouco entender do que se tratava até a etapa da efetiva construção. Verifica-se nos depoimentos um sentimento de ilusão por falsas promessas de melhorias para comunidade que não vieram juntamente com a instalação dos aerogeradores.

Quando indagados do nível de participação da comunidade nas decisões sobre a instalação do parque um depoimento nos chamou bastante atenção, a saber:

“esse empreendimento quando veio se instalar aqui no Cumbe nós já soubemos através da imprensa, mas antes da instalação em 2004 a comunidade junto com o MEMORAR (Centro de Memória do Aracati) e o Instituto do Museu Jaguaribano o departamento de história da UFC, fizemos uma expedição nas dunas e encontramos diversos sítios arqueológicos de um povo que viveu de cinco a dez mil anos atrás, após isso fizemos um dossiê e pedimos o tombamento dessas dunas aqui e não obtivemos resposta do IFAN, só depois que fomos entender que já estava sendo pensada a instalação de um parque pra cá”.

Outro depoimento chamou atenção e causou grande tristeza e indignação quando um morador nos confidenciou

que alguns nativos, por ter mais informação e buscarem seus direitos como cidadãos e seres humanos, acabam sendo afastados da comunidade por serem formadores de opinião, tratava-se de um professor que lecionava na comunidade e foi transferido para outra localidade. Ficando aqui evidente os interesses políticos, pessoais e obscuros por parte de nossa governança e daqueles que deveriam proteger e informar a população.

Quando questionados sobre as melhorias e ações de desenvolvimento que a implantação da usina eólica trouxe para a população do Cumbe foram citadas:

“O que construíram aqui foi aquela ponte, porque ninguém tinha ponte. Uma ponte de madeira não é ponte é um arranjo. A ponte que liga o Aracati ao Cumbe. Reformaram a igreja que tava caindo, inclusive até o forro desmancharam, fizeram uma praça pra igreja. Hoje é bem organizada a igreja, mudaram porta, fizeram tudo. Ainda estão dando curso de costura essas coisas assim. Ficou melhor porque antes se fosse pra Canoa Quebrada tinha que ir pelas dunas a pé, hoje vai de carro pela estrada. Pra mim foi tudo de bom”.

“Estão recuperando a estrada, recuperaram uma parte da igreja, fizeram uma praçazinha na igreja e sempre estão aqui fazendo aprendiz pra população, como costureira, cabeleireira pra quem quiser aprender”.

“Não deixou melhoria. Alguma coisa que ela fez foi uma restauração nas casas e deu R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de material e R\$ 1.000,00 (um mil reais) em dinheiro pra pagar a construção. E uns cursos que estão dando aqui foi porque ficamos no meio dos caminhões. Pra conseguir que eles fizessem alguma coisa aqui foi preciso fechar a estrada por 19 dias. Foi por muita luta. Tudo nós botamos no papel e pedimos.

Essa estrada ai eles não estão fazendo ela porque querem não. Foi nossa luta”.

“Estrada agente não tinha agora agente já tem uma estrada, a questão do acesso a praia que antes só podia ir de carro com tração, bugge, a pé ou a cavalo e agora a gente já tem uma estrada até a praia pra facilitar o acesso a comunidade, mas de péssima qualidade. Pelas dunas as estradas deles são melhores do que as nossas. As empresas também dizem oferecer cursos de artesanato, culinária como se tivéssemos aprendido com eles, mas na verdade o Cumbe já tem tradição na culinária e artesanato. Isso é para dizer que estão cumprindo com a responsabilidade social. A primeira coisa que eles instalam na comunidade é o conflito. A divisão da comunidade. Tem aquelas pessoas que acham a melhor coisa, acham que aqui só tem areia, os sítios arqueológicos são só cacos de telha, todos iludidos com falsas promessas. E essas empresas se aproveitam desse conflito entre os próprios moradores pra tirar proveito disso. Mas essas pessoas que apóiam essas empresas não são inimigos, são vítimas. Essas pessoas em nenhum momento participam de nada, das reuniões e se contentam com qualquer coisa”.

Dentre as melhorias apresentadas pelos entrevistados destacaram a construção da estrada, mas que não atende totalmente os desejos e necessidades dos mesmos, a reforma da igreja e conserto das casas os mais politizados rebatem com a crítica de que isso foi feito porque tanto as casas como a igreja foram danificadas no período de construção da usina onde havia um grande tráfego de caminhões pesados.

Na entrevista também foi questionado o que a comunidade ainda espera da organização Bons Ventos:

“Que eu saiba não tem mais o que fazer não. Já fez o bastante e tá fazendo porque eles dão curso direto ai pra quem queira ser cozinheira, lavandeira, corte e costura, minha esposa fez bem uns quatro”.

“Melhorar ainda mais, porque a comunidade da gente ainda merece mais melhorias. Por exemplo, aqui merecia um posto de saúde, um posto médico, que a população deveria ter exigido, porque pra eles não é nada, até uma estrada melhor, porque ali merecia ter colocado um material melhor porque eles colocaram essa piçarra e no inverno não vai ser tão bem ali”.

“Principalmente estrada, posto de saúde, dentista pra gente que não tem. Eles devem ganhar muito dinheiro com esta energia nova, porque não fazem pelo menos um posto de saúde na nossa comunidade”.

“Sei que não vai resolver nosso problema, pois ela já está instalada, mas sabemos que pra todo empreendimento tem que ter uma compensação ambiental e que parte dessa compensação fosse aplicada dentro da comunidade, pelo menos as condições mínimas como a estrada, pois hoje no inverno ninguém pode ir a Aracati, ficamos ilhados e pelas dunas as estradas deles são melhores do que as nossas. Quando você vem na estrada do Aracati você vê uma placa indicando estrada de 8 km e 69m custando R\$ 1.118.000 (hum milhão cento e dezoito mil) com certeza esse dinheiro não foi empregado na estrada ou utilizaram o pior material. Nós já pedimos duas audiências com os responsáveis, mas em uma reunião vem um, na outra vem outro e diz que não sabe, que faltou dinheiro. O inverno está chegando e o prazo pra terminar é dezembro deste ano. A pista é de piçarra de péssima qualidade. É um absurdo uma energia de última geração e uma comunidade, sem o mínimo, o básico que é um banheiro”.

O estudo também permitiu identificar que a comunidade ainda espera da empresa Bons Ventos melhorias como saúde, pois fica evidente que se faz necessário ir até Aracati para fazer um simples tratamento dentário. Esperam também uma estrada melhor, já que eles julgam ter sido utilizado material de péssima qualidade nessa construção, além do desejo também da construção de banheiros nas residências que muitas casas não possuem.

Verifica-se que falta o básico na comunidade. Em nenhum dos depoimentos fica aparente o descaso do governo com as necessidades básicas da comunidade, nenhum dos entrevistados manifesta descontentamento com a falta de interlocução do governo com a empresa privada que se beneficia do espaço público sem um planejamento prévio de desenvolvimento sustentável. Em síntese, pode-se verificar através das falas dos entrevistados que para a comunidade do Cumbe a instalação do parque eólico trouxe na visão de alguns impactos positivos como reforma de casas, construção de praças, reforma da igreja local, da estrada enquanto para outros a empresa trouxe a privatização de áreas públicas, destruição de sítios arqueológicos e a mudança na dinâmica local.

Evidências de Diligência Devida na Perspectiva da Retroalimentação Jurisdicional e Comunitária

Os pesquisadores participaram de audiência pública que aconteceu em outubro de 2011 e que discutiu o número de empresas de energia eólica no Estado do Ceará, participaram do debate representantes da Superintendência do Patrimônio da União no Estado; da Comissão de Rerratificação e Demarcação da Linha Preamar Média; além de promotores, professores universitários, entre outras entidades ligadas ao setor.

Na ocasião Alexandre Oliveira, promotor de justiça da

comarca de Aracati, no Estado do Ceará descreveu que hoje há uma construção intensa de parques eólicos em quase toda a zona costeira. Entretanto, o modo como esses parques eólicos vem sendo instalados no litoral cearense é catastrófico e reflete a grande irresponsabilidade ambiental dos envolvidos nos projetos – Estado (União, Estado e Município), empreendedores e organismos financiadores. Ele complementa refletindo que, a escolha pelas dunas para a instalação dos aerogeradores levou em consideração única e exclusivamente o aspecto econômico. Uma economia que sairá caro para o meio ambiente e para a sociedade.

Em análise dos documentos recebidos no dia da audiência – A ausência de avaliação dos impactos sociais e humanos na instalação dos parques eólicos nas localidades do Cumbe e Canavieira em Aracati(CE) e a energia eólica no estado do Ceará – a farsa da energia limpa ou da (IM)prescindibilidade de EIA/RIMA em zona costeira - escritos pelo promotor acima citado e usando a técnica de análise documental verifica-se que o licenciamento desses empreendimentos pelo órgão ambiental competente, a SEMACE – superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará vem contrariando a legislação ambiental nos seguintes pontos cruciais: a) A não exigência do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), considerando a especificidade ambiental da Zona Costeira e o fato de grande parte dos empreendimentos estarem situados em área de Proteção Permanente (campo de dunas); a SEMACE de forma temerária vem autorizando a instalação das usinas eólicas com base em Relatório Ambiental Simplificado – RAS; b) A não observância da Legislação Federal que trata dos sítios arqueológicos que também, exige EIA/RIMA constando o Projeto de salvamento desse patrimônio.

Os documentos deixam claro que em razão do licenciamento equivocado, sérios danos ambientais estão sendo cometidos na implantação desses parques e valiosíssimos sítios arqueológicos estão ameaçados de destruição e manifesta a desconsideração dos empreendedores responsáveis pela instalação dos parques eólicos e do poder público em avaliar com mais cuidado os impactos sociais e humanos da obra. Salienta no documento que as comunidades tiveram seus direitos desrespeitados pelo poder econômico e por aquele que deveria tutelá-los, o Estado.

Conclusão

Através da elaboração deste estudo, foi possível concluir que apesar do grande potencial eólico que o Estado do Ceará possui e a grande procura de empreendedores interessados na geração de energia eólica, além da necessidade da utilização de energias renováveis, constatado através das pesquisas que, as empresas ainda estão longe de realmente estarem comprometidas com o desenvolvimento socioambiental das comunidades em que atuam.

Este e outros estudos vêm demonstrando que a instalação de parques eólicos no litoral tem causado grande insatisfação entre comunidades de pescadores e marisqueiros, que muitas vezes são impedidos de circular em suas redondezas. Nos resultados das entrevistas fica evidente a divisão da opinião dos moradores quanto às melhorias que o parque provocou na comunidade em dois grupos. Um formado pelos que se contentam com o pouco oferecido, caracterizado na entrevista pelos que possuem pouca informação e que não participaram efetivamente das reuniões e debates realizados para discutir a problemática envolvendo a empresa instaladora do parque eólico, estes em síntese acham que as melhorias realizadas foram suficientes. Outra parte da população se

sente desvalorizada, explorada e violada em seus direitos. Uma questão não menos importante e que foi bastante frisada pelos entrevistados é a que se refere ao livre acesso à praia, às dunas e às lagoas, já que alguns se sentem impedidos de transitar na localidade e de realizar seus trabalhos e lazer.

Após realização da pesquisa, percebe-se que a produção de energia limpa é uma das principais premissas para mudança do atual cenário ambiental, porém defende-se a necessidade da produção de energia renovável e eólica baseada numa política do não esperar acontecer para depois remediar e sim dar uma estrutura previamente planejada em relação aos aspectos sociais, ambientais, aos impactos ambientais e as medidas mitigadoras.

A cadeia produtiva precisa trabalhar com modelos de gestão que desenvolva ações e soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

Terminamos esta pesquisa sem nenhuma dúvida de que as fontes de energia alternativas podem reduzir as emissões de carbono e assim devem ser buscadas e incentivadas, inclusive pelo Estado, via financiamentos, mas evidencia-se a preocupação quanto à forma como os empreendimentos estão sendo implantados. Precisa haver uma maior rigidez quanto ao licenciamento e realização do EIM/RIMA para implantação de empreendimentos, planejamento locacional, respeito as áreas de proteção, gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável pelas empresas empreendedoras, participação de decisões por parte da comunidade com criação de governança comunitária, dentre outras formas e modelos de gestão.

Conclui-se ainda que, nenhuma forma de geração de energia é absolutamente limpa: certo grau de impacto ambiental é inevitável para qualquer que seja a fonte. A energia eólica tem grande valor, mas não é a cura total contra o aque-

cimento global, como algumas pessoas colocam. Ela tem impactos negativos e sua instalação indiscriminada em todo o mundo pode atrapalhar mais do que ajudar no enfrentamento das mudanças climáticas globais.

Os resultados desta pesquisa demonstram que as vantagens apresentadas pelas empresas no processo de instalação das usinas eólicas devem ser avaliadas e pesadas com bastante cuidado, já que muitas vezes por trás de promessas de falsas melhorias escondem-se problemas gigantescos, muitas organizações destacam benefícios para a região como a geração de emprego e de renda para as comunidades e muitas vezes acabam revelando-se multiplicadoras de subempregos e até exploração de mão-de-obra barata, entre outros problemas que esses empreendimentos trazem com a utilização de terras de comunidades antes esquecidas e que buscam nas empresas que chegam à esperança de um futuro melhor. Espera-se um exercício maior papel fiscalizador e normalizador do Estado, exigindo que os retornos não sejam somente os financeiros, mas também promova o bem estar social e a preservação ambiental.

Sugere-se novas pesquisas em outras comunidades onde possuem usinas eólicas com maior quantidade de pessoas da comunidade e também verifica-se que seria importante pesquisas com o governo sobre a temática em discussão. É preciso mudar o status de fonte alternativa de energia que a modalidade de geração de energia eólica ainda hoje é taxada e investir cada vez mais na sua sustentabilidade. Faz-se urgente e necessário antes da implantação e operação de uma usina eólica ou de qualquer fonte de energia pensar no bem estar de quem por ter moradia ao lado desses empreendimentos modificam suas vidas, necessitam também ser preservadas e sofrer o mínimo com toda essa mudança que inevitavelmente ocorre no “quintal das suas casas” e no curso normal de suas vidas, sem esquecer nas mudanças ocasionadas no meio ambiente.

Referências

- ADECE. Atração de Investimentos no Estado do Ceará – Mapa Territorial de Parques Eólicos. Fortaleza: ENGEMEP, 2010.
- ADECE. Energias Renováveis do Ceará. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.
- ALIGLERI, Lilian. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALIGLIERI, L. A.; KRUGLIANKAS, I. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas. 2009.
- BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética Plano Decenal de Expansão de Energia 2020/ Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CAMARGO, Ana Luíza de B. Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2003
- CARVALHO, Allene Lagel e BARBIERI, Jose Carlos. Avaliação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável: Uma análise do Projeto de Energia Eólica do Estado do Ceará com base nas dimensões da sustentabilidade. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE POSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, 2001, Campinas-SP Anais... Campinas: ANPAD, 2001.
- CONAMA. **Resoluções** CONAMA, 1986 a 1991. Brasília: IBAMA, 1992.
- DIAS, Genebaldo F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V (org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.

Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GUERRA, A. J. Teixeira (Org). A questão ambiental: diferentes abordagens. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diagnóstico da Carcinicultura no Estado do Ceará. Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO), Diretoria de Qualidade e Licenciamento Ambiental (DILIQ) e Gerencia Executiva do Ceará (GERX-CE). Vol I, 177f, Vol II (Mapas). Brasília, DF, 2005.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, E. “Pensar a complexidade ambiental”. In: LEFF, E. (Org.). A Complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, I. S. M. Turismo e Carcinicultura: Desafios para o Desenvolvimento da Comunidade do Cumbe em Aracati. 2004. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MEIRELES, A.J.A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste Brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais. Confins [Online], 2011, posto online em 26 de março de 2011. URL: <http://confins.revues.org.6970>.

PEARSON EDUCATION DO BRASIL. Gestão ambiental. São Paulo: Pearson P Hall, 2011.

PORTAL das energias renováveis, disponível em <www.energias-renovaveis.com> acesso em 30 de agosto de 2011.

RODRIGUEZ, J. EMANUEL MATEO. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

QUEIROZ, L. S. Na vida do Cumbe há tanto mangue. As influências dos impactos socio ambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira. 2007.121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, PRODEMA, Fortaleza, 2007.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o Século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Estúdio Nobel / FUNDAP, 1993.

SÁNCHEZ, L. E.; Silva-Sánchez, L.E. (2008) - Tiering Strategic Environmental Assessment and Project Environmental Impact Assessment in Highway Planning in São Paulo, Brazil.

Environmental Impact Assessment Review 28: 515-522.

TERCIOTE, Ricardo, Análise da eficiência de um sistema isolado de energia eólica, 2002, 102f. Dissertação (Mestrado em engenharia mecânica), engenharia mecânica, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, A.C de Araújo. O Trabalho no mangue nas tramas do (Des)envolvimento e da (Des)ilusão com esse furação chamado carcinicultura: o conflito socioambiental no Cumbe, Aracati (CE). 2008.318f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2008.

TRIGUEIRO, A. Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um mundo em transformação, São Paulo: Globo, 2005.

VECCHIA, Rodnei, **O meio ambiente e as energias renováveis – São Paulo: Manole, 2010.**

Capítulo 5 **Tecnologia social de inclusão de jovens pelo trabalho: uma análise da experiência de um consórcio de ongs no desenvolvimento de ação intersetorial com empresas e governo**

Francisco Antonio Barbosa Vidal, Sílvia Pires Bastos Costa

Resumo:

A colaboração intersetorial apresenta-se nos últimos anos como uma estratégia efetiva de suporte à promoção de políticas de inclusão social. Um aspecto importante do desenvolvimento social propiciado pela atuação das Organizações Não-Governamentais é a articulação interinstitucional por meio da constituição de parcerias - a tendência que induz à formação de associações para estabelecer ligações e para cooperar. A presente pesquisa investigou uma experiência de inserção laboral de jovens em situação de pobreza no mercado de trabalho, com base na gestão em rede, capitaneada por uma Agência de Trabalho Juvenil administrada por uma Organização Não Governamental, que articulou através de ações intersetoriais com empresas e entes públicos oportunidades de inserção laboral para setecentos jovens no estado do

Ceará. A descrição das dinâmicas funcionais e a sistematização da memória gerencial da Agência de Trabalho Juvenil foram delineadas sob o modo de investigação do estudo de caso sob a égide da técnica da pesquisa-ação institucional. A presente pesquisa gerou como resultado uma tecnologia social de inclusão de jovens pelo trabalho com elementos norteadores de sua replicabilidade em outras regiões do país.

Introdução

Para Gohn (2005), as atuais políticas neoliberais deram espaço para o desenvolvimento da economia informal, flexibilizando o papel do Estado na oferta dos serviços públicos, ficando o mesmo como gestor e controlador dos recursos, transferindo responsabilidades para organizações da sociedade civil organizada via programas de parcerias em projetos e programas sociais com ONGs.

A presente pesquisa constitui-se em um estudo teórico-empírico cujo objeto de análise refere-se às dinamicidades e especificidades da parceria intersetorial entre um Consórcio de ONGs, Governo e Empresas na execução de uma política pública social voltada para inserção laboral de jovens em situação de pobreza. Para Thompson (1997) a percepção vigente para as ONGs é a de que sua capacidade de pressão e mobilização social, reivindicação e proposição de novos caminhos cede lugar à pressão pela profissionalização de sua estrutura e ações, adquirindo um caráter predominante de prestadora de serviços ao Estado e ao mercado.

O estudo teórico-empírico desenvolvido caracteriza-se, em sua dinâmica, como uma pesquisa organizacional balizada pelo processo etnográfico da observação participante sob a égide da pesquisa-ação institucional. Buscou-se, neste estudo, descrever a experiência gerencial em rede de uma Agência de

Trabalho Juvenil capitaneada por um Consórcio de ONGs que, através de ações intersetoriais com Governos e empresas possibilitou a inserção no mercado de trabalho de 700 jovens em situação de pobreza no Estado do Ceará.

A pesquisa deu-se na ambiência organizacional do Consórcio Social de ONGs que, financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, executou o programa primeiro emprego do governo federal, na cidade de Fortaleza, no período de abril a novembro de 2006, adotando como princípio norteador de seu funcionamento uma gestão em rede. O principal propósito da agência era articular parceria com empresas e governo para promover a inserção laboral de jovens egressos de um programa de qualificação social e profissional capitaneado por organizações não-governamentais.

ONGS e formação de redes sociais

Um aspecto importante do desenvolvimento social propiciado pela atuação das Organizações Não-Governamentais é a articulação interinstitucional por meio da constituição de parcerias - a tendência que induz a formação de associações para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da co-evolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam – eles co-evoluem (CAPRA, 1997).

O que diferencia redes de outros tipos de coordenação social, sobretudo o mercado e as organizações, são algumas características que parecem ganhar cada vez mais relevância no mundo contemporâneo (Weyer, 2000, p.5-10). Enquanto mercados são coordenados por meio de mecanismos de preço, de uma forma específica e espontânea, organizações através de regras formais, de uma forma não específica e baseada em regulamentos, redes sociais são normalmente coordenadas por meio de discurso, fomentando relações de confiança mútua.

Por outro lado, o conceito de rede veio ganhar uma dimensão mais profunda, como chave interpretativa de grandes tendências do processo histórico em curso. Nessa direção, vem sendo apontada a expansão penetrante das redes como a nova morfologia social das nossas sociedades, no sentido de que as funções e os processos dominantes estão cada vez mais organizados em torno de redes (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), a diversidade, uma pluralidade de componentes realmente divergentes, só pode manter-se coerente em uma rede. Nenhum outro esquema – cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo – consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo. E, diferentemente de cadeias lineares de causa e efeito, as relações entre os componentes de uma rede envolvem múltiplos laços de realimentação (CAPRA, 1997), como se fossem agentes e re-agentes, a ponto de perderem sentido as idéias de origem e destino, emissão e recepção.

Redes facilitam um comportamento coordenado, sem a necessidade de aceitar a rigidez de organizações inflexíveis e burocráticas. A rede se mostra como a única estrutura de

ação capaz de cumprir duas funções básicas: primeiro, a função estratégica de reduzir incerteza com relação ao comportamento de outros atores, como competidores ou parceiros; segundo, a função instrumental de melhoria da performance, isto é, o aumento de resultados produzidos. Na esfera econômica, as redes são consideradas formas superiores de organização por serem “mais flexíveis e melhor adaptadas à natureza volátil da nova economia global” (Rifkin, 2001, p.23). Além disso, parecem preservar a autonomia dos parceiros e aumentar sua capacidade de aprendizagem.

Neste sentido, redes sociais podem ser compreendidas como formas independentes de coordenação de interações. Sua marca central é a cooperação, baseada em confiança entre atores autônomos e interdependentes, os quais trabalham em conjunto por um período limitado de tempo, levando em consideração os interesses dos parceiros e estando conscientes de que esta forma de coordenação é o melhor caminho para alcançar seus objetivos particulares. É em função dessa capacidade de agregação que redes têm um grande potencial para instigar processos de aprendizagem e são defendidas para a implementação de projetos de inovação, nos casos em que os riscos envolvidos se apresentarem altos demais para cada um dos parceiros sozinho (Weyer, 2000, p. 11).

Para Melo Neto e Froes (2002 p:82), a importância da tecnologia de formação de redes sociais está nos seguintes aspectos:

- a) cria novas interações entre as pessoas, fortalecendo laços de amizade, familiares e novas opções de trabalho e recreação;
- b) ajuda a moldar as práticas e valores individuais, grupais e coletivos, aguçando a percepção e a visão social das pessoas;
- c) conecta indivíduos, grupos, regiões e organizações;

- d) ajuda a construir novas formas de convivência;
- e) contribui para a superação de problemas sociais através da definição coletiva de objetivos, articulação de pessoas e instituições;
- f) disponibiliza “saberes distintos” e os coloca a serviço do interesse coletivo;
- g) constrói vínculos mais fortes e consistentes entre as pessoas, grupos e instituições;
- h) promove acordos de cooperação e alianças;
- i) cria e amplia alternativas de ação.

O binômio concentração de poder/rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e no empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo.

Segundo Paternostro Melo e Fischer (2004), entende-se por interorganizações as relações estabelecidas entre organizações que resultam na consolidação de relações interorganizacionais necessárias para o alcance de determinados objetivos. Ademais, consideram-se as interorganizações enquanto espaços de confluência e interseção de organizações. A obra de Alter e Hage (1993, apud Paternostro Melo e Fisher, 2004) é uma referência no campo das interorganizações. Esses autores relacionam algumas teorias que buscam explicar a formação de redes interorganizacionais. Primeiramente, destacam a Teoria da Ecologia Populacional. Esta perspectiva busca explicar por que as organizações crescem ou declinam ao longo do tempo, de acordo com mudanças ambientais.

Para as autoras, uma estratégia interorganizacional baseada em rede corresponde ao padrão total de inter-relações entre um aglomerado de organizações que se entrelaçam num sistema social para atingir metas coletivas e de auto-interesse ou para solucionar problemas específicos numa população-alvo.

Colaboração Intersetorial: eixos delineadores

Rosa Maria Fisher (2002) aborda que a proposta de colaboração intersetorial entre as organizações da sociedade civil e as organizações de mercado emerge de uma convergência de opiniões sobre a necessidade de integrar agentes econômicos e sociais no esforço de promover o desenvolvimento, diante das mazelas sociais que podem ser contabilizadas nesses anos de predomínio de políticas neoliberais. Para a autora, as necessidades e as carências das populações em situação de exclusão ampliam-se e aprofundam-se com tal intensidade e velocidade que superam, em muito, qualquer possibilidade de atendimento vindo, exclusivamente, da atuação de órgãos governamentais ou das organizações da sociedade civil (FISHER, 2002, p.29).

Na visão de Fisher (2002), para concretizar a idéia de colaboração entre as organizações sociais e o mundo dos negócios em uma sociedade capitalista, é preciso assegurar que ambos os parceiros da aliança sejam legítimos e estejam enriquecidos em sua legitimidade política e institucional.

No final do século XX, a cena na qual se desenrolou o debate acerca do desenvolvimento sustentado no Brasil foi sendo, gradativamente, ocupada por uma multiplicidade de atores: as ONGs, que reassumiram sua posição de defesa de direitos e interesses; as associações,

principalmente aquelas que agregam comunidades populares; as entidades beneficentes e filantrópicas; e, surpreendentemente, as empresas, as associações empresariais, as fundações e os institutos vinculados a corporações (FISHER, 2002, p.43).

Para Fisher (2002, p.154-155), a construção de alianças organizacionais vem se apresentando como a forma de viabilizar a cooperação intersetorial, que se faz necessária para fortalecer a sociedade civil na superação dos problemas criados pelos problemas econômicos: a complexidade dos problemas sociais enfrentados pela humanidade sinaliza a seguinte direção: organizações de diversas inserções setoriais terão de otimizar as oportunidades para trabalharem em conjunto, combinando suas competências específicas para obterem resultados efetivos de desenvolvimento social.

Autin (2001 apud Fisher, 2002, p.160) destaca cinco elementos importantes no processo de estabelecimento de alianças: compreender a natureza e os estágios de cada aliança de cooperação; superar as barreiras à conectividade de organizações pertencentes a diferentes setores; descobrir e consolidar pontos de compatibilidade entre os parceiros; assegurar que a cooperação gera valor para as organizações aliadas; construir bases de confiança entre os parceiros.

A efetivação de parcerias fundamenta projetos de inclusão social da atualidade protagonizados pelas organizações sociais. A formação de redes de ongs é uma realidade na execução de políticas públicas não-estatais. Os convênios com o Estado não necessariamente legitimam uma atuação em rede, pois há entraves e burocracias e um marco legal injusto. As alianças com empresas são embrionárias e podem ser potencializadas. A preocupação é com a fibra ética desse processo,

a transparência e o respeito à autonomia dos espaços institucionalizados da sociedade civil.

Percurso Metodológico

A presente pesquisa contempla o arcabouço de estudo teórico-empírico cujo objeto de análise constitui-se da descrição das especificidades de atuação e de gestão de uma Agência de Trabalho Juvenil que em rede promoveu a inserção laboral de mais de 700 jovens cearenses no mercado de trabalho no ano de 2006. A agência em rede promovia a inserção laboral de jovens qualificados social e profissionalmente por um Consórcio de ONGs financiadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e tinha como eixo principal de sua tecnologia social de inclusão pelo trabalho a “Ação Intersetorial” através da formação de parcerias e alianças com entes públicos e privados. A presente pesquisa também se caracteriza, em sua dinâmica, como um estudo organizacional contextualizado sob a égide da pesquisa-ação institucional.

De acordo com Barbier (apud HAGUETTE, 1987, p.142), a pesquisa-ação institucional é um tipo particular de pesquisa-ação cujo objeto refere-se ao campo institucional no qual gravita o grupo em questão. Trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora, enquanto célula simbólica. A pesquisa-ação institucional é levada a empregar conceitos fundamentais como os de transversalidade, implicação, analisador, grupo-sujeito e grupo-objeto.

O universo da presente pesquisa contemplou a articulação em Rede da Agência de Trabalho Juvenil e as 42 ongs integrantes de uma rede social de ongs que executou em Fortaleza e região metropolitana uma política pública de inserção

social de jovens provenientes de famílias de baixa renda no mundo do trabalho por meio de projetos sociais de qualificação social, profissional e de intermediação para o mercado, além das interfaces interinstitucionais com empresas e organizações integrantes do Conselho Consultivo. No ano de 2006, a rede de ongs com o suporte da Agência de Trabalho Juvenil em Rede atendeu 2.100 jovens residentes na cidade de Fortaleza e região metropolitana.

Quanto aos meios, classifica-se esta pesquisa como estudo de caso. O estudo de caso possibilita a investigação profunda de uma organização, com o objetivo de testar a validade das hipóteses ou questões de pesquisas construídas a partir de um referencial teórico (GIL, 1996; YIN, 2001). A captação de dados deu-se de acordo com o quadro descrito abaixo:

Quadro 01 – Mapeamento do Percurso Metodológico

Propósito da Captação	Técnica aplicada
1) Descrever a dinâmica processual e a configuração estrutural da Agência de Trabalho Juvenil que deu suporte à execução de uma política pública de inclusão social de jovens.	Diagnose macro sob a égide da pesquisa-ação institucional, análise documental e observação participante.
2) Analisar aspectos processuais das interações interinstitucionais em rede com foco na efetividade de um programa social.	Pesquisa-ação Institucional, Observação direta; observação participante.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da revisão de literatura metodológica

A construção teórica apresenta os argumentos dos autores sobre as temáticas abordadas, “discutidas” junto às evidências da práxis vivenciada. Uma análise propositiva gerou

este estudo de caso, buscando contribuir para novas visões sobre a gestão sócio-organizacional no terceiro setor, sob a égide da perspectiva da ação intersetorial, que pode ser útil a muitas outras iniciativas de inclusão de jovens em situação de pobreza no mundo do trabalho.

Estudo de Caso: A Experiência de Inclusão Social pelo Trabalho de Jovens em Situação de Pobreza numa Ação Intersectorial Protagonizada por uma Agência de Trabalho Juvenil em Rede.

O Consórcio Social da Juventude de Fortaleza foi gerido sob uma configuração estrutural em rede, tendo como eixo norteador de suas ações duas instâncias: a Governança Institucional que contempla um Conselho Gestor e um Conselho Consultivo e a Orquestração em Rede implementada por ONG's Executoras que desenvolvem os projetos de qualificação profissional e de inserção cidadã no mundo do trabalho, tendo como parceiros o setor privado, governo e organismos de financiamento e de cooperação. Esta ação intersectorial visava a qualificação social e profissional e a inserção no mercado de trabalho de jovens de ambos os sexos, entre 16 e 24 anos, em situação de desemprego, com renda familiar de até ½ salário mínimo. A seleção dos jovens priorizou os egressos do sistema penal, os portadores de deficiências, afro-descendentes, indígenas e em situação de vulnerabilidade social.

A gestão em rede baliza os processos de eficiência, eficácia e efetividade dos projetos de qualificação e de inserção social de jovens carentes pelo trabalho desenvolvidos pelas ONG's que integram o Consórcio Social da Juventude no Ceará. Com o objetivo de se instituir um núcleo gestor e articulador em rede,

que proporcionasse uma interlocução com o setor privado, órgãos públicos e entidades do terceiro setor no sentido de potencializar a intermediação de jovens carentes para o mercado de trabalho, foi criada durante a execução do CSJ 2004 a Agência Social de Inserção em Rede de Jovens no Mercado de Trabalho (AGIR), que integra a configuração estrutural do Consórcio Social da Juventude no Ceará. O aperfeiçoamento e a ampliação das atividades da AGIR deu-se através da efetivação de novos parceiros e de um Projeto Macro de Sustentabilidade Institucional que possibilitou o alcance de metas exitosas de inserção nos anos de 2004 a 2006.

No primeiro semestre de 2004, 1.063 jovens carentes foram qualificados e 442 inseridos no mercado de trabalho nas tipologias: emprego formal, menor aprendiz, estágio social de ensino médio e empreendedorismo juvenil. No ano de 2005, 2.000 jovens foram qualificados e 715 inseridos. No ano de 2006, 2.100 jovens foram qualificados e mais de 800 inseridos.

O objetivo estratégico da Agência é proporcionar a jovens carentes orientação vocacional, cursos profissionalizantes e intermediação para o mercado de trabalho, realizando em rede a captação de vagas no mercado formal e/ou potencializando o empreendedorismo juvenil sob a égide da economia solidária, sensibilizando as organizações dos setores público, privado e do terceiro setor a aderirem socialmente ao Programa Primeiro Emprego, através das políticas do jovem aprendiz, do programa de apoio aos portadores de deficiência (ppd), do estágio social de ensino médio e da contratação formal via responsabilidade social ou do apoio à criação de empreendimentos juvenis, voltados para a geração de trabalho e renda por conta própria de forma individual ou cooperada.

A missão da Coordenação de Mercado de Trabalho e Inclusão Social - CIMT é desenvolver e implementar estratégias de inclusão social pelo trabalho dos jovens capacitados através do Consórcio Social da Juventude no Ceará, captando oportunidades no mercado através de articulação social com empresas e instituições e, a partir do construto social da experiência vivenciada gerar conhecimento e tecnologia apropriada a enfrentar com eficiência e eficácia o desemprego juvenil. A Coordenação que capitaneou a Agência de Trabalho Juvenil em Rede, apresentava as seguintes competências:

- a) Promover estratégias que visem o aumento da oferta de empregos formais para os jovens envolvidos nas ações do Consórcio;
- b) Desencadear em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho parcerias com o intuito de criar oportunidades de ocupação para os jovens, incluindo Emprego formal via Responsabilidade social, Jovem Aprendiz, Estágio Social de Ensino Médio, Lei de Pessoas Portadoras de Deficiências e Empreendedorismo Juvenil /Economia Solidária;
- c) Assessorar as Entidades Executoras na concepção e implementação de estratégias de inserção no mercado de trabalho dos jovens que estão sendo qualificados social e profissionalmente através do Consórcio Social da Juventude (CSJ);
- d) Orquestrar em rede as dinâmicas de parceria e de captação de vagas/oportunidades das entidades executoras, promovendo encontros mensais com os agentes de inserção para planejar ações, conceber estratégias e avaliar processos de eficiência, eficácia e efetividade da área de Inserção do CSJ - Ce.
- e) Disponibilizar às Executoras instrumentais e informações sobre a rede de parcerias e de convênios realizados no sentido de potencializar as ações de inserção de jovens do CSJ no mercado de trabalho;

- f) Realizar convênios macro e alianças estratégicas com o setor produtivo local, esferas de governo e sociedade civil;
- g) Articular parcerias entre assessoria técnica, crédito jovem, tutoriais no mercado via responsabilidade social para viabilizar os empreendimentos juvenis que emergirão do Consórcio Social da Juventude;
- h) Realizar um grande evento para a entrega do Troféu Visão Social e divulgação das ações do PNPE/CSJ em Fortaleza, Região Metropolitana e Interior;
- i) Organizar e articular as reuniões do Conselho Consultivo do CSJ em Fortaleza e Região Metropolitana em parceria com a coordenação de articulação institucional bem como potencializar parcerias com seus integrantes;
- j) Estruturar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho para jovens e um banco de empregos juvenis em rede (Rede Fortaleza de Trabalho Jovem). Vale ressaltar que a articulação sinérgica da rede cearense de inserção social de jovens pelo trabalho, formada pelas Entidades Executoras, o Conselho Consultivo e os parceiros, foi de extrema importância para o êxito das ações;

A Coordenação Geral da AGIR facilitou os processos globais das quatro áreas estratégicas da Agência: telemarketing e agentes de inserção; processos seletivos e talentos juvenis; empreendedorismo juvenil e monitoramento e contratos. Durante a execução do projeto de qualificação, psicólogas da AGIR realizaram oficinas de mapeamento de talentos juvenis e de orientação profissional, atingindo 1.200 jovens participantes do CSJ. A aproximação CIMT/AGIR e Entidades Executoras facilitou o processo de conquista de novas empresas parceiras que possibilitaram o alcance da meta de inserção. A transferência da tecnologia social de inserção laboral às ONG's Executoras através de programas específicos

de capacitação e encontros propositivos bem como o monitoramento de resultados contribuíram para a eficácia do projeto. A disseminação da AGIR junto aos jovens do CSJ 2006 foi outro aspecto relevante no processo de inserção. Vários jovens antes de serem encaminhados para as seleções nas empresas foram orientados pela equipe técnica de recrutamento e seleção da AGIR, preparando-se melhor para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

A Coordenação da área de Mercado de Trabalho e Inclusão Social do Consórcio Social da Juventude no Ceará atuou sob a égide da dinâmica funcional da AGIR, isto é, constituindo uma agência de trabalho juvenil e articulando em rede com as Entidades Executoras e Parceiros oportunidades de inserção laboral dos jovens participantes. A estrutura de funcionamento apresentou a seguinte configuração:

Coordenação de Talentos Juvenis (Recrutamento e Seleção)

- Acompanhar o desenvolvimento humano da equipe da AGIR;
- Capacitar as Entidades Executoras e instrumentá-las com fluxos de processos de recrutamento e seleção, ficha de abertura de vaga, ficha de acompanhamento do desenvolvimento do aluno;
- Visitar os projetos das Executoras e do Ateliê da Juventude (1.740 jovens), realizando oficinas de orientação profissional e preenchendo a ficha de talentos juvenis;
- Visitar o setor de RH de Empresas e Instituições que atuam no Ceará;
- Articular através de uma força-tarefa visitas dos jovens às empresas com a possibilidade de assistirem palestras ministradas pelos profissionais de RH;

- Realizar *tour* pelos projetos com os parceiros e/ou visitas do RH (principalmente de quem faz seleção) das empresas aos projetos;
- Gerenciar banco de dados;
- Otimizar os processos seletivos;
- Realizar monitoramento pós-inserção;
- Sistematizar o arquivamento dos contratos alimentando o mapa de inserção.

Assessoria de Gestão

- Mapear demandas dos setores;
- Dar suporte à execução dos processos internos e de interface entre as Coordenações e as Entidades Executoras;
- Facilitar a comunicação entre a Coordenação de Mercado de Trabalho e Inclusão Social e as Coordenações do Ateliê;
- Facilitar a Comunicação Interna;
- Produzir relatório mensal de resultados por setores (telemarketing, agentes de inserção, recrutamento e seleção, monitoramento/ banco de dados);
- Gerenciar o relacionamento com e entre os agentes de inserção das Entidades Executoras.

Agentes de Telemarketing

- Planejar estratégias de Marketing;
- Prospectar listas/ internet / base de dados de empresas e instituições;
- Divulgar o CSJ e suas modalidades de inserção;
- Agendar visitas para os agentes;
- Difundir visão de Responsabilidade Social junto a empresas e instituições contatadas;

- Elaborar relatórios semanais de empresas/instituições contatadas;
- Planejar ligações;
- Dar retorno das visitas realizadas pelos agentes de inserção;
- Manter um marketing de relacionamento;
- Elaborar campanha script / fax-campanha/ e-mail-campanha;
- Divulgar relatório de vagas captadas x jovens inseridos a partir da ação do telemarketing.

Agentes de Promoção Social do Trabalho (Agentes de Inserção)

- Analisar os cursos/ perfil de jovens x prospecção de mercado;
- Manter carteira de empresas e instituições parceiras;
- Promover marketing de relacionamento;
- Cumprir meta de adesões (termo de adesão) e abertura de vagas (ficha de abertura de vagas);
- Divulgar os resultados (jovens inseridos);
- Planejar visitas;
- Produzir relatório semanal de empresas e instituições visitadas;
- Visitar as Entidades Executoras;
- Promover campanha de responsabilidade social;
- Apresentar relatório mensal de empresas visitadas x vagas captadas x jovens inseridos.

Articulação Interinstitucional

- Realizar convênios e protocolos de parcerias;
- Promover articulação macro com instâncias públicas e grandes empresas;
- Direcionar articulação para captação de vagas;

- Cumprir meta mensal de convênios de adesão;
- Apresentar relatório mensal de articulações realizadas x jovens inseridos.

Monitoramento e Contratos

- Acompanhar processos seletivos;
- Elaborar contratos;
- Sistematizar o arquivamento de Contratos;
- Dar suporte às operações de recrutamento e seleção;
- Monitorar o desempenho de inserção das entidades executoras;
- Monitorar os jovens inseridos.

Banco de Dados

- Consolidar relatórios de visitas mensais por agentes x vagas captadas x número de jovens inseridos;
- Consolidar mapa de empresas visitadas x empresas que assinaram o termo de adesão x que contrataram jovens;
- Consolidar produtividade da área de recrutamento e seleção: número de jovens inseridos x vagas captadas x número de jovens encaminhados;
- Consolidar mapa de inserção das entidades executoras;
- Consolidar mapa geral de inserção que será enviado ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- Alimentar o banco de dados de empregadores;
- Gerenciar o banco de dados dos jovens (com perfil sócio-profissional e foto digitalizada).

Empreendedorismo Juvenil

- Assessorar as entidades executoras que trabalham com empreendedorismo;

- Conceber estratégias de inserção e estímulo à elaboração de planos de negócio;
- Articular crédito e acesso ao mercado;
- Captar oportunidades de trabalho através da prestação de serviços.

Entre as importantes ações de articulação empreendidas, destacamos os significativos convênios assinados pela AGIR na perspectiva da colaboração intersetorial, abrangendo Associações empresariais, Institutos com foco no encaminhamento de jovens para o Mercado de Trabalho e Governo estadual e municipal. Estas ações oportunizaram vagas de qualificação técnica com experiência laboral e contratação como jovens aprendizes e vagas para estágio social, fundamentais para o êxito do Projeto.

Outro fator importante a ser considerado é o apoio de grandes e médias empresas que atuam no Ceará ao Consórcio através da inserção laboral dos jovens qualificados, fruto do empenho dos agentes de inserção e da ação estratégica da Coordenação da Área de Mercado de Trabalho e Inclusão Social.

Um aspecto importante da inserção laboral de jovens em situação de pobreza e sem experiência é a possibilidade concreta da abertura de portas para o mercado de trabalho através do estágio social. Em 2006 o CSJ inseriu 196 jovens através desta modalidade de ocupação. O estágio social possibilita aos jovens o desenvolvimento de competências adquiridas durante a qualificação profissional, havendo oportunidades concretas de efetivação após o término do contrato de estágio.

O estágio configura-se como um conjunto de atividades de caráter técnico, social e cultural. Aos estudantes proporciona a aplicação dos conhecimentos teóricos, através da vivência em situações reais do exercício de uma profissão. É

um período indispensável para a qualificação como futuro profissional, permitindo integrar a teoria à prática. O estágio tem por finalidade possibilitar ao aluno conhecer a disciplina do trabalho coletivo em direção a um objetivo comum, observando o que é feito e porque, pensando em tudo o que deveria fazer, descobrindo a admiração, as grandezas e as adversidades das relações do mercado de trabalho. O programa de estágio para estudantes de escola pública do ensino médio está fundamentado nas Leis 6.494 de 07/12/77, Decreto 87.497 de 18/08/82, Decreto 89.467 de 21/03/84, Ofício Circular SRT nº. 11/85 de 09/09/85, Decreto 914 de 06/09/93, Medida Provisória de 1998, Lei 8.859 de 23/03/94, Resolução CNE/CEB de 21/01/04 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O estágio social é para a empresa uma oportunidade de desenvolver a sua responsabilidade social através da inserção de jovens no mundo do trabalho. É também uma forma de recrutar jovens talentos. A atividade permite que a organização antecipe a preparação e a formação de um quadro qualificado de recursos humanos preparando-se para os desafios do futuro. Além disso, com a concessão do estágio, a organização cria e mantém um espírito de renovação e oxigenação de seus recursos humanos.

O estágio, na perspectiva social e do desenvolvimento humano, propicia ao jovem experimentação prática, levando-o a assumir a responsabilidade por fazer com que as coisas aconteçam, em conjunto com os outros. Assim o jovem ganha confiança em si mesmo e conquista a confiabilidade dos colegas. Há a convergência de habilidades, conhecimentos e procedimentos metodológicos, tendo em vista a construção social de seu desempenho profissional.

Um crescimento significativo de inserção dos jovens

egressos do CSJ 2006 aconteceu na modalidade emprego formal: foram 294 aprendizes e 95 empregos formais totalizando 389 jovens com carteira assinada. Somando-se à modalidade de estágio são 587 jovens sem experiência tendo o seu primeiro contato com o mercado de trabalho formal. Na modalidade FAGR (formas alternativas de geração de trabalho e renda: empreendedorismo informal, economia solidária) 136 jovens conseguiram inserção laboral através do trabalho por conta própria.

O empreendedorismo juvenil e as formas alternativas de geração de renda são caminhos efetivos para a inserção laboral de jovens, mas exigem para a sua eficácia um aparato sistêmico de políticas públicas e suportes estruturantes (crédito, acesso a mercado, sustentabilidade).

No ano de 2006, as seguintes ocupações delinearam a inserção laboral na modalidade FAGR: costura e customização de roupas, marcenaria, alimentação, serigrafia, *surfwear*, produção cultural, agricultura e piscicultura. A formação de cooperativas e a constituição formal de grupos associativos de produção compostos por jovens foi um avanço observado nesta modalidade de inserção em relação ao ano anterior.

As seguintes atividades foram realizadas pela Coordenação de Empreendedorismo Juvenil da AGIR:

- Reuniões com as Entidades Executoras para transferência de conhecimentos sobre empreendedorismo juvenil;
- Visitas às entidades e suporte aos grupos produtivos;
- Envio de manual de orientações e check-list de comprovações e exigibilidades na área da FAGR;
- Realização de seminários estruturantes;

- Consultoria aos grupos produtivos formados por jovens;
- Articulação para obtenção de crédito e acesso ao mercado.

A AGIR apresentou as seguintes áreas processuais durante seu funcionamento do CSJ-2006:

Mercado e Parcerias

Foco: abrangência de empresas/instituições

- Prospecção, banco de dados/cadastro de empresas e instituições e agenda de captação;
- Capacitação/nível motivacional dos agentes e das operadoras de telemarketing;
- Conhecimento dos agentes sobre perfil dos cursos/jovens: captação direcionada ou de oportunidades; parceria mais próxima com os projetos;
- Articulação com o mercado/ capilaridade e abrangência; estratégias de captação de vagas pela Internet/ integração de parceiros;
- Avaliação Mensal de Desempenho;
- Macro - Renovação convênio com Prefeitura Municipal de Fortaleza – novas vagas de estágio;

Documentos:

- Termo de Adesão e ou Associação
- Ficha de Abertura de Vaga
- KIT de divulgação
- Mapa de Visitas
- Relatório mensal de desempenho dos agentes: número de empresas visitadas, adesões realizadas, vagas captadas, jovens inseridos
- Termos de Parceria

- Modelos de Convênio
- Carta de Solicitação de Parcerias

Articulação em Rede com as ONG's Executoras

Foco: impulsionar captação de vagas.

- Seminário Introdutório da área de MTI;
- Capacitação dos Agentes;
- Reunião de Planejamento;
- Realização de Agenda propositiva
- Reuniões Mensais de acompanhamento;
- Consultoria;
- Agenda de visitas em parceria.

Documentos:

- Manual de Inserção - Atualizado
- Plano de Inserção

Banco de Dados, Recrutamento e Seleção.

Foco: atuação em rede, eficiência, qualidade, capilaridade.

- Formação de multiplicadores em R & S nas ONG's Executoras bem como aporte de técnicas de monitoramento de jovens inseridos/relacionamento com parceiros;
- Empoderamento Juvenil através das OP's (oficinas de orientação profissional) / Entrega de cartilhas de orientação para o mercado de trabalho;
- Implantação de um sistema de recrutamento e Seleção em rede com as ONG's Executoras;
- Filtro de empresas que adotam práticas antiéticas;
- Banco de Talentos Juvenis;

- f) Orientação às ONGs no sentido de aportarem tecnologias de empoderamento juvenil e desenvolverem simulações preparatórias para processos de R&S;
- g) Integração dos processos de R&S do CSJ em rede com as ONG's aos processos de seleção das empresas/instituições que ofertam vagas;
- h) Desenvolvimento de tecnologia de recrutamento e seleção de talentos juvenis;
- i) Adoção de práticas de excelência no relacionamento com empresas, agregando valor, transferindo competências, habilidades e capital intelectual;
- j) Acompanhamento dos jovens inseridos.

Documentos:

- Ficha de Abertura de Vaga;
- Ficha de Desenvolvimento Sócio-Profissional do Jovem/ Mapa de Talentos;
- Mapa de Processos Seletivos (Eficiência e Eficácia);
- Mapa de Acompanhamento dos Jovens Inseridos.

Empreendedorismo Juvenil

Foco: captar oportunidades no curto prazo.

- a) Integração entre políticas/ articulação com CTA (Centro do Trabalhador Autônomo) do SINE;
- b) Captação de oportunidades para trabalho autônomo, acesso a mercado e a crédito para empreendimentos juvenis individuais e/ou coletivos;
- c) Consultoria às ONG's Executoras/pré-incubação/plano de negócio;
- d) Seminário Empreendedorismo Juvenil;
- e) Definição de comprovação de inserção;

- f) Consultoria de grupo com os jovens participantes de projetos de empreendedorismo;
- g) Central de Serviços/ Localização em Rede.

Documentos:

- Relatório de desempenho mensal dos projetos;
- Quadro de captação de oportunidades;
- Instrumentais: comprovações das FAGR junto ao MTE.

Os principais eventos realizados pela AGIR em 2006, com foco em ações intersetoriais foram:

- Participação através de stand e palestra sobre trabalho juvenil no Congresso Cearense da ABRH - Ce – Associação Brasileira de Recursos Humanos seção Ceará;
- Realização da Reunião do Conselho Consultivo do Consórcio Social da Juventude de 2006 na Federação das Indústrias do Estado do Ceará em parceria com a Associação dos Jovens Empresários - AJE;
- Realização do Seminário de Inserção e entrega do manual de inserção para as ONG's Executoras;
- Realização da II turma de Formação de Agentes de Inserção;
- Realização do Seminário sobre Recrutamento e Seleção com a participação das Entidades Executoras;
- II Reunião do Conselho Consultivo e anúncio dos Embaixadores da Juventude 2006;
- Lançamento da 2ª edição do Troféu Visão Social - almoço com empresários em parceria com a Câmara dos Dirigentes Lojistas. Neste evento foram assinados três convênios de Cooperação na perspec-

tiva da colaboração intersetorial, no sentido de potencializar a inserção laboral dos jovens egressos.

- Solenidade de entrega do Troféu Visão Social a 36 empresas que inseriram mais de cinco jovens do CSJ e do certificado Empresa Cidadã a 230 empresas que inseriram até 04 jovens. O evento contou com a participação de mais de 500 convidados.

Uma estratégia utilizada pelo CSJ 2006/CIMT/AGIR para incentivar as empresas a contratarem jovens egressos do CSJ e estabelecer parcerias foi a realização da segunda edição do Troféu Visão Social e nomeação dos Embaixadores da Juventude.

O Troféu Visão Social é o reconhecimento público aos empresários e gestores que acreditam na responsabilidade social e participaram do Programa. Cada empresário foi homenageado por ter inserido cinco ou mais jovens no mercado de trabalho cearense. Foram empresas que, cientes de seu papel para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, tiveram visão e aderiram à Responsabilidade Social. Cerca de 230 empresas receberam o certificado empresa cidadã por terem inserido de 01 a 04 jovens no mercado de trabalho.

Considerações Finais

Pensar e implementar uma política seletiva de promoção do emprego é uma das tarefas principais do Consórcio Social da Juventude em virtude do perfil dos jovens atendidos (egressos do sistema penal, jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas, portadores de deficiências, negros e indígenas).

A inserção no mercado de trabalho, particularmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social, exigiu a adoção dos seguintes princípios metodológicos:

- Favorecimento à elevação da escolaridade: estimular o jovem a investir no seu processo de aprendizagem, possibilitando momentos de diálogo, acompanhamento e articulação de políticas públicas de elevação de escolaridade. É fundamental para a inserção dos jovens no mercado de trabalho;

- Complementaridade com projetos de inclusão social: o jovem a ser inserido, em virtude de sua particularidade social, deve ser estimulado a participar de outros projetos governamentais ou não de inclusão social, ampliando assim a chance real de superação da miséria e pobreza. O engajamento da família e a interface com outros programas de transferência de renda é importante neste processo de elevação da auto-estima e cidadania;

- Articulação em rede: a inserção torna-se factível em virtude da capacidade de ampliar e consolidar uma rede de relacionamento com empresas e instituições sociais, assim como uma política integrada de diversos programas e projetos de geração de trabalho e renda, particularmente aqueles dirigidos aos jovens;

- Indução ao desenvolvimento pessoal e profissional: o jovem precisa ser estimulado a desenvolver uma visão de futuro, ou seja, a formular um projeto de vida. A definição de um plano de desenvolvimento pessoal e profissional, orientado por profissionais, é um instrumento essencial para tratar o processo de inserção dos jovens como uma perspectiva libertária.

A principal estratégia de inserção no mercado de trabalho dos jovens atendidos pelo Consórcio Social consistiu em fortalecer e consolidar a AGIR (Agência de Inserção em Rede), criada pela Entidade Âncora para aportar conhecimento, tecnologia e articulações empresariais ao Consórcio

Social. A constituição dos agentes de inserção e de articulação de parcerias fortaleceu a identificação e a captação de vagas no mercado de trabalho. Esses agentes constituem-se num canal permanente e sistematizado de diálogo com o empresariado, tornando mais produtiva e eficaz a colocação dos jovens qualificados.

Observou-se com o estudo de caso delineado, que sistematizou através da pesquisa-ação institucional (diagnose e conexões) a memória e a experiência de uma tecnologia social de inclusão de jovens em situação de pobreza no mercado de trabalho através de articulações intersetoriais, que experiências de promoção humana capitaneadas pelo Terceiro Setor colaboram para a efetividade de políticas públicas comprovando que a colaboração intersetorial Governo-ONGs-Empresas é o caminho para o desenvolvimento social com cidadania.

Referências

CAMARGO, Mariângela Franco. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.

DRUCKER, P. F. *Administração de organizações sem fins lucrativos – princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1995.

FISHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HUDSON, Mike. *Administrando organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Makron Books, 1999.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de Compromisso Social. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 5, set.out. 1999.

JAPIUSSU.H. *Introdução à epistemologia da psicologia*. São Paulo: Letras e Letras, 1995.

_____. *Um desafio à Filosofia: pensar-se nos dias de hoje*. São Paulo: Letras e Letras, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1985.

LÉVY, André. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais - sentido e crise dos sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

PATERNOSTRO MELO, Vanessa; FISHER, Tânia; JUNIOR, Jair Soares. Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia-SP. *Anais...* Atibaia: 2003,1 CD-ROM.

PATERNOSTRO MELO, Vanessa; FISHER, Tânia. Interorganizações e Gestão do Desenvolvimento Sócio-Territorial: Um Estudo de Organizações da Sociedade Civil em Municípios Baianos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, XXVIII, 2004, Curitiba-Paraná. *Anais...* Curitiba: 2004,1 CD-ROM.

PATERNOSTRO MELO, Vanessa. *Terceiro setor e interorganizações: uma análise crítica a partir da realidade baiana*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Administração, Salvador, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs Latino-americanas Construindo Redes Cidadãs. In: *Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 6 **Política de extensão integrada ao ensino como estratégia de promoção do desenvolvimento humano e social nos sertões de canindé**

Francisco Antonio Barbosa Vidal e Andressa Souza Costa

Resumo

As práticas de extensão coadunadas com a perspectiva do desenvolvimento humano categorizam as Instituições de Ensino como agentes promotores de justiça social, integrando atores políticos da ambiência acadêmica e do ecossistema comunitário. O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os lineamentos fundantes e projetos estruturantes da política de extensão do campus Canindé, partícipe da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Ceará no ano de 2017. A política de extensão do campus Canindé buscou integrar seus projetos e iniciativas com aspectos dinamizadores do ensino e com as ações de assistência estudantil. No âmbito do ensino, os projetos possuíram caráter formativo estabelecendo pontes entre os saberes aprendidos e as demandas comunitárias de desenvolvimento humano e social. Na vertente da assistência estudantil, o campus experienciou no período 2016/2017 a implantação de um Programa de Extensão que contemplava 25 projetos que

foram denominados de espaços educativos sob égide da política de concessão do Auxílio Formação. O campus Canindé realizou no ano de 2017 sessenta e seis iniciativas de extensão dentre projetos, cursos e eventos alcançando um público de 5.285 beneficiários.

Palavras-chave: Educação, Política de Extensão, Assistência Estudantil e Desenvolvimento Humano e Social.

Introdução

Com a expansão da Rede de ensino federal o campus Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da rede de ensino tecnológico do País, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal, em 2007. Começado o processo de expansão da Rede de Ensino Tecnológico, foram escolhidas 150 cidades polos em todo o País, dentre as quais, seis delas pertencem ao Estado do Ceará. Canindé foi uma das contempladas. Em 2008, houve a chamada pública para que cada município selecionado apresentasse as contrapartidas para implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e

tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado. Dessa forma, o CEFET passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. – IFCE a partir de 2008.

O campus Canindé do IFCE está localizado na região denominada Sertões de Canindé, que é constituída por 06 municípios (Canindé, Paramoti, Santa Quitéria, General Sampaio, Caridade e Itatira), que apresentam desenvolvimento gradativo, sendo Canindé a cidade de referência da região. Com população de aproximadamente 80.000 habitantes divididos entre 60% urbana e 40% rural, e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,634, esse município ocupa a 82ª colocação dentre os municípios do Estado do Ceará. A região já está contemplada com a operacionalização do Sistema de Acesso a Banda Larga, como parte da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) do Governo Federal, que disponibiliza acesso à internet em alta velocidade. Provê, dessa forma, infraestrutura para que as empresas possam se adequar às tecnologias dependentes de acesso rápido à web, e, consequentemente, gera uma demanda de mão-de-obra local especializada.

A pedra fundamental do IFCE campus de Canindé foi lançada em 06 de setembro de 2008, concluído em 2010, com inauguração à distância pelo presidente Lula, em 23 de novembro do mesmo ano e entrega solene à comunidade, com a presença do governador Cid Gomes, em 04 de maio de 2011. O início das atividades ocorreu em parceria com a 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, 7ª CREDE, nas instalações da Escola Estadual de Educação Profissional Capelão Frei Orlando, com a oferta dos

cursos técnicos integrado em Eventos e Licenciatura em Educação Física.

No dia 12 de março de 2010 houve a aula inaugural na 7ª CREDE com a presença do Reitor Claudio Ricardo. As obras do campus foram entregues em outubro com a mudança das turmas para o espaço, projetado pelo arquiteto Damiano Lopes, com estrutura inicial de dois blocos de ensino, um administrativo, um de serviços gerais, um cultural com teatro e biblioteca, um de dormitórios e vestiários, ginásio coberto, piscina e demais áreas urbanizadas.

O campus Canindé oferece atualmente cursos técnicos em Telecomunicações(integrado), Eletrônica (integrado integral), Informática (subsequente) e Eventos (integrado integral), bem como os cursos superiores de Educação Física e Matemática (licenciaturas), Redes de Computadores, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão do Turismo (tecnológicos). Além das Licenciaturas em Pedagogia e Músicas, recentemente implantadas em 2019. Atualmente (semestre 2019.2), a comunidade acadêmica do campus é integrada por 70 professores, 44 técnicos administrativos e 1.200 alunos. No âmbito da Pós-Graduação *lato sensu o campus oferta* os cursos de Pós-graduação em Educação Física Escolar, Docência em Educação Profissional e Tecnológica e Planejamento e Gestão de Políticas Públicas. O campus realiza parcerias com empresas, sindicatos, ONGs e órgãos do poder público municipal e estadual. As atividades formativas desenvolvidas pelo Campus sinalizam mudanças na cidade de Canindé, criando melhores condições para a transformação social e educacional em toda a região dos Sertões de Canindé.

A extensão no âmbito do IFCE – Campus Canindé é

um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Há três iniciativas estratégicas que contribuíram para o fortalecimento da política de extensão do Campus Canindé no processo fundante no período 2012/2015: o Projeto Capoeira e Educação em parceria com a Secretaria de Ação Social de Canindé e posteriormente com a APAE; o Programa PELC – Esporte e Lazer na Cidade executado com recursos do Ministério dos Esportes que beneficiou mais 1.000 pessoas na região e, o Projeto NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e CNPQ que em conjunto com o Colegiado do Território da Cidadania dos Sertões de Canindé contribuiu para a integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo/assentamentos rurais e fortalecimento de capital social.

No ano de 2016, foi criada com o apoio da Reitoria do IFCE a Coordenação de Extensão do Campus Canindé com concessão de função gratificada ao titular da mesma, cuja organicidade instituída potencializou as iniciativas da área.

O atual modelo econômico hegemônico de globalização amplia o debate sobre os pressupostos sociais e políticos que têm orientado o desenvolvimento das nações do terceiro mundo nas últimas décadas. Uma sociedade progride efetivamente quando os indicadores-chaves, tais como expectativa de vida das pessoas, qualidade de vida e desenvolvimento de seu potencial apresentam melhorias. (KLIKSBERG, 2001)

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. É fator incontestável na sociedade pós-industrial, a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que diminua o grande “*gap*” existente entre ricos e pobres.

Vale destacar a ideia de que desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual, isto é, desenvolvimento com redução de desigualdades, com inclusão social. Isso supõe a articulação de diversos fatores econômicos e extra-econômicos, como conhecimento e poder, além de renda e riqueza. A dinamização do desenvolvimento econômico, quando desvinculada de processos de conhecimento e poder, resulta, quase sempre, em concentração de renda e riqueza, combinada com exclusão social (DE PAULA, 2001).

Diante do contexto institucional e teórico evidenciados, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar os lineamentos fundantes e projetos estruturantes da política de extensão do IFCE campus Canindé, partícipe da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Ceará no ano de 2017.

A política de extensão do campus Canindé buscou integrar seus projetos e iniciativas com aspectos dinamizadores do ensino e com as ações de assistência estudantil. No âmbito do ensino, os projetos possuíram caráter formativo estabelecendo pontes entre os saberes apreendidos e as demandas comunitárias de desenvolvimento humano e social. Na vertente da assistência estudantil, o campus experienciou no período 2016/2017 a implantação de um Programa de Extensão que

contemplava 25 projetos que foram denominados de espaços educativos sob égide da política de concessão do Auxílio Formação.

Aspectos teórico-metodológicos

A política de extensão do IFCE-Campus Canindé no ano de 2017 foi balizada pelos seguintes vetores fundantes:

- Demandas Comunitárias: diagnose social e escuta comunitária como aspectos propulsores de iniciativas;
- Indutor Institucional: proposições incentivadas pelas metas acordadas no âmbito do PDI 2014-2018 e edital PAPEX/2017;
- Integração com Ensino e Política de Assistência Estudantil: abordagem do caráter educativo dos projetos de extensão e simbiose conceitual com o Programa Auxílio Formação.

A política de Extensão do IFCE-Canindé no ano de 2017 consubstanciou-se na promoção de direitos sociais, da educação tecnológica, da fruição cultural, da formação política, do desenvolvimento humano e social e da qualidade de vida na região dos Sertões de Canindé.

Um aspecto inovador da política de extensão do IFCE-Campus Canindé foi a integração entre os projetos estruturantes e o programa de Auxílio Formação vinculado à política de assistência estudantil do IFCE. O Auxílio-formação é destinado a subsidiar a ampliação da formação prática dos discentes, através de espaços educativos que são projetos em que no caso do campus Canindé a extensão, em interação com o ensino e com a sociedade, possibilitaram operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico através da execução de 25 projetos vinculados aos cursos

regulares ofertados. No auxílio- formação, a seleção se dá através de edital priorizando o educando em situação de vulnerabilidade social que recebe durante um ano um auxílio no valor de R\$398,95, com carga-horária semanal de 16 horas. Ao final da execução do projeto com êxito, o educando recebe certificado de participação.

As seguintes etapas processuais fizeram parte da execução do Programa Auxílio Formação integrado à Extensão no período de agosto de 2016 a julho de 2017:

- Planificação Operacional e Orçamentária;
- Mediação entre a Coordenação de Assuntos Estudantis e Coordenação de Extensão para perscrutação e incentivo à elaboração de projetos pelos docentes;
- Seleção dos Projetos por Eixo de Cursos;
- Lançamento de Edital de Seleção dos extensionistas de acordo com regulamento da assistência estudantil;
- Encontro de Nivelamento com os extensionistas selecionados;
- Acompanhamento pela Coordenação de Assuntos Estudantis e de Extensão da execução dos projetos de extensão e desempenho dos extensionistas;
- Culminância: partilhas de experiências na fase conclusiva do Programa;
- Certificação dos Extensionistas.

Os demais projetos de extensão executados ao longo do ano de 2017 estavam vinculados ao Edital PAPEX ou às dinâmicas institucionais do campus em interface com as demandas comunitárias. Os cursos e eventos de extensão além do escopo formativo da educação profissional objetivaram a formação cultural, hu-

mana e política de seus partícipes. A gestão dos projetos de extensão seguiu as seguintes premissas diretivas:

- Prospecção da Demanda;
- - Delineamento do Marco Lógico do projeto de acordo com diretrizes delimitadoras da Pró-Reitoria de Extensão;
- Lançamento de Processo Seletivo de Bolsistas e de Extensionistas Partícipes (público beneficiário);
- Execução do projeto;
- Monitoramento e Avaliação;
- Culminância de Encerramento/Certificação;

Resultados

Neste tópico serão evidenciados numa perspectiva global os projetos, cursos e eventos de extensão realizados pelo IFCE – Campus Canindé no ano de 2017 (com descrição processual das iniciativas marcos-chave) bem como os principais resultados do Programa Auxílio-Formação Integrado à Extensão.

Os seguintes projetos foram executados no âmbito do Programa Auxílio-Formação Integrado à Extensão no período 2016/2017: Alfabetização Digital; Aprendendo a aprender; Aplicação de Microcontrolador Arduíno; Maratona Hacker; Suporte Técnico T.I.; Clube de Ciências; LabLEPT – Laboratório de Leitura, Estudo e Produção de Textos; Construção de Experimentos de Física utilizando materiais de baixo custo; Aprendendo Inglês com Jogos Digitais Online; Teatro: Transformação Social; Preparação para Olimpíadas de Matemática (OBMEP); LEMA – Laboratório de Ensino de Matemática; ENEM MAT; Curso Básico de Li-

bras; A Aplicabilidade da Matemática no Cotidiano: Trabalhando Resoluções de Problemas Matemáticos através das Questões do ENEM; Cine Turismo; Consultoria em Gestão Organizacional para Empresas do setor turístico em Canindé; Automatizando; Aplicativo de Guia Turístico; Matemática para Concursos; Nadando em Saúde; Capoeira na Comunidade; Dançar é Viver; Avaliação Física; Hidroginástica.

Dos 25 discentes partícipes selecionados para o Programa que teve duração anual, 22 concluíram as atividades propostas no âmbito dos projetos executados, totalizando uma carga horária global de 17.424 horas de práticas de extensão (per capita de 792 horas/ano por projeto). Os investimentos do orçamento próprio do Campus no Programa de Auxílio Formação Integrado à Extensão totalizaram R\$105.336,09. A seguir serão evidenciados relatos de três discentes que foram bolsistas do Programa Auxílio-Formação Integrado à Extensão no período 2016/2017.

Antonio Ariel, aluno na época do segundo semestre do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, foi bolsista do Projeto Matemática para Concursos, coordenado pela professora Kiara Lima Costa e relatou que a experiência vivenciada contribuiu a desenvolver novas capacidades no âmbito do ensino da Matemática. “Ajudava a professora na formulação de exercícios e dava suporte aos partícipes na resolução de problemas”, relatou o discente. “Eram duas turmas de 25 participantes interessados na preparação na área da Matemática para concursos diversos, único curso gratuito desta tipologia na cidade de Canindé” complementou o educando. Atualmente, Ariel está concluindo o curso Gestão de Tu-

rismo e aplica voluntariamente o método de ensino aprendido durante a execução do projeto junto às pessoas que o procuram na comunidade canindeense.

Monaliza de Araújo, aluna do segundo semestre do curso Tecnologia em Gestão de Turismo, foi bolsista do Projeto Consultoria em Gestão Organizacional para empresas do setor turístico em Canindé, coordenado pela professora Rachel Lima Serra. “A experiência foi de grande importância para a minha aprendizagem sobre estratégias administrativas, me possibilitou auxiliar na aprendizagem da disciplina de consultoria do quinto semestre e abriu a minha mente para novas perspectivas organizacionais. De início o projeto aconteceu em uma empresa privada do setor de varejo no município de Canindé, a proposta era prestar um serviço de consultoria no setor de hortifrúti de um supermercado. Posterior a esse, foi realizado um serviço de consultoria na organização Hotel Palmeira, identificando suas características e classificando suas estrelas por meio do SBClass”. Atualmente Monaliza está concluindo o curso de Gestão de Turismo e pretende continuar atuando na área de consultoria turística.

Alexandra Matos da Silva, atualmente aluna do quinto semestre do curso de Licenciatura em Educação Física foi bolsista do Projeto Nadando em Saúde no período 2016/2017. “A prática de extensão me propiciou uma visão mais aprofundada das técnicas dos quatro estilos de nado - crawl, costas, borboleta e peito. Eu contribuía com a organização, planificação e aplicação das aulas. Muitos alunos matriculados no projeto não sabiam nadar e tinham medo. Era muito gratificante quando nossos alunos superavam os medos e limitações. Hoje me sinto mais preparada para o exercício de minha profissão”, evidenciou Alexandra em seu relato.

Os demais projetos de extensão realizados em 2017 foram: Aprendizado da Língua Inglesa por Intermédio da Conversação; Capoeira e Educação IV: Cultura, Arte e Inclusão; Coral do *campus* Canindé; Documentar: Realização de um Documentário Coletivo; Escola de Alfabetização Digital – Terceira Edição; Estatística Básica para acadêmicos de Turismo; Formação Continuada de Professores de Educação Física; Grupo de Meditação e Relaxamento; Grupo de Sopros; Judô: um caminho para o esporte; LabLEPT: Laboratório de leitura, estudo e produção de textos (3ª edição); LabLEPT: Laboratório de leitura, estudo e produção de textos (ENEM); Matemática, linguagens, formação e práticas docentes; Matemática para o ENEM; Projeto Clube de Ciências; Projeto de Capacitação de Voluntários para a Festa De São Francisco 2017; Projeto Práticas Corporais Inclusivas; Saberes Fundamentais da Matemática; Suporte Técnico de TI; TAP - Treinamento Aquático Personalizado; Treinamento Funcional e Corrida; Núcleo de Aprendizagem em Práticas Corporais Holísticas- NAPRACHIC. Os cursos realizados em 2017 foram: Aprendendo Inglês com Jogos Digitais e Séries v2; Curso Básico de Teoria Musical e Solfejo; Dilemas Políticos Contemporâneos: Diálogos com as Juventudes sobre Política na era da Internet; Fotografia Digital: Princípios Básicos; GEMMA - Grupo de Estudos em Modelagem e Matemática Aplicada; (Re)Construindo Conhecimentos Específicos e Gerais em Matemática; Técnica Vocal: canto popular solo e coletivo; Corpo em Movimento.

Os eventos realizados em 2017 foram: Corpo em Move-

mento, Formação de Professores: Memórias e Práticas Educativas, II Fórum de Empreendedorismo e Gestão de Canindé, IV encontro de Lutas, Mini Curso de Organização e Planejamento de Trilhas, Musical "Um abraço, Vinicius", Oficina de Arqueria: O tiro com Arco como manifestação da Cultura Corporal, Oficina de Iniciação a Natação, O jogo como estratégia Lúdica do Ensino da Matemática, Pronúncia do Inglês Americano - Noções Básicas, Setembro Amarelo - Não ao suicídio, falar é a melhor solução, Educação Física em Ação (acontece em praça pública em Canindé), Dia Mundial do Turismo, Encontro de Redes de Computadores, II Fórum de Matemática, Universo IFCE / VI SEMIC.

Figura 01 – Eventos Institucionais do Campus Canindé no ano de 2017



Fonte: Setor de Comunicação Social do Campus Canindé

Figura 02 – Imagens do Universo IFCE 2017



Fonte: Setor de Comunicação Social do Campus Canindé

No ano de 2017, além da etapa conclusiva do Programa Auxílio Formação Integrado à Extensão que contemplou 25 projetos, o campus Canindé obteve os seguintes resultados relacionados à política de extensão:

- 45 professores e 2 técnicos administrativos protagonizaram projetos, cursos e eventos;
- 15 discentes atuaram como bolsistas remunerados;
- 31 discentes atuaram como bolsistas voluntários;
- 4.870 horas foi a contabilização da carga horária total de todas as iniciativas realizadas;
- 5.285 pessoas foram o público beneficiário das ações realizadas.

Em 2017, sete projetos de extensão elaborados por professores do campus de Canindé foram selecionados pelo edi-

tal do Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão (Papex) do IFCE. Foram contempladas as áreas de Cultura, com quatro trabalhos aprovados; e Educação, com três propostas aprovadas. Dos sete trabalhos aprovados, cinco receberam recursos financeiros da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE:1) Capoeira E Educação IV: Cultura, Arte e Inclusão; 2)Projeto Práticas Corporais Inclusivas;3)Judô: Um Caminho Para O Esporte;4)Escola De Alfabetização Digital – Terceira Edição;5) Matemática, Linguagens, Formação e Práticas Docentes.

Figura 3 – Projeto Capoeira e Educação em parceria com a APAE



Fonte: Setor de Comunicação Social do Campus Canindé

O campus de Canindé do IFCE abraçou a extensão como vocação institucional, como uma forma de fortalecer o compromisso social firmado com a região em que se insere. “Canindé é notoriamente um dos campi mais atuantes na extensão de toda a rede, não apenas pelo número significativo de ações de extensão que desenvolve, mas também pela

diversidade das ações desenvolvidas”, aponta o professor Eduardo Pereira, coordenador de extensão do campus de Canindé.

Em 2017 principalmente, estabeleceu-se e ampliou-se a pluralidade extensionista da unidade, seja no formato das ofertas (programas, projetos, cursos de formações inicial e continuada, eventos e minicursos), seja na área do conhecimento, contemplando campos como educação, saúde, esporte, cultura, memória, ambiente, turismo, entre outras. “Para mim, começar um projeto de extensão está sendo novo e desafiador, mas estou tendo muito apoio”, conta a professora Magna Leilane, coordenadora do projeto de treinamento funcional e assessoria de corrida. “Um dos principais objetivos desse projeto é trazer qualidade de vida através do movimento, principalmente movimentos básicos que as pessoas vão deixando de fazer à medida que vão ficando mais sedentárias, numa vida cada vez menos ativa. E as pessoas da comunidade que participam estão valorizando muito! Está tendo um ótimo retorno e a adesão do público interno, dos alunos e servidores, está bem significativa”.

“Através da extensão é que a instituição estreita os laços entre a comunidade interna e externa do campus, proporcionando um benefício mútuo para ambas, pois os alunos podem colocar em prática muitos dos conhecimentos aprendidos no IFCE, enquanto que a comunidade externa se beneficia com os serviços e ações desenvolvidas”, defende o professor Eduardo Pereira, coordenador de extensão do campus de Canindé. O número de pessoas impactadas pelas ações varia conforme o público e o objetivo de cada projeto ou curso. De acordo com a coordenação de extensão, a média gira em torno de 50 pessoas atendidas por cada ação de extensão.

Letícia Facundo, 16 anos, é exemplo dos laços estabelecidos entre IFCE e comunidade externa. Aluna da rede pública estadual de ensino, descobriu pela Internet as ações de extensão oferecidas no campus Canindé. Matriculou-se no curso básico de fotografia no início de 2017 e hoje atua como monitora voluntária no mesmo projeto. Não sou bolsista remunerada, mas ganho muito em conhecimento, afirma.

No âmbito da perspectiva cultural, o Coral do campus de Canindé do Instituto Federal do Ceará fez sua estreia na noite do dia 22 de novembro durante o espetáculo “Um abraço, Vinícius”, uma homenagem ao poeta, cantor e compositor brasileiro Vinícius de Moraes. O grupo tem à frente na direção musical e artística a professora Marina Morais como regente, com colaboração e participação dos professores Deyvid Martins, Gladson Leone e Davi Silvino. O Coral conta com 24 vozes femininas e masculinas, das quais 13 são membros da comunidade externa ao IFCE e 11 são alunos ou servidores. No espetáculo cênico musical, a plateia pôde conferir alguns clássicos do “poetinha”, como: Para Viver um Grande Amor, Soneto do Amor Total, Soneto da Fidelidade, Eu Sei que Vou te Amar, Soneto da Separação, Chega de Saudade, Poema do Passarinho, Triste Sertão e Samba da Bênção. A direção teatral e o roteiro ficaram por conta da professora Diná Santana; a declamação e encenação dos poemas foram de responsabilidade do grupo Verso Em Cena, formado pelos alunos La Belle Clarindo, Nayana Silva, Isaac Lopes, Ricardo Ferreira, Gabriela Tavares, Karine Mendes e Janaele Germano; os cenários foram criação da professora Rachel Lúcio. O acompanhamento musical foi uma parceria entre os docentes do IFCE e músicos de Canindé.

Nosso coral tem uma proposta de integração com as artes cênicas, sobretudo o teatro, para que haja uma mistura de linguagens e que a gente possa trabalhar música, canto e técnica vocal e, ao mesmo tempo, movimentação e estudo da atuação no palco, explica o professor Deyvid Martins.

Desde que eu cheguei aqui, eu percebi que existe um movimento na cidade de muitos grupos vocais ligados à igreja. As pessoas em Canindé cantam muito! Elas já têm essa experiência e buscavam outros espaços para cantar, reflete a professora Marina Morais, regente do Coral.

O desejo da comunidade unido à expectativa gerada pela experiência passada do campus Canindé do Núcleo em Performance Vocal (Projeto de Extensão realizado em 2014), colaboraram para a criação de um novo grupo de vozes. Além disso, soma-se também a missão do Instituto Federal do Ceará de contribuir para o desenvolvimento da região. “É fundamental que nós possamos fortalecer o ensino público e gratuito no país ofertando práticas musicais, práticas artísticas. Então sem dúvida é uma ferramenta de empoderamento ter um coral, ter uma prática musical coletiva para fortalecer o cenário musical. É importante fortalecer a população com arte e com cultura”, defende o professor Deyvid Martins.

Figura 4 – Estréia do Grupo de Canto Coral do Campus Canindé em 22 novembro de 2017



Fonte: Setor de Comunicação Social do Campus Canindé

Dentre os cursos de formação inicial e continuada realizados no ano de 2017, a proposição Dilemas Políticos Contemporâneos: diálogos com as juventudes sobre política na era da internet ministrada pelo professor e cientista João Paulo, propiciou aos partícipes desta ação uma macrovisão das ideias e teorias sobre política e democracia, fazendo-os compreender os principais dilemas sociais, culturais e políticos contemporâneos, incentivando-os a buscarem cooperativamente soluções e ações que auxiliem nas reivindicações políticas e demandas socioculturais de suas comunidades e grupos de interesses. Através do curso, os participantes tiveram acesso aos conceitos clássicos e contemporâneos sobre política, poder, Estado, direitos, democracia e representação e suas inter-relações.

Figura 5 – Divulgação de Curso FIC sobre Política

CURSO FIC

**Dilemas Políticos Contemporâneos:
diálogos com as juventudes sobre
política na era da internet**

Uns mandam e outros obedecem:
quem manda, como manda e por que manda?
Quem obedece, como obedece e por que obedece?

A política é um jogo de disputa e
cooperação: com quem você joga,
quem joga contra você?

Liberdade, Igualdade e Fraternidade:
pelô que você luta, contra o que
você luta, por quem você luta?

Políticas Públicas e Controle Social:
como gastamos os dinheiros públicos?

O Estado democrático de direito:
a Constituição Federal de 1988 e você

**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará
Campus
Canindé

**50 vagas
Inscrições:
28/08 a 08/09
Com certificado**

Fonte: Setor de Comunicação Social do Campus Canindé

Considerações Finais

Para Franco (2000), o desenvolvimento sustentável leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Sachs apresenta o conceito de sustentabilidade social que consiste na criação de um processo de desenvolvimento civilizatório, baseado no ser, e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter; nos direitos e nas condições das amplas massas da população, diminuindo a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e dos mais pobres. (SACHS, 2002)

A política de extensão desenvolvida no âmbito do IFCE campus Canindé no ano de 2017 coaduna com as premissas de Franco e Sachs, e contribuiu para o fortalecimento dos laços comunitários da instituição com seus diferentes públicos de relacionamento, ampliando capital político, gerando transformação social. O engajamento social de docentes, estudantes e técnicos administrativos do campus foi o vetor fundante e importante alicerce estrutural dos impactos desenvolvimentistas gerados no território dos Sertões de Canindé.

A interação da política de extensão do campus com os marcos de integração das políticas sociais, da promoção de direitos humanos e do ensino propiciou a emergência de projetos comunitários inovadores com tecnologias sociais agregadoras de valor. A experiência do campus de integração do Programa Auxílio Formação com a área de Extensão possibilitou a experiência prática aos educandos envolvidos com os

projetos, gerando oportunidades de desenvolvimento humano com inclusão social, além da melhoria da qualidade de vida dos mesmos, visão de mundo ampliada, aprendizagens de mutualidade com interação comunitária e certificação acadêmica, ampliando capacidades de empregabilidade.

A política de extensão comunitária quando balizada pelos preceitos da educação emancipatória, tem foco na busca de soluções para os problemas sociais e, sua medida de desempenho é o impacto social que visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las. Logo o estado de passividade cede lugar a um desejo de transformação e em seu bojo renasce a esperança, a crença num futuro melhor e na construção coletiva de um destino comum favorável a todos. Emerge então, um novo arcabouço institucional educacional: no combate à pobreza e à miséria, bem como à degradação humana e ambiental, professores e educandos tornam-se agentes de cooperação e de solidariedade.

Referências

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília: MILLENNIM, 2000.

DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do Desenvolvimento Social. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Capítulo 7 Responsabilidade Socioambiental Corporativa: diálogos com as teorias em busca de sinais de uma nova racionalidade empresarial

Francisco Antônio Barbosa Vidal

Resumo

O objetivo do texto é tentar identificar se há sinais de uma nova racionalidade empresarial, apresentar a partir da *dialogia* de um discurso que contemple estudos teóricos sobre a responsabilidade socioambiental das empresas, balizadas pela filosofia do desenvolvimento sustentável. O protocolo de pesquisa inclui a apresentação da definição de sustentabilidade e responsabilidade. Em seguida, a crítica apoiada na operacionalidade do conceito e na indicação dos elementos ou sinais de emergência de uma nova racionalidade empresarial, mais apta a lidar com a escassez de “*Physis*” (natureza primeira). Por fim, esboça-se uma síntese final, à guisa de conclusão.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, racionalidade empresarial, responsabilidade social corporativa.

Cenário, problema, objetivos, conceito e protocolos

Degradação ambiental, riscos de colapso ecológico e avanço da desigualdade e da pobreza são sinais da crise de valores da civilização atual. Há, portanto, necessidade emergente de uma nova atitude⁴ crítica sobre a vida na Terra. Sociedade civil⁵, sociedade política, Estado e mercado, precisam rever seus legítimos papéis.

A sustentabilidade humana, isto é, a garantia de sobrevivência das futuras gerações, depende de uma relação harmônica entre natureza, sociedade e o ser humano.

Critica-se a desarticulação de movimentos sociais de consumo, por ausência de um processo de conscientização, a ineficiência de políticas públicas⁶ e a necessidade de uma regulação de mercado, para que diferentes atores, envolvidos em uma cadeia produtiva, adotem normas ambientais politicamente corretas.

A responsabilidade pelo manejo ambiental, planejamento e gestão integrada dos recursos naturais, deve ser compartilhada entre os membros e organizações da sociedade, incluídos aqui os consumidores informados, governos, empresas, sindicatos e organizações, ecologistas e consumidores, que desempenhem funções particularmente importantes (AGENDA 21, cap.17).

⁴ Fala-se frequentemente em consciência crítica. Todavia, não é a consciência que muda o mundo, mas aquilo que as pessoas fazem. A consciência apenas distingue o mal do bem ou a virtude (“aretê”).

⁵ Sociedade civil, em Marx e na Economia Política é “Sociedade Burguesa” (“Bourgeoise Gesellschaft”) La prima traduzione del Manifesto del partito comunista (1850) di Helen Macfarlane usa indifferentemente «bourgeois society» e «middle-class society». (Cf. MARKNER, Reinhard. «Civil society» e «bürgerliche Gesellschaft» Hegel, Marx e la sinistra. Disponível em: <http://markner.free.fr/bg-ita.htm>. Acessado em: 9 de março de 2005.

⁶ DALLARI, SUELI GANDOLFI and VENTURA, DEISY DE FREITAS LIMA O princípio da precaução: dever do Estado ou protecionismo disfarçado? São Paulo Perspectiva., Jun 2002, vol.16, n.2, p.53-63. ISSN 0102-8839.

Uma outra temática, integrante da pauta de debates sobre meio ambiente, é a responsabilidade social das empresas. A gestão de qualidade empresarial passa, no século XXI, pela obrigatoriedade de que sejam implantados sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matéria-prima, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais, tendo como meta prospectiva o surgimento de um novo ciclo, em que a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado.

O conceito de desenvolvimento sustentável inclui indicadores sociais, ambientais, econômicos e institucionais. (Cf. PINHEIRO, 2005), que ameaçam a reprodução do capital e da sociedade humana. Não é por acaso que as Nações Unidas têm conduzido a polemização dessa discussão sobre os indicadores empíricos do desenvolvimento sustentável.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominada “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro em 1992, as nações assumiram, mediante tratados e outros diplomas firmados durante a Conferência, o compromisso de fazer com que o desenvolvimento econômico se processe de maneira a proteger o meio ambiente e os recursos não renováveis do planeta.

Treze anos depois, há sinais vitais de que aqueles compromissos implicaram a tomada emergencial de uma nova cultura empresarial?

Para responder à pergunta tematizadora do objeto, estabeleceu-se como objetivo do texto as seguintes premissas:

- a) iniciar um diálogo com os teóricos, sobre a responsabilidade socioambiental das empresas;

- b) balizar as análises nos pressupostos do desenvolvimento sustentável, com o propósito de identificar se há sinais de uma nova racionalidade empresarial;
- c) extrair, ainda que muito provisoriamente, alguns sinais que possam ser reconhecidos como indicadores de mudanças nas culturas empresariais.

Sustentabilidade e Negócios

O aquecimento do Planeta, a desertificação, o desaparecimento de cursos d'água, a miséria e a violência atingem patamares inviáveis para o resguardo e manutenção da própria sociedade, o que, local e mundialmente exige mudanças inadiáveis. A gestão do desenvolvimento sustentável, pontual e ou abrangente, nos governos e nas empresas, deve considerar a dimensão ambiental, econômica e social na concepção de seus objetivos, buscando a perenidade da base natural, da infra-estrutura econômica e da sociedade como um todo.

Para colocar esses conceitos em prática, há pré-requisitos indispensáveis:

- Democracia e estabilidade política;
- Paz;
- Respeito à lei e à propriedade;
- Respeito aos instrumentos de mercado;
- Ausência de corrupção;
- Transparência e previsibilidade de governos;
- Reversão do atual quadro de concentração de renda,

nas esferas local e global.

Mas, que novidades nos apontam os teóricos?

O catarinense e ex-frei Leonardo Boff, teólogo da libertação, doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade de Munique (1970), escreve:

“Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor, que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão”(2001, p. 137).

Para Boff, na prática, a sociedade deve se mostrar capaz de assumir novos hábitos, de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com o equilíbrio ecológico e funcione dentro dos limites impostos pela natureza.

Sachs apresenta as cinco dimensões de sustentabilidade. A primeira é eminentemente social.

“Consiste na criação de um processo de desenvolvimento civilizatório, baseado no ser, e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter; nos direitos e nas condições das amplas massas da população, diminuindo a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e dos mais pobres (*sic*)”;

“Sustentabilidade econômica possibilita uma eficiência macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais”.

“Sustentabilidade ambiental aumenta a capacidade de uso dos recursos naturais através da utilização de recursos renováveis e da limitação de recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais”.

“Sustentabilidade espacial está voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada”.

“Sustentabilidade cultural respeita a continuidade das tradições culturais e até mesmo a pluralidade das soluções particulares”. (*apud* Sampaio, 2000, p. 64)

No entanto, todas essas definições, embora colaborem com a introdução de uma estratificação interessante, são muito metafísicas. Não apresentam qualquer indicador empírico de

sustentabilidade, por exemplo: configuração rural-urbana equilibrada. A contribuição desse tipo de escritura é mais estética do que prática, não é traduzível em ações de gestão integrada do território (AGENDA 21, cap. 17).

Na visão de Almeida, a empresa que almeja ser sustentável inclui, entre seus objetivos, o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar daquele que tem interesse no projeto, do “*stakeholder*”⁷, e a constante melhoria de sua própria reputação (2002, p. 81).

Para Fernando Almeida (2002), os procedimentos empresariais devem levar em conta os custos futuros (custos de reprodução social do capital real) e não apenas os custos imediatos, o que estimula a busca constante de ganhos de eficiência e o investimento em inovação tecnológica e de gestão.

Outros aspectos são contemplados, sendo um deles o constante diálogo com os “*stakeholders*”, que estariam substituindo, paulatinamente, o comando-e-controle e as relações tradicionais de negócio, além da preocupação, em todos os níveis hierárquicos, em informar, inovar, combater a miséria e gerenciar reputação. A pobreza extrema gera o séquito dos miseráveis, constituindo-se em uma das maiores barreiras à sustentabilidade.

⁷ “*Stake*” é uma palavra inglesa, vem de estaca. Significa escora, em arquitetura. “*Holder*” é proprietário, dono arrendatário, mas também significa interesse ou participação em negócios. Na verdade, *stakeholders* são todas as pessoas relacionadas ao projeto de um sistema, menos a equipe de engenharia de software (gerentes, programadores, analistas e demais que constroem o software). “*Stakeholder*” é toda pessoa que exerce alguma influência num determinado projeto empresarial, seja como cliente, patrocinador, investidor, acionista, enfim, todos que tenham interesse na conclusão do negócio, porque são donos ou porque participam da propriedade.

A miséria polui, gera violência, degrada o ambiente natural e social. Instrumentos de governo, como a previdência social e os investimentos públicos, não são suficientes para erradicar a miséria e reduzir a pobreza. As empresas precisam demonstrar seu poder de mercado, para produzir e distribuir riqueza.

Responsabilidade socioambiental e cidadania empresarial

A responsabilidade social individual existe, de fato, na atitude cidadã. A responsabilidade social corporativa obrigaria a pessoa jurídica a assumir características de persona física. Em certo sentido, levaria à cidadania corporativa, criada pela luta entre os agentes.

Num caso ou noutro, a prática do bem, o cultivo da virtude (“aretê”), não decorrem exclusivamente da generosidade dos indivíduos. A eticidade tem um outro motor, que Plutarco descreveu muito bem: o inimigo⁸.

Num ou noutro caso, a existência de um antagonista pode levar uma pessoa física ou jurídica a agir como cidadã; se não para agradar amigos, para combater inimigos, adversários, desafetos, concorrentes.

Ainda, como observa Aurilio Lima em **Cidadania e transparência pública das empresas** (1998), as empresas reconhecem que, se quiserem sobreviver, a sociedade [capitalista] tem que sobreviver, a um só tempo.

Examine-se, pois, à luz da hipótese de que a empresa cresce com as disputas saudáveis, claro, os conceitos e sinais

⁸ Plutarcoo (46 - 120 a.D.) Biógrafo, historiador e filósofo moral, grego. Nasceu em Queroneia, Beócia, de uma família rica e culta. Escreveu: Como Tirar Proveito dos seus Inimigos.

empíricos de mudança cultural. Depois, tratar-se-á das discussões.

Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: tentativa de entender esses juízos.

A responsabilidade socioambiental assim pode ser definida:

“O dever ou obrigação da organização de responder – perante todas as partes interessadas – pelas conseqüências ou impactos sociais e ambientais causados por seus produtos, serviços e atividades, introduzidas no ambiente público” (FURTADO, 2003).

Haveria, portanto, uma espécie nova de cidadania, centrada na empresa, e além do indivíduo. De acordo com Ana Luiza Herzog⁹ (2000), o conceito de boa “cidadania corporativa” tornou-se uma estratégia de sobrevivência, a longo prazo. Concomitantemente aos padrões de eficiência e qualidade, crescem as exigências por uma reformulação profunda da cultura e da filosofia que orientam as ações institucionais.

A “cidadania se constrói com liberdade, participação, respeito à diversidade, consciência do papel de cada um e noção do todo”, escreve Leonardo Brant (2001, p. 35). A grande mágica que envolve a participação das empresas em projetos sociais. É fundamentalmente, o compromisso e o envolvimento que possam ter com a causa que constituinte da cidadania corporativa.

Outra exigência cabe postular, presumindo o óbvio (as empresas são socialmente responsáveis, por razões comerciais

⁹ HERZOG, Ana Luiza. Um novo modelo de negócios. Guia de boa cidadania corporativa. Revista Exame: São Paulo: Abril Cultural, 2000. Disponível em: http://www.valoronline.com.br/ethos/docs/Eloi_Damke_e_Queila_Souza.pdf. Acesso em 15 de fev. 2005.

e políticas). Sendo assim, à construção da cidadania plena, se é que isso virá a existir um dia, seria necessário:

“Um sábio equilíbrio entre os dois espaços – o público e o privado, sendo esta a atitude que busca a estratégia de combinar o civil – direitos individuais – e o cívico – direitos do Estado. A cidadania, no Estado democrático, deverá cumprir o papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo novos espaços de liberdade por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados”. (VIEIRA, 2000, p. 89).

A esfera pública e a esfera privada, para usar expressões dos teóricos franquifurtianos, especialmente Jürgen Habermas, sofrem as pressões da “Cultura Ploft”, da pós-modernidade.

O professor do Departamento de Planejamento Urbano e Regional (“Department of City and Regional Planning”), da Universidade da Califórnia, Berkeley, Manuel Castells, apresenta uma perspectiva das conexões interinstitucionais públicos e privadas no tecido social da pós-modernidade, como sendo elas estruturas vazias, usando a onomatopéia da bolha de sabão (ploft!), já mencionada.

“As instituições e organizações da sociedade civil, construídas em torno do Estado, [...] transformaram-se, de um modo geral, em estruturas vazias, cada vez menos aptas a manter um vínculo com as vidas e valores das pessoas na maioria das sociedades [...] A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação, em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem seu comportamento”. (1999 p.418-423, grifos nossos.)

João Salvador Furtado (2003) escreve que, para atuar

com responsabilidade socioambiental, é preciso conhecer o eixo central de atividade ou negócio da organização e reconhecer, identificar as expectativas dos acionistas e outros formadores de estratégia (os “shareholders”). Deve-se integrá-la à razão de ser da organização, aos valores, princípios, indicadores de desempenho e formalização das políticas da administração principal.

Corporação cidadã e longevidade empresarial: sinais dos tempos da ira e crises recorrentes.

A adoção da gestão socioambiental responsável atravessa uma fase de mudança, na gestão estratégica da empresa.

Pode-se deduzir, em consulta a João Salvador Furtado (2003), que o termo “socioambiental” pode ser justificado pela união das consequências sociais e ambientais causadas pelas empresas: pobreza, saúde, segurança, criminalidade, abrigo, alimentação, entre outras acontecimentos, são questões sociais intimamente associadas às ações humanas, resultantes do uso do meio físico e biológico e vice-versa.

Uma empresa com Responsabilidade Socioambiental deve procurar gerir os negócios de forma a atender às expectativas éticas, públicas, legais e comerciais da sociedade e da sustentabilidade ambiental, no âmbito dos processos de trabalho e de produção das mercadorias, sejam bens ou serviços. Essas ações emanadas de gestão socialmente responsável fariam com que a Responsabilidade Social Corporativa deixasse de ser um valor ou um gancho de publicidade institucional, para de tornar “responsabilidade de fato”.

Ela também deveria respeitar os interesses dos sujeitos individuais e ou coletivos que afetam ou são afetados pelos negócios ou atividades da organização, abrangendo: proprietários, acionistas, investidores e demais interessados

(“stakeholders”), como trabalhadores, vizinhança, contratados, fornecedores, distribuidores, consumidores, concorrentes, outros agentes da cadeia geo-econômica.

Na última década do século XX, o conceito de responsabilidade social se notabilizou, consideravelmente, baseado na evolução da sociedade, como um todo, nas recentes conquistas na tecnologia da informação, transformações dos meios de produção e das relações econômicas, ao longo dos anos. Entretanto, há um clima de conflito pairando sobre o mendo: seria qual, a verdadeira finalidade dos negócios?

O matemático, econometrista, Prêmio Nobel de Economia e pensador liberal, Milton Friedman (EUA, Brooklyn, 1912-), famoso expoente da Escola de Chicago, desdenha das teorias da Responsabilidade Sócioambiental. Para ele, a responsabilidade social tira o foco do objetivo de gerar lucros, contribuindo para pressões maiores em empresas socialmente responsáveis e, para um decréscimo da competitividade. Enfim, empresas socialmente responsáveis teriam muito a perder.

Escreve Friedman, em artigo publicado no New York Times Magazine, em 1970:

“O que significa dizer que o empresário tem responsabilidade social’ em sua capacidade como homem de negócios? Se esta afirmação não é pura retórica, isto deve significar que ele pode agir de formas que não são diretamente do interesse de seus funcionários. Por exemplo, que ele pode resistir a aumentar o preço de um produto de modo a contribuir para o objetivo social de conter a inflação, mesmo que um aumento de preços possa ser de interesse da empresa [...] Ou ainda, que às expensas do lucro da empresa, ele contrate *hardcore* desempregados, ao invés de trabalhadores mais qualificados, disponíveis para contribuir com o objetivo social de reduzir a

pobreza.”(FRIEDMAN, 1970, *apud* MAKOWER, 1994, p. 30, grifos nossos).

Diferentemente de outros teóricos que têm dificuldade de mostrar que a Responsabilidade Social Corporativa pode e deve ser um diferencial competitivo (Cf. Francisco Roberto PINTO, 2004), Milton Friedman não vê com um olhar de Madre Tereza de Calcutá a missão da empresa. Ele é mais centrado nas posições de defesa do capital, que sempre o inspiraram, na condição de garoto pobre do Brooklin.

“Se homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão saber quais seriam elas? Podem os indivíduos decidir o que constitui o interesse social?” (FRIEDMAN, 1970).

Protocolos de responsabilidade social corporativa ou valorização do capital para os acionistas: o dilema de Perazzo¹⁰.

Os dilemas da Responsabilidade Social Corporativa, segundo Perazzo (2005), seriam os de optar entre condutas práticas eficazes, a curto prazo, ou escolher a sustentabilidade ambiental.

Quadro dos dilemas das empresas que discutem responsabilidade social		
Elemento a explorar	Dilema	
Meio ambiente	1 Depredamos a natureza da qual tiramos os insumos?	1 Ou, investimos o necessário para cuidar dos recursos naturais?

¹⁰ Alberto Augusto Perazzo. Economista pela UNBA, Membro do Conselho de Administração de diversas companhias na área de Tecnologia da Informação. Presidente Executivo da Fundação Instituto Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES, Membro do FRH, Fórum Permanente de Estudos Avançados das Relações Humanas no Trabalho, Graduando na Faculdade de Filosofia São Bento.

Quadro dos dilemas das empresas que discutem responsabilidade social		
	2 Descuidamos-nos os resíduos químicos ou poluentes industriais que geramos?	2 Cuidando desse meio e assegurando seu usufruto sustentável a longo prazo.
Estrutura jurídica, tributária e legal do Estado:	1 Aproveita-se do 'jogo do poder' em benefício do interesse próprio? 2 Sonegamos tributos alegando injustiça ou dúvidas sobre a aplicação?	1 Ou , cumprimos com as obrigações, ainda que não estejamos totalmente de acordo? 2 Utilizando os meios representativos e institucionais para mudar a situação.
Agentes da Comunidade organizada:	1 Desconhecendo a necessidade do entorno? 2 Proibindo a participação de voluntários nos trabalhos dessas comunidades?	1 Ou , atendendo, conforme possibilidades e prioridades, alguns projetos? 2 Permitindo a participação do voluntariado e outras formas institucionais de participação?
Clientes:	1 Crescendo por meio de publicidade enganosa? 2 Descuidando da qualidade? 3 Ganhando mercado através de subornos ou "gratificações" irregulares?	1 Ou , Cumprindo com as especificações contratadas e prometidas? 2 Não utilizando nenhuma forma ilegal ou contra a dignidade da pessoa ou empresas? 3 Fornecendo sempre informações claras?
Fornecedores:	1 Extorquindo? 2 Usando todo o peso do poder econômico explorar o valor? 3 Utilizando-se de informação reservada?	1 Ou , Otimizando a cadeia de valor? 2 Buscando parcerias de longo prazo?

Quadro dos dilemas das empresas que discutem responsabilidade social		
Investidores ou acionistas:	1 Fraudes em balanços econômicos e contábeis? 2 Falta de transparência nas informações?	1 Ou , Informando com responsabilidade em qualquer caso? 2 Dedicando o tempo necessário para dar a conhecer a situação empresarial?
Colaboradores e funcionários:	1 Falta de comunicação proposital? 2 Estilo "manda quem pode, obedece quem tem juízo?" 3 Discriminado por qualquer tipo de minoria ou diferenças?	1 Ou , Propiciando uma verdadeira gestão participativa? 2 Aceitando as diferenças? 3 Promovendo talentos?

Fonte: Adaptado de Perazzo, 2005

Esses dilemas nunca serão resolvidos sem que haja pressão da sociedade política e dos estímulos corporativos ("stakeholders"). Dizer que não existem, ignorá-los, é, no mínimo, pueril.

Poder-se-ia argumentar que o executivo estaria gastando o dinheiro alheio, em nome do interesse social geral, reduzindo o retorno aos acionistas e gastando seu dinheiro.

As ações de responsabilidade social, segundo a posição bem honesta de Friedman (1970) aumentariam o preço ao consumidor; ele estará gastando o dinheiro deste consumidor e, se suas ações diminuem os salários de alguns empregados, ele está gastando o dinheiro desses empregados.

Desenvolvimento Sustentável e a emergência de uma nova racionalidade empresarial

Em contraponto a esta proposição, escreveu o presidente da Quaker Oats, Kenneth Mason, em 1979:

"Obter lucros é não mais o propósito dos negócios, tanto quanto comer é o propósito da vida. Obter algo

para comer é apenas o pré-requisito para a vida; o propósito da vida, só podemos esperar que seja mais amplo e mais desafiador. Da mesma forma, com negócios e lucros” (MASON *apud* MAKOWER, 1994, p.31).

Esta visão é compartilhada por Moreira (1999), que argumenta que a moral não se opõe ao lucro, do mesmo modo que a técnica não se opõe ao humanismo, nem a eficácia à cultura. A concepção de empresa como comunidade e a visão relacional da mesma na sociedade promove uma possível e desejável conciliação de objetivos econômicos e de realização do Homem, promovendo uma nova Era, a do humanismo empresarial.

Moreira (1999) propõe a reconciliação entre economistas, empresários e moralistas, em uma mesa triangular, imaginária, reconhecendo que é necessária a cooperação entre Economia e Ética.

Alguns autores argumentam que a empresa tem deveres para com a sociedade, uma vez que, para estabelecer e obter lucros, gera custos sociais decorrentes de sua atividade. Aspectos como consumo de recursos naturais, capitais financeiros e tecnológicos, capacidade de trabalho, ambiente para sua existência, são providos pelo Estado. Ao final da cadeia de qualquer um destes itens, estaria a sociedade. Desta forma, a empresa deve “prestar contas” a esta mesma sociedade, uma vez que tais recursos (renováveis ou não) pertencem a ela, à sociedade (MELO; FROES, 1999).

A cidadania empresarial incluiria responsabilidades econômicas (produção de bens e serviços do quais a sociedade necessita, a um preço que possa garantir a continuidade dos negócios e a satisfação das obrigações com os investidores), responsabilidades legais (responsabilidade no cumprimento de leis estabelecidas, juridicamente), responsabilidade

des éticas (comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, não codificados em leis) e responsabilidades filantrópicas (comportamentos e atividades desejados pela sociedade, ditados pelos valores empresariais, tendo como exemplo doações e obras beneficentes). Ser socialmente responsável implica em maximizar efeitos positivos sobre a sociedade, minimizando os negativos. (CARROL *apud* FERREL, 2001:7).

O desenvolvimento sustentável leva à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. (FRANCO, 2000).

Para Franco, pressupõe-se que exista um elo entre comunidades ecológicas e comunidades humanas, baseado numa visão fornecida pelo pensamento sistêmico, de que ambos os sistemas exibem princípios básicos de organização análogos.

Nos pré-requisitos de um processo de desenvolvimento sustentável é notória:

- a participação de cada cidadão, em caráter essencial;
- esta participação exige a conformação de organizações sociais responsáveis e receptivas para com seus membros;
- a variedade de interesses e necessidades, de cada sociedade e ou de cada comunidade, exige toda uma variedade de organizações;
- uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária, para o processo de desenvolvimento. Isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político-administrativo-econômico. (MARCOS KISIL, 1997, p.131).

A sociedade vive a transição da dicotomia público-privada para a configuração de um espaço público em que os

papéis dos agentes sociais e do desenvolvimento interpenetram-se, condicionam-se. Está em pauta, pois, exatamente, a renegociação do pacto social que definirá os papéis que cada agente desempenhará nesta realidade. A participação das empresas nos processos de construção social sinaliza um novo paradigma relacional com a ambiência externa. A preocupação com o desenvolvimento sustentável legitima as conexões provenientes dos diferentes níveis de cooperação entre os espaços público e privado.

Hoje, cerca de 80 % da população do mundo concentra-se nos países em desenvolvimento, sobrevivendo com 20 % dos recursos planetários (Schmidheiny, 2002). O sistema atual joga milhões no desemprego, dilapida o meio ambiente e remunera mais os especuladores que os produtores (DOWBOR, 2002).

Para Barrett (1998), o interesse próprio e a busca obsessiva pela acumulação de riquezas estão no âmago da crise atual. Para promover o advento de uma sociedade sustentável, precisa-se, urgentemente, de uma ética universal que transcenda todos os outros sistemas de crenças e alianças, um tipo de síntese da consciência humana, complementemente ciente da interdependência e raridade de todas as formas de vida, para guiar-nos em nossos esforços, e para realizar as mudanças (RATTNER, 1999).

Conceitos como ética, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável assumem um papel cada vez mais relevante na estratégia adotada pelas organizações. O papel do setor privado, segundo alguns de seus representantes, não se restringe mais à geração de riqueza, devendo contemplar, também, as dimensões social e ambiental.

Com efeito, um dos pontos mais enfatizados, na recente

literatura da responsabilidade empresarial, é a substituição da análise restrita dos *stockholders*, focado anteriormente apenas no compromisso da organização com seus acionistas e funcionários. O contato social entre a organização e a sociedade deve basear-se na legitimação dos *stakeholders*, isto é, todas as partes interessadas, direta ou indiretamente, afetadas pela atividade da empresa (DEMAJOROVIC, 2000).

Questionamentos atuais, na área da administração, dizem respeito a se existe uma emergente racionalidade organizacional, proveniente do envolvimento das empresas com as comunidades e problemas sociais, sob o pressuposto do desenvolvimento sustentável. No desenvolvimento da Teoria das Organizações, a questão da racionalidade sempre foi subsidiária das discussões no campo da Filosofia e da Economia. Uma vez que a Teoria das Organizações toma por objeto, predominantemente, organizações econômicas, ocorreu, como era de se esperar, a prevalência de modelos e teorias que dependem da “razão ou racionalidade motivada pelos fins – a racionalidade instrumental” (WEBER, 1964).

Weber foi, de fato, o primeiro pensador a tratar da questão da racionalidade nas organizações, ao analisar a organização burocrática e a preponderância, nesse tipo de organização humana, da racionalidade instrumental. Os movimentos de contestação dos anos 60 e 70 disseminaram crítica a mais contundente à racionalidade instrumental e, derivando-se da crítica, foram disseminadas também, algumas formulações alternativas aos tipos organizacionais gerados pela crítica à racionalidade instrumental, dando corpo a teorias que procuram formas or-

organizacionais, baseadas em uma racionalidade substantiva (SATOW, 1975)¹¹.

Uma teoria substantiva da vida humana, associada, é algo que existe há muito tempo. Seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, do passado e do presente, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão *razão substantiva* (RAMOS, 1989: 27). O autor concebe um modelo dual de organizações; por um lado, organizações formais (que ele iguala às burocracias, no sentido weberiano) regidas pela racionalidade instrumental. Por outro lado, organizações substantivas, regidas pela racionalidade substantiva. Serva (1993. 36-43) procurou, a partir de pesquisas empíricas, mostrar quais seriam as características das organizações substantivas:

- I. “São norteadas por princípios logicamente inter-relacionados: primazia da ação coletiva, respeito às diferenças individuais, busca de equilíbrio entre Homem e organização, ação calcada em identidade de valores;”
- II. “São organizações nas quais há relações interpessoais intensas e fortes;”
- III. “Nessas organizações, é constante e intensa a reflexão coletiva sobre o cotidiano da organização”;
- IV. “As estruturas hierárquicas são: ou extremamente flexíveis ou inexistentes”;
- V. “Só se aceitam novos membros que se identifiquem com os valores e com a causa maior da organização”;
- VI. “Nessas organizações há livre circulação de informações, o

¹¹ SATOW, R. L. Value-Rational Authority and Professional organizations: Weber's missing type. *Administrative Science Quarterly*; v. 20, n.4, 1975.

- que facilita o processo coletivo de tomar decisões”;
- VII. “Os indivíduos são remunerados conforme a atividade que executem e o grau de seu comprometimento com a organização (podem-se o incluir trabalho voluntário)”;
 - VIII. “Os horários de trabalho são flexíveis”;
 - IX. “O rendimento dos indivíduos é aferido coletivamente, em reuniões periódicas, e havendo abertura para diálogo e negociação”;
 - X. “A organização expressa-se, em termos sociais, pelos valores que esposa”;
 - XI. “A organização sempre busca na sociedade o respaldo de suas ações”.

No caso da responsabilidade socioambiental, cujos fundamentos se alicerçam no desenvolvimento sustentável, o movimento surge como resultado da crítica à forma pela qual as empresas se relacionam com a sociedade, tirando dela (dos seus recursos) seu lucro, para os acionistas e controladores, mas pouco beneficiando-a, o mais das vezes até causando-lhe danos.

Em resposta, o movimento pela responsabilidade socioambiental recria provas e dispositivos que, ao operar em um deslocamento, desmantelam a crítica. São criados institutos para lidar com o assunto, de forma isomórfica às empresas. Certificações são instituídas, na área social, como a SA8000 e AA1000, balanços, selos, concursos, ou seja, todo um conjunto de regras, convenções, dispositivos, para categorizar e classificar as empresas em relação a seu comportamento socialmente responsável. São exigidos e valorizados aspectos que, em última instância, os próprios capitalistas elegem, sem prejuízo para a lucratividade. Divulga-se amplamente essas ações no meio acadêmico.

Assim, quem cria as provas são aqueles que as podem

cumprir, multiplicando sua força, transformando-a em grandeza. Nessa lógica, os “grandes” são os primeiros a compreenderem a transformação que se está operando; estão sempre prontos a criticar as regras e o moralismo, crendo-se em busca de novas oportunidades.

Como resposta à crítica, dentro do movimento pela responsabilidade socioambiental, as empresas passam a investir em ações sociais/sócio-ambientais e a divulgar seus padrões éticos, justificando e criando provas à sociedade (e consumidores) de que estão indo ao pleno encontro das aspirações sociais.

No caso brasileiro, é exatamente a este movimento que temos assistido. Inicialmente, algumas poucas empresas multinacionais, possuidoras deste conceito, desenvolvido em seus países de origem, trazem como uma grande novidade para o nosso país e, com a ajuda de seus executivos, consultores, de acadêmicos e da mídia, divulgam estas práticas, realçando seu caráter inovador e a vanguarda da empresa. O discurso seduz cada vez mais, e toda a sociedade passa a apoiá-lo e incentivá-lo, considerando o movimento inquestionavelmente relacionado ao bem comum, posicionando-o como uma obrigação das empresas.

Na realidade, a institucionalização da Responsabilidade Socioambiental, sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, tem levado as empresas a repensarem seus valores e posicionamentos. A nova ordem sócio-econômica, - não cabendo aqui revelar aspectos ideológicos da hegemonia neoliberal e capitalista - exerce influência direta na configuração estrutural e na dinamicidade cultural das organizações privadas. No interacionismo com as comunidades e o meio ambiente, a ocupação do privado, em espaços públicos, sinaliza a

emergência de uma racionalidade anti-instrumental/funcionalista, em detrimento de um pensamento mais substantivo e emocional.

Considerações Finais

A responsabilidade social corporativa que, em princípio é apenas um valor, só será estratégia de competição ao ganhar o poder de pressão das organizações ou de pessoas em luta, que se opõem às empresas socialmente irresponsáveis. Veja o que diz a Folha On-line:

O Presidente argentino, Néstor Kirchner, sustentou, nesta sexta-feira, o pedido de boicote dos produtos da Shell, dizendo que a Argentina quer investimentos, "mas não os piores do mundo".

O presidente argentino afirmou que “uma famosa revista americana [sem especificar qual] põe a Shell na liderança do ranking das 10 piores empresas do mundo, entre outros motivos, por fraudes, abuso de preços e más práticas trabalhistas. (Vinícius ALBUQUERQUE, 2005)”.

O novo paradigma da Sustentabilidade apresenta, como eixo central de ação a ideia da integração e da interação, propondo uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos: do científico, com toda a sua rica variedade de disciplinas, ao religioso, passando pelo saber cotidiano do homem comum.

Outros aspectos são contemplados, como o constante diálogo com os “stakeholders”, que, hoje, estariam substituindo, paulatinamente, o comando-e-controle e as relações tradicionais de negócio, a preocupação, em todos os níveis

hierárquicos, em informar, inovar, combater a miséria e gerenciar reputação. A pobreza extrema vista como uma das maiores barreiras à sustentabilidade.

A miséria polui, gera violência, degrada o ambiente natural e social. Instrumentos governamentais, como a previdência social e os investimentos públicos, não são suficientes para erradicar a miséria e reduzir a pobreza. As empresas precisam demonstrar seu poder de mercado, para produzir e distribuir riqueza.

A expansão da consciência coletiva, com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações, induzem a um novo posicionamento, por parte dos empresários, em face de tais questões.

A empresa que apresenta uma política efetiva de Responsabilidade socioambiental possui sistemas de avaliação de impactos dos produtos, processos e instalações, buscando antecipar questões públicas. Tal empresa lidera questões de interesse da comunidade e do setor. O estímulo à participação das pessoas, em esforços de desenvolvimento social, é sistemático. Existem, ademais, formas implementadas de avaliação e melhoria da atuação da organização no exercício da cidadania e no tratamento de suas responsabilidades públicas.

Há participação cidadã, por parte das empresas em questões de ordem pública e social, desde que assim procedam por convicção e não somente levadas por indução meramente regulatória. Tudo isso sinaliza o surgimento de uma nova racionalidade no mundo dos negócios, substantiva e emocional, rejeitando a crença de mão única da lucratividade como alvo sozinho.

A preocupação ética e moral, o repensar de valores e

crenças, a ressignificação de investimentos sociais internos e externos, a transparência, são variáveis que contemplam uma nova configuração estrutural e cultural das organizações privadas que atuam de forma socialmente responsável.

Referências

AGUILAR, Francis J. *A Ética nas Empresas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ALBUQUERQUE, Vinícios. Kirchner ataca Shell e diz desprezar "os piores investimentos do mundo". *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/di-nheiro/ult91u94278.shtml> Acessado em: 11 mar. 2005, 14h41min.

ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. L. Vallandro e G. Bornheim da Versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo, 1979, Abril Cultural. Coleção "Os pensadores".

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coordenação). *Ética e Responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARRETT, Richard. *Libertando a alma da empresa*. Editora Cultrix, 1998.

BRANT, Leonardo. *Cultura e Cidadania: caminhos para a inclusão social*, In: BRANT, Leonardo (Org). *O Papel de cada um*. São Paulo: Escrituras, 2001. p. 30-42.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CSD Theme Indicator Framework. Disponível em:

DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental: Perspectivas para a educação corporativa*. Tese de

doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. USP: São Paulo, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Economia Social no Brasil*. Editora SENAC, 2001.

FERREL, O.C., FRAEDRICH, John; FERREL, Linda. *Ética Empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.

FISHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FRIEDMAN, Milton. “*Capitalismo e Liberdade*”. 1984. São Paulo. Abril Cultural, p. 123-156. (Coleção Os Economistas).

FRIEDMAN, Milton. The social Responsibility of Business is to Increase Profit. *New York Times Magazine*, New York, 13 de setembro de 1970. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/03/02/business/02prilosec.html> Acessado em 9 de março de 2005.

FURTADO, João Salvador. *Gestão com Responsabilidade Socioambiental*. São Paulo, Março 2003. Disponível em: < <http://www.teclin.ufba.br/jsfurtado> >. Acessado em: 2 de março de 2005.

http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/table_4.htm Acessado em: 29 nov. 2004.

https://www.unifor.br/hp/doc_noticias/conceito2.pdf. Acesso em: 2 de março de 2005.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Aurilio. *Cidadania e transparência pública das empresas*. Rio de Janeiro: Balanço Social, 1998.

MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B.

(org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELO Neto, Francisco de Paulo; FROES, César. *Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOREIRA, Joaquim. *A Ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1999.

MOREIRA, Maria Suely. *Estratégia e implantação do Sistema de Gestão Ambiental – modelo ISO 14.000*. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

PERAZZO, Alberto Augusto. *Será possível no início deste novo século conceber e desenvolver uma empresa ética e socialmente responsável*. Disponível em: <<http://www.fides.org.br/artigo01.pdf>> Acessado em: 13 mar. 2005.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. *Geografia do desenvolvimento: contribuição para a idéia de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Nova Ciência das Organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.

RATTNER, Henrique. *Liderança para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Nobel, 1999.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão Organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável*. Itajaí: Univali, 2000.

SCHMIDHEINY, Stephan; HOLLIDAY JR., Charles O.; WATTS, Philip. *Cumprindo o Prometido*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, Maurício. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*. v. 33, n. 2, 1993, pp. 36-43.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade**

Social Corporativa. Editora Atlas, 2002.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Table 4:*

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Pioneira. 1967.

Capítulo 8 **Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor**

Francisco Vidal, Denise Pires Basto Costa

Resumo

Este artigo propicia uma dialogia entre a visão heterodoxa dos autores que estudam a administração participativa e a sua inter-relação com o gerenciamento do trabalho social voluntário na perspectiva da racionalidade substantiva, com a análise qualitativa do caso de Voluntariado do Projeto Coração de Estudante (PRECE) desenvolvido no interior do Ceará e que tem por objetivo principal a inserção de jovens e adultos carentes no ensino superior. Os espaços institucionais emergentes das organizações do terceiro setor que desenvolvem programas de voluntariado sob a égide da inserção cidadã são indutores do sentimento de pertencimento sinérgico inerente ao trabalho coletivo de transformação social. Movimentos sociais de solidariedade e que defendem causas humanitárias requerem uma organicidade dinâmica e envolvente. Constatou-se através da presente pesquisa que especi-

ficidades do gerenciamento do trabalho social voluntário demandam uma práxis participativa das pessoas nos processos decisórios e nas ações mobilizadoras de ajuda ao próximo, sinalizando uma racionalidade substantiva na administração de organizações da sociedade civil, guiada por códigos de boa conduta propiciando o respeito à diversidade humana.

Introdução

Cada vez mais pessoas no mundo têm suas necessidades básicas insatisfeitas, cada vez menos podem ascender a uma vida digna, onde a saúde, a educação, a justiça, a proteção de seus direitos cidadãos, lhes sejam outorgados como liberdades substantivas. A sociedade moderna passou por sucessivas transformações até chegar à situação atual, onde a questão social se agrava quando a qualidade dos desequilíbrios e a quantidade dos afetados chega a números astronômicos. E isso vem ameaçando a ordem político-democrática e, conseqüentemente, a ordem moral que deveria sustentá-la. Mas como atender ao bem estar social sob o manto de uma ideologia dominante que deixa o indivíduo à mercê de sua própria sorte; com um Estado em uma contínua retração, avaliada por políticos de esquerda e de direita; com corporações empresariais cada vez maiores e desprovidas, em sua grande maioria, de todos os valores que não sejam os econômicos, culpadas e vítimas da incompetência sem limites que elas próprias têm desencadeado?

Uma resposta de simples enunciado, mas de complexa realização seria: “é necessário recuperar, desde a política, o balanço entre o econômico e o social, entre o interesse individual e o bem estar comum.” (SCHVARSTEIN, 2003). Mas isto não pode partir somente do Estado nem das insti-

tuições políticas e sindicais tradicionais, até porque, suas influências sociais têm diminuído na mesma medida em que têm crescido novas instâncias institucionais da sociedade civil como as organizações do terceiro setor. E é nestas novas formas de organização que se devem encarar ações sociais que respondam às necessidades básicas crescentemente insatisfeitas de seus próprios integrantes e dos membros das comunidades em que estão inseridos.

Diante deste contexto, a solidariedade no mundo moderno encontra sua práxis em um ator social, protagonista da caridade e da justiça social, que as Nações Unidas define como “jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não de bem-estar social ou outros campos”: o voluntário.

As atividades de Voluntariado intensificaram-se no Brasil na última década do século XX em virtude da Campanha do Betinho “Ação da Cidadania” que mobilizou milhares de pessoas em todo o território nacional num movimento social contra a miséria, a fome e pela cidadania. As ações voluntárias, em sua grande parte, acontecem nos espaços institucionais das organizações do terceiro setor, o que demanda uma tipologia gerencial adequada para a condução do processo social de ajuda ao próximo. O voluntariado é caracterizado como uma práxis da gestão participativa (LEITE ET AL, 2002), pois estimula o trabalho em equipe e o envolvimento das pessoas de forma efetiva com as causas humanitárias que defendem. O presente artigo tem por objetivo apresentar a relação entre voluntariado e gestão participativa e identificar se a mesma sinaliza uma tipologia de racionalidade organizacional substantiva e emocional, que caracteriza

a administração de organizações do terceiro setor, analisando-se o caso de Voluntariado do Projeto Educacional Co-ração de Estudante (PRECE) desenvolvido no sertão do Estado do Ceará.

Sociedade civil e transformação social: da filantropia à cidadania

Uma nova crise sócio-econômica emergente de um mundo pós-consenso de Washington é fator que impulsiona o aumento de iniciativas sociais e da participação solidária de empresas e da sociedade civil na solução de problemas sociais no nosso país. As ações provenientes de iniciativas sociais de civis podem ser caracterizadas como filantrópicas ou promotoras de desenvolvimento humano e social. Para Camargo *et al* (2001), o conceito de filantropia é ambíguo. Apesar de estar voltada para a beneficência, a filantropia também é vista como parte de um sistema de exclusão. Há entidades que vivem em função de ações filantrópicas, não resolvem o ciclo da exclusão social e aproveitam a imagem da necessidade humana para se autopromoverem criando um fetiche que faz da esmola aquilo que seria um direito (Camargo *et al*, 2001).

Com o surgimento do Terceiro Setor, os anseios da sociedade tornaram-se visíveis, como dito por Dowbor (2000:81):

A própria irrupção da sociedade civil organizada na arena política se deve sem dúvidas ao sentimento cada vez mais generalizado de que nem as macroestruturas do poder estatal, nem as macroestruturas do poder privado estão respondendo às necessidades prosaicas da sociedade em termos de qualidade de vida, de respeito ao meio ambiente, de geração de um clima de segurança, de preservação do espaço de liberdade e de criatividade individuais e sociais.

Nessa perspectiva, Camargo *et al* (2001) aborda alguns fatores conjunturais e históricos que influenciaram o surgimento do Terceiro Setor e da participação cidadã efetiva da sociedade civil: **a crise do estado do bem-estar social** (*welfare state*), que levou ao acúmulo das funções de Estado Protetor e Estado Regulador, gerando pesados ônus no erário público e criando uma burocracia consolidada; **a crise do desenvolvimento** relegou parte significativa da população a um patamar inferior na pirâmide social, com a supressão da renda e a elevação dos índices inflacionários, fato esse que contribuiu para a deterioração do aspecto conjuntural, ampliando a demanda pelo aprimoramento das questões sociais degradadas, a tal ponto que o Estado não pôde mais suportar o acúmulo de papéis; **a crise do meio ambiente**, que motivou as organizações a adotarem uma consciência não apenas sobre o próprio negócio, mas também sobre suas consequências nas áreas de saúde pública, qualidade de vida e outros fatores que justifiquem a organização integrar-se a um movimento consistente pela filantropia; **a crise do socialismo**, que deixou uma lacuna na área de assistência social a ser suprida pelas novas entidades não-estatais; **a expansão dos meios de telecomunicações**, que incrementou ainda mais o fluxo de informações entre localidades remotas, facilitando o contato com associados, parceiros e especialistas na área; **o crescimento econômico**, que levou à formação da classe média urbana nas décadas de 60 e 70 – com propriedade de formar opiniões e de conviver proximamente com as adversidades sociais – com poder para liderar o empreendimento de ações filantrópicas.

Aléxis de Tocqueville (apud COELHO, 2000), em sua

obra *A democracia na América*, cuja primeira parte foi publicada em 1835 e a segunda em 1840, apontava a importância da participação da sociedade civil na vida político-social americana:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais todos tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, sérias, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e muito pequenas; os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edificar igrejas, distribuir livros, enviar missionários às antípodas; assim também criam hospitais, prisões e escolas. Trata-se, enfim, de trazer à luz ou se desenvolver um sentimento pelo apoio de um grande exemplo, eles se associam. Em toda parte onde, à frente de uma empresa nova, vemos na França o governo e na Inglaterra um grande senhor, tenhamos a certeza de perceber nos Estados Unidos, uma associação. (TOCQUEVILLE, 1840 apud COELHO, 2000:33)

A emergência dos movimentos sociais na América Latina na década de 70 representou a valorização do espaço local, entendido como “comunidades”, implicando na inversão de valores dos padrões hierarquizantes que valorizavam a elite, a cúpula, em detrimento das bases. Um fator que exerceu forte influência na organização comunitária foi a renovação eclesial da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base que se espalharam pelo território dos países latinos com impacto maior no Brasil. O enraizamento da Igreja nas comunidades não tinha somente o sentido de

evangelização, mas de um envolvimento maior com a solução dos problemas sociais do “local”. (FERNANDES,1994).

Na visão crítica de Gohn (2002:297), na década de 90, os movimentos sociais populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Para a autora, as ONGs ganham importância por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários.

O diálogo com o governo, sem caráter clientelista, para formulação de políticas públicas que contribuam efetivamente para o fim da exclusão social será um avanço da práxis democrática em nosso país. A promoção humana e da cidadania é uma das razões de ser das ONGs, espaços públicos, porém não-governamental, e que devem representar o pensamento da sociedade civil organizada e articulada na busca da transformação social de nosso país.

Gestão participativa nas organizações: um resgate teórico-conceitual

A participação dos trabalhadores nas organizações é um tema que surgiu no Brasil, de forma mais acentuada, a partir da década de 80 e se estende até os dias de hoje. Surgiu como uma forma de gestão moderna e inovadora, baseada principalmente no modelo de gestão importado do Japão. Tornaram-se comuns em nosso país os círculos de controle de qualidade, onde a cooperação do trabalhador era o diferencial que resolveria diversos problemas da produção das empresas e das equipes de trabalho e onde as decisões de como fazer o trabalho e o controle sobre ele eram delegadas aos trabalhadores que a compu-

nam. Termos como qualidade total, qualidade de vida e defeito zero foram incorporados à linguagem dos administradores das empresas, da mídia e dos trabalhadores, sempre chamando a atenção para necessidade da colaboração para o sucesso desses processos.

A administração participativa ou ideia de participação existe desde a antiguidade e foi inventada pelos gregos, com o nome de democracia. A internalização do conceito de participação na sociedade organizacional deu-se a partir da Segunda Guerra Mundial, assumindo forma concreta e restabelecendo seus princípios em diversos países europeus, por via legislativa ou contratual dos comitês ou conselhos de empresas. (FERREIRA ET AL, 2002).

O caminho da participação dos trabalhadores na organização, desde a época do taylorismo até hoje, sempre esteve presente, em formas, estruturas e processos diferentes, mas embasada por uma visão de sociedade, organização e homem compartilhada por todos os modelos de participação. D'Angelo (1995) apresenta uma visão crítica da participação no Brasil em virtude do arraigamento em nossa cultura de fenômenos sociais como o autoritarismo, o paternalismo e o nepotismo. Segundo o autor, essas características encontram-se subjacentes nos procedimentos sociais, políticos e administrativos. O relacionamento no contexto das organizações, numa sociedade assim caracterizada, leva o indivíduo a ter um comportamento dirigido à obediência, ao temor e à submissão. “É necessário, portanto, educar para a participação. Se não for feito um esforço pedagógico de libertação do comportamento protetivo e obediente, a participação não será plena”. (D'ANGELO, 1995:17).

Leite et al (2002) comenta sobre o impacto das mudanças ambientais dos últimos tempos nas estruturas de trabalho das organizações, fazendo emergir a Gestão Participativa como indutora de um novo movimento gerencial através do qual o homem é contextualizado como um ser eminentemente social que deseja participar, expor suas ideias e sentir-se parte do processo criativo da organização a qual pertence. Para o autor não se pode falar de gestão sem antes definir organização, que para Hampton (1983) é uma combinação intencional de pessoas e tecnologias para atingir um determinado objetivo. Esta organização tem por base a administração, que contempla a liderança na qual a perspectiva integrada requer do gestor uma postura mais interativa, humana e criativa.

Galbraith (apud LEITE ET AL,2002) define a gestão participativa como uma extensão de poder dado ao colaborador em qualquer nível da organização para a tomada de decisões e do acesso às informações organizacionais, recompensas pelo desempenho e habilidades técnicas e sociais. Há evidências de que há modelos de gestão participativa que estão inseridos nas teorias e modelos comportamentais da administração. Para Paterman (apud FERREIRA ET AL, 2002:129), a participação “consiste basicamente na criação de oportunidades para que as pessoas influenciem decisões que as afetarão. Essa influência pode variar pouco ou muito. Participação é um caso especial de delegação, na qual o subordinado obtém maior controle, maior liberdade de escolha em relação às suas próprias responsabilidades”.

Leite (2000:17) define a gestão participativa como “um conjunto de conhecimentos científicos, sistematizados e es-

pecíficos, com técnicas, objeto e métodos próprios que estuda a aglutinação de pessoas em organizações ou empresas, unidades de produção de bens e serviços, para alcançar sua missão e seus objetivos, com a participação direta e ativa de recursos humanos: de direção(staff), intermediário e operativo, sobretudo nas decisões”.

Para Leite et al (2002) a gestão participativa é realmente uma ciência a partir de sua conceituação influenciada por três métodos científicos: histórico-literário, empírico - observacional e analítico-tradicional. A gestão participativa como ciência é justificada pelas teorias e conceitos que serviram como base para a sua sustentação e consolidação como teoria científica. A polis da Grécia, o socialismo utópico do século XIX, os movimentos operários do século XX, a atual gestão compartilhada das organizações atuais são exemplos de fenômenos sociais que influenciaram a gestão participativa.

Para Maximiano (2000), a administração participativa é uma filosofia ou doutrina que valoriza a participação das pessoas no processo de tomar decisões sobre diversos aspectos da administração das organizações. Para o autor, essa definição tem diversas implicações:

“– Participar não é natural nos modelos convencionais de administração. Os paradigmas tradicionais mantêm a maioria dos trabalhadores alienados em relação ao controle de seu próprio trabalho e à gestão da organização;

- A alienação desperdiça o potencial intelectual das pessoas;

- A participação aproveita esse potencial, contribuindo para aumentar a qualidade das decisões e da administração, a satisfação e a motivação das pessoas;

- Aprimorando a decisão e o clima organizacional, a administração participativa contribui para aprimorar a competitividade das organizações.” (MAXIMIANO, 2000:458)”.

No tocante ao estilo de gestão, Leite et al (2002) comenta que os líderes que são agentes de processos participativos apresentam atitude interativa perante questões estratégicas da organização, sabem administrar as turbulências ambientais e estão voltados para o processo de inovação. Bordenave (apud LEITE ET AL, 2002) é citado pelos autores como responsável pela categorização das tipologias de participação: a espontânea, a imposta, a voluntária e a provocada. Mendonça e Motta (apud LEITE ET AL, 2002) classificam a participação em duas tipologias: a direta, que envolve o planejamento participativo, o círculo de controle da qualidade e processos grupais para decisão e ação; e a indireta, que abrange a negociação coletiva, os comitês, a co-gestão e a auto-gestão. Alguns modelos são apresentados por Leite et al (2002): gestão japonesa, gestão empreendedora, gestão holística e gestão virtual. Como exemplos de práticas de gestão participativa, os autores apresentam as seguintes experiências: a economia de comunhão, a empresa solidária, a parceria empresarial, as cooperativas e as iniciativas sociais e voluntárias das organizações do terceiro setor.

Bordenave (apud D'ANGELO,1995:41) comenta que, dependendo das circunstâncias, a ação participativa se realiza com maior ou menos êxito. Segundo o autor, a participação é mais intensa quando se vincula o interesse do indivíduo e do grupo, desde que seus integrantes se conheçam e haja canais confiáveis de comunicação e, mais efetiva quando

o processo de realização permite ao indivíduo e ao grupo sentir os efeitos concretos e imediatos de seu desempenho. Na discussão de idéias, o respeito à opinião alheia, a aceitação de experiências positivas ou negativas, enfim o saber dialogar, pode levar a um acordo satisfatório as apreciações do grupo, proporcionando maior participação de seus integrantes.

De acordo com Vidal (2000:105), alguns dos entraves mais comuns da transformação organizacional para a Gestão Participativa incluem:

- “1) Incongruência entre objetivos estabelecidos e ações (por exemplo, exercer direção e controle enquanto se clama por participação);
- 2) Incapacidade de compreender a complexa dinâmica emocional das pessoas confrontadas com mudanças drásticas e completas na natureza de seu trabalho;
- 3) A participação vem acompanhada de confiança, estribada na compreensão de que o líder, sozinho, não pode resolver os problemas. Os colaboradores devem ser encorajados a apresentar inovações, a ter a sua boa vontade reconhecida. Isso é difícil para as pessoas acostumadas a exercer o poder durante a maior parte de sua vida;
- 4) O líder quase sempre acha que não precisa mudar, os outros sim. Ele se constitui uma exceção e fecha-se ao aprendizado;
- 5) O líder não sai da sua sala, não vai em busca dos empregados para obter informações às vezes aflitivas. A essência desse comportamento é o medo de ouvir e a incapacidade de controlar pessoas nervosas;
- 6) Não se pode ordenar que as pessoas mudem, abram mão do controle ou assumam mais responsabilidades se elas jamais aprenderam a fazer isso. As pessoas têm

de observar e praticar novos modelos de comportamento, mas precisam de tempo para aprender e de espaço para se exercitar – ou mesmo para cometer erros”.

Sendo o capital humano o diferencial para a existência das organizações, a potencialização da participação das pessoas integra a agenda estratégica como forma de tornar o processo decisório mais efetivo e alinhado ao sentimento coletivo. As condições necessárias à participação dos colaboradores na formulação de diretrizes e na dinamicidade dos processos organizacionais precisam ser construídas de tal forma que corroborem para o estímulo de colaboração e de envolvimento. Quando a gestão participativa é real, em reuniões e encontros, os participantes sentem-se à vontade para questionar e opinar, independentemente do nível hierárquico dos presentes. As sugestões e críticas são ouvidas com respeito, valorizadas e debatidas até transformarem-se em ação. Idéias e inovações em todos os níveis estão sendo continuamente implantadas. A participação “pura” decorre de um desejo autêntico dos líderes e das pessoas que fazem parte da organização e não de uma vontade imediatista, utilitária e manipuladora.

Voluntariado: significados e importância

O termo voluntariado é instigante na medida em que reforça a tendência de participação social dos cidadãos de uma localidade, ao mesmo tempo em que faz emergir uma crítica do envolvimento da sociedade civil com causas humanitárias e sociais sem um discernimento apropriado do contexto sócio-econômico e das especificidades das estruturas sociais que integram o espaço da ação voluntária.

Para Teodósio (2002), além das utopias que povoam a

ideia de voluntariado atualmente, alguns conceitos e abordagens são entendidos como naturalmente associados a essa prática. Talvez o mais importante desses conceitos seja o de cidadania. Em determinadas abordagens voluntariado e cidadania acabam sendo percebidos como sinônimos.

Soma-se a isso ainda a proliferação de textos na mídia e na academia discutindo esse fenômeno. Isso parece estar associado diretamente ao fato de 2001 ter sido eleito pela ONU o Ano Internacional do Voluntariado. O resultado desse esforço é uma multiplicidade de ações propostas pelo Estado, pelo chamado Terceiro Setor e também pelas empresas privadas. Por outro lado, o volume de literatura ativista sobre voluntariado, ou seja, que tem o papel de estimular e realçar os aspectos positivos dessa forma de ação social aumentou vertiginosamente, ao passo que estudos de caráter menos normativo e mais analítico sobre o tema são escassos. (TEODÓSIO, 2002:1).

Segundo Garay (2001), de acordo com a UNESCO, o voluntariado representa uma prática bastante antiga. Mesmo antes das guerras mundiais, guerras civis, crises, têm sido relatados esforços de voluntariado na busca de forças e de um novo sentido à vida, seja através da contribuição material, física, emocional ou intelectual para reconstrução ou edificação de obras de interesse público, para educação, atividades recreativas, projetos de desenvolvimento, etc. Foi a partir da década de 90, quando surgiu a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, liderada pelo Betinho, que a consciência solidária da sociedade passou a ter visibilidade traduzindo um esforço voluntário de amplos setores nacionais, sobretudo os anônimos em nosso país. A proposta da Ação da Cidadania foi deixar de esperar por ações estruturais que não

estariam ao alcance do cidadão, e estimular o gesto imediato, o alimento para quem tem fome, partindo para as ações emergenciais como um primeiro passo. A partir desse movimento, muitos outros surgiram com a mesma proposta: fazer com que a sociedade tome iniciativas imediatas para resolver seus problemas e, ao mesmo tempo, pressionar o Estado para que ele cumpra seu papel de formular políticas públicas. (CAMARGO ET AL, 2001:125)

Em 2001, as ações no Brasil de incentivo ao trabalho voluntário intensificaram-se devido ao Ano Internacional do Voluntariado, designado pela ONU pela resolução de 1997. A Resolução reconheceu a valiosa aportação dos voluntários, incluindo as formas tradicionais de apoio mútuo e auto-ajuda, a prestação de serviços e outras formas de participação cívica, para o desenvolvimento econômico e social, em benefício da sociedade em seu conjunto, as comunidades e os voluntários individualmente. A ONU também entende que o voluntariado é um componente importante em toda estratégia encaminhada à redução da pobreza, ao desenvolvimento sustentável e à integração social, em particular mediante a superação da exclusão e da discriminação social. (EVANGELISTA,2002:37).

Na visão de Domeneghetti (2002), o voluntário é aquele que exerce a caridade preocupado com justiça social. “Ser voluntário, doar-se a uma causa, é ter no coração o dom do amor, o dom da caridade, da solidariedade, enfim, o dom de servir. É ter consciência de estar prestando um serviço à sociedade, ao seu próximo, cumprindo o papel de cidadão consciente. (DOMENEGHETTI, 2002:329)”. Para a autora, alguns itens devem estar presentes na atitude do voluntário como discrição, assiduidade, pontualidade, responsabilidade,

boa vontade, paciência, prontidão e iniciativa. Existem ainda alguns fatores sobre os quais se deve pensar:

- Equilíbrio no servir: ter a medida certa para não exceder nem se desgastar emocionalmente, executando suas tarefas com parcimônia e mansidão;

- Desprendimento para tolerar aborrecimentos – quando se trabalha em equipe, é muito frequente que as opiniões sejam diferentes e alguns entraves apareçam durante a execução do trabalho. O voluntário não deve se desmotivar pelas dificuldades;

- Obediência e hierarquia: todo trabalho para ter sucesso tem que seguir embasado numa hierarquia de tarefas e funções, sem a qual o voluntário fica desorientado, não sabendo o que fazer, como fazer etc. A hierarquia dentro de um voluntariado baseia-se na maior disponibilidade de horas para trabalhar, e na boa vontade de assumir um maior número de responsabilidades;

- Humildade e perseverança: quando se tem a consciência de que iremos colocar nossos dons e talentos à disposição de necessitados (pessoas e obras), nasce rapidamente a ideia de humildade, porque num trabalho como esse, o ser humilde em servir é uma condição *sinequanon*. (DOMENEGHETTI,2002:330)

Domeneghetti (2002:334) enquadra os voluntários em três categorias: voluntários de gestão, voluntários de atuação e voluntários externos. Os voluntários de gestão atuam no gerenciamento da entidade como membros do Conselho Consultor, membros do Conselho Fiscal, membros da Diretoria Executiva, voluntários esporádicos (que fazem algumas visitas, se dirigem às entidades para fazer doações etc.) ou como pessoas que se agrupam para formar uma entidade e,

no começo, exercem suas atividades profissionais de forma voluntária, até serem substituídas por profissionais contratados, quando a entidade cresce. Os voluntários de atuação são aqueles que pertencem ao Corpo de Voluntários e auxiliam operacionalmente os voluntários de gestão a cumprir a missão da entidade e também lidam diretamente com os usuários da Instituição. E os voluntários externos são aqueles que não frequentam a entidade no horário normal de funcionamento, devido às suas atividades profissionais, e por não terem a disponibilidade de quatro ou cinco horas semanais para se dedicar ao trabalho voluntário são convocados esporadicamente para reuniões, que antecedem sua atuação, dando suporte ao trabalho externo.

Percebe-se então, a importância do Voluntariado na transformação social efetiva de nosso país através da participação articulada da sociedade civil. O desafio da colaboração e da solidariedade integram o capital social de uma nação que é feita pela consciência e pelas atitudes de seu povo. A cooperação cívica voltada para o bem comum social, dentro de uma lógica humanista e cidadã, é capaz de gerar resultados de inclusão social sem precedentes na história do Brasil.

Gestão do trabalho social voluntário, participação e racionalidade organizacional substantiva

A gestão do trabalho social voluntário é uma temática nova nos estudos científicos da administração de recursos humanos e contempla uma complexidade paradoxal, pois os modelos de gestão de pessoas foram estruturados de acordo com a lógica da gestão do setor privado e do setor público, onde a presença de uma relação contratual balizada pela remuneração norteia as políticas estruturantes de RH.

Existem alguns pressupostos que caracterizam a gestão de pessoas no trabalho voluntário e um deles é que a gerência participativa é facilitadora da integração entre os voluntários e do envolvimento e comprometimento dos mesmos com as causas humanitárias que defendem. Um outro pressuposto é que as organizações do Terceiro Setor constituem-se os espaços institucionais nos quais as práticas de voluntariado são desenvolvidas em sua grande parte. Logo, a dinamicidade organizacional destas Instituições exerce influência direta nos resultados da gestão do trabalho voluntário. E um outro fator a ser considerado, numa análise de variáveis que caracterizam a gestão do trabalho social voluntário, é que os desafios ao papel do voluntariado como instrumento de construção da cidadania no Brasil estão relacionados também ao fato da solidariedade social estar mais arraigada entre as camadas mais pobres da população brasileira (LANDIM & SCALON, 2000).

Para Teodósio (2002), a visão do Terceiro Setor como alternativa para a incorporação e/ou reincorporação de profissionais em economias periféricas, como a brasileira, exige uma reflexão mais profunda das práticas concretas de gestão desenvolvidas pelas organizações desse setor e seus impactos efetivos na realidade sócio-produtiva nacional. Nesse sentido, um dos pontos mais relevantes para reflexão são as políticas e ações organizacionais voltadas à gestão de mão-de-obra voluntária.

Uma grande parte dos voluntários engajados em trabalhos sociais em nosso país são provenientes de classes sociais de baixa renda e vivenciam a solidariedade através da ajuda ao próximo num clima organizacional diferente dos ambientes de chão de fábricas ou de lojas. A liberdade de ação é um

forte estímulo à participação de voluntários no processo decisório das Instituições das quais fazem parte. É uma nova forma de sociabilidade no espaço organizacional que contempla a emoção do voluntário com os resultados organizacionais, já que há um sentimento de pertencimento quando a gestão é compartilhada.

Uma tipologia emancipatória da gestão organizacional das Instituições do Terceiro Setor, espaços do protagonismo da ação voluntária e as especificidades do gerenciamento do trabalho social voluntário que requer uma práxis participativa de envolvimento das pessoas nos processos decisórios e nas ações decorrentes, sinalizam uma nova racionalidade na administração de organizações da sociedade civil, diferente da visão instrumental e funcionalista da gestão privada, segundo a lógica de mercado.

Um questionamento atual na área da administração é qual a tipologia de racionalidade organizacional que caracteriza a gestão do trabalho social voluntário desenvolvida pelas organizações do terceiro setor. No desenvolvimento da Teoria das Organizações, a questão da racionalidade sempre foi subsidiária das discussões dos campos da filosofia e da economia. Uma vez que a Teoria das Organizações toma por objeto, predominantemente, organizações econômicas, ocorreu, como era de esperar, que prevalecessem modelos e teorias que dependem da “razão ou racionalidade motivada pelos fins – a racionalidade instrumental” (WEBER, 1964). Weber foi, de fato, o primeiro pensador a tratar da questão da racionalidade nas organizações, ao analisar a organização burocrática e a preponderância, nesse tipo de organização humana, da racionalidade instrumental. Os movimentos de contestação dos anos 60 e 70 disseminaram a crítica mais

contundente à racionalidade instrumental e com a crítica disseminaram-se também algumas formulações alternativas aos tipos organizacionais gerados pela crítica à racionalidade instrumental, dando corpo a teorias que procuram formas organizacionais baseadas em uma racionalidade substantiva (SANTOW, 1975).

O conceito de racionalidade, classicamente, revestira-se sempre de nuances éticas, e chamar um homem ou uma sociedade de racional significava “reconhecer sua fidelidade a um padrão objetivo de valores postos acima de quaisquer imperativos econômicos (...) a racionalidade aristotélica e a racionalidade instrumental pertencem a duas esferas qualitativas da existência humana, e a racionalidade de Aristóteles não pode ser criticada da perspectiva de Simon, a menos que o autor de *Administrative Behaviour* queira, realmente, dizer que a racionalidade instrumental é a única que se pode conceber, o que é uma posição claramente errada.” (RAMOS, 1989:123).

Uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão *razão substantiva* (RAMOS, 1989: 27). O autor concebe um modelo dual de organizações: por um lado, organizações formais (que ele iguala às burocracias, no sentido weberiano) regidas pela racionalidade instrumental; por outro lado, organizações substantivas regidas pela racionalidade substantiva. Para Serva (1993: 36-43) organizações substantivas são norteadas por princípios logicamente inter-relacionados: primazia da ação

coletiva, respeito às diferenças individuais, busca de equilíbrio entre homem e organização, ação calcada em identidade de valores e são organizações nas quais há relações interpessoais intensas e fortes.

Teodósio (2002) destaca alguns pontos estratégicos para que se mantenha a integração entre os membros das organizações do terceiro setor, visando aprofundar as características gerenciais presentes em várias delas:

São elas: 1 – estrutura hierárquica reduzida; 2 – trabalho estruturado em equipes multidisciplinares; 3 – estímulo à comunicação informal e formal entre gestores, trabalhadores e comunidade; 4 – adoção de reuniões periódicas nas quais a gerência adote uma postura efetiva de ouvinte; 5 - transparência e coragem para assumir erros por parte dos gestores; 6 – prestação de contas dos objetivos atingidos em bases compreensíveis a todos os públicos envolvidos (trabalhadores, voluntários e comunidade); 7 – avaliação de performance envolvendo todos os públicos interessados, desde os executores dos projetos sociais até os beneficiários, sendo utilizada não como mecanismo de exclusão da organização, mas como estratégia capaz de demonstrar efetivamente os resultados nefastos em termos sociais da baixa performance de cada um dos envolvidos na oferta de serviços públicos; 8 – estabelecer prazos e compromissos negociados de maneira participativa, para que os indivíduos de baixo rendimento possam se reposicionar e alavancar a organização. (TEODOSIO, 2002:176/177)

A gestão organizacional numa ambiência de trabalho voluntário e de participação sugere uma arquitetura de complementaridade nas ações que objetivam inclusão social. Uma nova cultura no fazer social público faz-se presente no contexto

das organizações da sociedade civil balizadas pela racionalidade substantiva, sem minimalismos e materialidades finalistas. As organizações substantivas socializam o poder, compatibilizando tempos heterogêneos e múltiplos dos diferentes atores sociais que integram a ação voluntária de forma participativa, contribuindo assim para a emergência de uma nova práxis gerencial, mais humana e solidária.

Metodologia da Pesquisa

Este estudo foi estruturado a partir do método do estudo de caso, definido por Yin(1989) como um “questionamento empírico que investiga um fenômeno contemporâneo com seus contextos de vida real, quando as fronteiras entre o fenômeno e contexto não são claramente evidentes, e nos quais múltiplas fontes de evidência são usadas”.

Este método leva ao conhecimento e à descrição da dinamicidade da organização estudada, o que pode ser comparado à teoria prévia formulada sobre o assunto, além da formulação de pressupostos fundamentados, passíveis de avaliações em outros contextos. Nesta pesquisa, o método foi escolhido a partir dos critérios definidos pelo autor:

É recomendado estudo de caso para o objetivo desta pesquisa;

Não é possível o controle dos eventos comportamentais na organização para efeitos desta pesquisa;

A ênfase da pesquisa resgata um processo sócio-histórico da organização investigada a partir de sua memória organizacional com recortes do contexto, sendo possível o acesso às pessoas, documentos e observações do processo.

Os métodos de levantamento de dados foram: (1) entrevista individual com dirigentes, (2) aplicação de questionário com variáveis direcionadoras do presente estudo junto a 18 voluntários e (3) análise da memória organizacional da Instituição. O tratamento dos dados deu-se de forma lógica, dedutiva com estruturação qualitativa. O percurso histórico da organização, a sistematização das respostas do questionário aplicado e o discurso dos entrevistados delinearão o Caso da presente pesquisa, cujo texto apresenta elementos significativos da construção social de uma realidade materializada no imaginário coletivo das pessoas que pensam a inclusão social: a educação solidária é um processo cuja ambiência de gestão traz elementos novos e substantivos, sendo a saída para o desenvolvimento.

O caso PRECE: uma construção coletiva

O Projeto Educacional Coração de Estudante (PRECE) teve início em outubro de 1994, em uma pequena comunidade isolada, sem acesso à água, telefone nem energia elétrica e contava com apenas seis alunos. O objetivo do projeto é propiciar a inclusão de jovens e de adultos de comunidades carentes do interior do Ceará no ensino de nível superior. A região não ofertava transporte escolar e como solução para os que tinham que se deslocar de localidades mais distantes foi encontrada uma casa de farinha abandonada que servia de abrigo para os que não podiam retornar a sua localidade. O professor Manoel Andrade, tutor do projeto na época, conduzia os estudantes regularmente a Fortaleza e os abrigava em sua casa para realização das provas do supletivo do Ensino Médio que era feito através de módulos de ensino. Com a ampliação do número de estudantes foi realizada uma

parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos Pe Luis Gonzaga (mantido pelo governo do Estado), na cidade de Itapipoca-Ce, para que a cada 21 dias dois professores fossem aplicar as provas na comunidade do Cipó.

Dois anos após o início do projeto, dá-se a primeira aprovação de um participante no vestibular: Francisco Antônio Alves Rodrigues foi aprovado em primeiro lugar no curso de pedagogia da UFC, fato que muito contribuiu para a motivação dos demais estudantes “precistas”, como são chamados os participantes do projeto.

Durante os primeiros cinco anos, o PRECE foi financiado pelos dízimos da pequena congregação Presbiteriana Independente de Cipó e de alguns amigos pessoais da entidade, mas recebeu o importante apoio da Universidade Federal do Ceará pela concessão de isenção da taxa de inscrição para os vestibulandos, fornecimento de Residência Universitária e alimentação para os estudantes “precistas” que eram aprovados no vestibular.

A organização jurídica da entidade como associação civil sem fins lucrativos, se deu em 1998. Esta formalização contou com a participação dos seus primeiros estudantes como sócios. Em 2000, a casa de farinha foi reformada e o projeto passou a atender estudantes oriundos de 21 comunidades diferentes. A cada aprovação no vestibular crescia o engajamento de novos alunos, bem como a motivação dos participantes. A comunidade local também dava apoio ao projeto e enquanto os alunos do sexo masculino dormiam na antiga casa de farinha, as mulheres tinham abrigo em residências da cidade. As aulas eram ministradas debaixo das árvores, em grupos de onde se compartilhava o conhecimento

com o auxílio dos professores. As atividades de lazer aconteciam no final da tarde com jogos de futebol e caminhadas.

O ano de 2002 foi marcado pelo investimento em recursos humanos através da formação lideranças estudantis. Nesse período, além do apoio financeiro da Congregação Presbiteriana Independente de Cipó, o projeto recebia também ajuda da Fundação Mary Harriet Speers, que mensalmente envia recursos. Atualmente, o PRECE mantém ainda atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que são desenvolvidas voluntariamente sob a coordenação do professor Francisco Antonio Alves Rodrigues, e que conta com cerca de 50 alunos. Através desse projeto, muitos jovens do sertão podem concluir o ensino fundamental e o ensino médio, através de um atendimento personalizado que leva em consideração o ritmo de estudo de cada um, oferecendo-os estímulo para participar da preparação do Pré-Vestibular do PRECE. O elo de comunicação se dá através do Jornal Tribuna do Estudante que conta com uma tiragem de 1000 exemplares e onde são publicadas as notícias do projeto e os depoimentos de professores e alunos.

No final de 2002, mais cinco alunos ingressaram na UFC, surgindo então a ideia de se ampliar o projeto, abrindo espaço para a participação de alunos da cidade de Pentecoste. Em apenas dois dias, mais de 500 pessoas se inscreveram causando forte pressão no projeto, uma vez que ainda não havia espaço físico adequado, nem estrutura de pessoal para atender a todos e, ao mesmo tempo, não se queria promover um processo de seleção com base no nível do conhecimento, considerado excludente. Surge então a ideia de incluir os estudantes como monitores, uma vez que este método já vinha

sendo aplicado no município do Cipó. A alternativa foi apresentada em uma reunião onde ficou claro para todos que não haveria professores renomados, mas que a estratégia utilizada seria a de ter estudantes compartilhando com estudante seus conhecimentos. Ampliava-se assim a base de voluntários que eram ao mesmo tempo beneficiários do projeto, congregando ainda outros estudantes da cidade (também precisistas) que já estudaram no Cipó em 2002, mas que ainda não haviam ingressado na universidade.

Foram selecionados alguns dos alunos matriculados no projeto para participar de um curso de preparação de auxiliares de ensino, com a duração de dois meses e lançada a ideia de que os que pudessem iriam contribuir com uma quantia mensal de R\$ 15,00 a ser empregada exclusivamente no pagamento de transporte e aquisição de material didático, já que os professores seriam voluntários.

Após a reunião efetivaram-se 300 matrículas. Foi então realizada uma avaliação entre as matriculadas que diagnosticou que a grande maioria dos estudantes apesar de já ter concluído, ou mesmo já está cursando o ensino médio, ainda apresentava nível de quinta série primária na maioria das matérias. Neste processo foram também selecionados um total de 60 alunos que passaram a ser monitores. Estes estudantes passaram antes por um curso que os prepararia para atuarem como líderes de grupos no projeto. Para suprir as novas necessidades, o PRECE submeteu ainda um projeto ao Brazil Foundation (entidade suportada por empresários brasileiros com negócios em Nova York), e firmou parceria com o CE-NEC, através de um contrato de aluguel da Escola João XXIII, solucionando o problema do prédio escolar.

No dia 27 de janeiro de 2003, a primeira parte do curso

foi iniciada, e cada dia um professor do PRECE, estudante universitário responsável por uma disciplina, viajava de Fortaleza a Pentecoste para trabalhar na formação específica de seus auxiliares. Participaram também da segunda etapa do curso, todos os universitários do PRECE, bem como aqueles estudantes que já atuavam como líderes na comunidade de Cipó. Nesses dias do curso, que se realizou em Pentecoste, os estudantes da comunidade local receberam os professores do PRECE e estudantes do Cipó para almoçarem em suas casas, exercitando cooperação e solidariedade. Foram organizados grupos de estudos com 05 a 10 alunos de acordo com o nível de conhecimento, liderados pelos estudantes capacitados no curso preparatório.

Os professores coordenavam as atividades, orientavam seus auxiliares e trabalhavam com os grupos mais adiantados. Os auxiliares de ensino (capacitados no curso preparatório) participavam de atividades educacionais durante o dia coordenadas pelos estudantes universitários do PRECE, e no turno da noite colaboravam com estes nas aulas para o restante dos estudantes.

Um segundo encontro pedagógico com monitores e professores foi realizado em julho de 2003 e teve como tema “A formação do Educador e a Práxis Pedagógica” baseado em reflexões de Cipriano Luckesi e Paulo Freire. O encontro se configurou em um debate acalorado onde se refletiu sobre a importância de compreender professores e alunos como sujeitos históricos e igualmente importantes no processo ensino-aprendizagem. Em julho de 2003, o PRECE foi selecionado entre os 895 projetos submetidos ao Brazil Foundation, ficando entre os 17 premiados no Brasil, recebendo o aporte de U\$ 10.000,00.

O espírito de cooperação e consciência crítica é estimulado entre os alunos do projeto, apesar do clima de tensão e preocupação com o vestibular, e “boa parte dos estudantes não se descuida da responsabilidade de crescer como liderança e participam de um momento especial todos os sábados à noite, onde têm a oportunidade de discutir sobre os problemas da cidade e as responsabilidades que cada um como cidadão tem que resolvê-los”, relata o coordenador geral. Em 2004, foram matriculados no vestibular da UFC 80 alunos, dos quais 40 passaram na primeira fase e 20 na segunda fase.

A pesquisa de campo da presente pesquisa incluiu entrevistas com 18 dos 22 jovens e adultos egressos do PRECE que estão na universidade atualmente. Estes estudantes continuam engajados no projeto e atuam como professores voluntários, deslocando-se por estradas em péssimas condições de conservação. Os relatos obtidos nos indicam a relação entre a motivação para o trabalho voluntário e a crença na causa apoiada. Segue abaixo os principais pontos levantados quanto a questões relativas à gestão do trabalho social:

Apenas 11% dos entrevistados tomaram conhecimento do projeto através de propaganda ou indicação de pessoas externas à organização;

16 entrevistados classificam seu nível de motivação no trabalho como elevado ou muito elevado. Entre os motivos para atuar como voluntários pode-se citar o crescimento pessoal, o desenvolvimento da solidariedade e da cooperação, a possibilidade de compartilhar conhecimentos, contribuir para o crescimento de outras pessoas;

Quinze trabalhadores consideram-se preparados para atuar como voluntários;

Dezessete consideram que há muita abertura à sua participação;

Quanto à participação, dois afirmam participar de forma ativa nas decisões de gestão da entidade, criticando e apresentando sugestões e quinze disseram não encontrar dificuldades para participar nestas decisões, entretanto, cinco disseram participar de forma esporádica. Apenas um dos respondentes declarou não participar das decisões;

A possibilidade de participação foi a razão mais citada como recompensa ao trabalho desenvolvido;

Quatorze pessoas declaram existir controle e orientação contínuos sobre as tarefas dos voluntários. Todos consideraram o controle necessário;

Todos os entrevistados relataram que a organização valoriza e reconhece o trabalho voluntário;

Apenas três questionaram em algum momento a possibilidade de deixar de atuar como voluntário no projeto. Os motivos apresentados foram: necessidade deslocamento para o interior todos os finais de semana (este voluntário já atua há 04 anos no projeto); pela falta de conhecimentos suficientes para poder ajudar de uma maneira mais concreta (três anos do projeto) e apenas um por falta de motivação e problemas no relacionamento com o grupo (há três anos no projeto);

Quanto aos que relataram que não deixariam o projeto há respostas tais como " não consigo me ver fora da instituição (há dois anos na entidade); natureza agradável do trabalho; possibilidade de participar, entre outros;

Todos confirmam que há trabalho em equipe e convivência harmoniosa entre os voluntários e destacam o comprometimento dos membros da coordenação com o projeto, exercendo uma liderança transparente e ativa, batalhando contra as dificuldades;

Entre as habilidades consideradas presentes na coordenação da Associação, as mais citadas foram: liderança, saber ouvir as pessoas, abrir espaço para a participação, compromisso, espírito de equipe e humildade, além da capacidade para superar os obstáculos materiais (falta de recursos).

O Caso do PRECE revela elementos que sinalizam a ressignificação da Administração no Terceiro Setor. As visões e posturas dos voluntários, além do sentimento de pertencimento coadunam com uma práxis participativa de gestão. O resgate de luta social inerente à história da organização, o objetivo social e os atores envolvidos fazem emergir reflexões sobre novos rumos para a gestão de pessoas em ambiências organizacionais no terceiro setor. Um recorte sistêmico e uma inferência analítica são possíveis de serem feitos: a transformação social acontece quando há sinergia de esforços que são compartilhados e que a ação coletiva voluntária sob a égide de um modelo de condução participativo, concretiza efetividades sociais de inclusão.

A dinamicidade organizacional do PRECE é substantiva e emotiva. A lógica instrumental e funcionalista não coaduna com a esperança do público-usuário atendido pela entidade. A postura das lideranças da instituição valoriza o saber estar e o saber ouvir. Quando as paixões encontram uma efervescência no agir social e coletivo, a soma de interesses é voltada para o bem-viver. É um olhar poético para uma realidade dura e difícil das pessoas sem esperança que moram no interior do Ceará. Mas, só uma organicidade participativa, que transpira a vontade das pessoas de abraçarem esta causa humanitária, foi capaz de mobilizar visões. A leitura do espaço institucional do PRECE reflete a cultura que contempla corações e mentes de pessoas que fazem a diferença.

A pressão de uma gestão funcionalista que engessa, sentimento percebido em organizações envolvidas com a lógica do setor privado, é sentida de uma outra forma pelos voluntários do PRECE: as pessoas são felizes pois o tecido social é elaborado mentalmente na perspectiva do saber estar e conviver. A análise da gestão do trabalho social voluntário desenvolvido pelo PRECE não pode estar dissociada do direito de sonhar. Um sonho que não é utópico, mas real. Empoderar jovens e adultos carentes, incluindo-os no sistema educacional de nível superior, um acesso excludente e limítrofe, é uma tecnologia social que precisa ser difundida. E a gestão social que é transversal a este propósito é reveladora de que a racionalidade do pragmatismo encontra alternativas na substantividade das pequenas ações significativas, principalmente quando o motor que direciona o caminho é a educação.

Considerações Finais

A Ciência da Administração também está evoluindo no campo social. Estudos sobre a gestão social, uma tipologia gerencial inerente às organizações do terceiro setor, constituem desafios futuros para os pesquisadores. A lógica da gestão no setor privado, influenciada pelo sistema capitalista, tem seu contraponto na gestão solidária das organizações sociais. O presente ensaio apresentou um recorte que propicia uma análise fidedigna da relação entre Voluntariado e a Gestão Participativa, enquadrando a primeira como práxis da segunda, mas categorizando-as como variáveis de uma nova racionalidade organizacional, anti-funcionalista, substantiva e emocional. Contou-se através do percurso empírico, que o trabalho voluntário, no mundo pós-moderno, faz emergir o resgate da dignidade humana através do solidarismo consciente ilustrado a partir do estudo de caso do Projeto Coração de Estudante.

A sociedade vive a transição da tradicional dicotomia público-privado para a configuração de um espaço público, em que os papéis dos agentes sociais e do desenvolvimento interpenetram-se e condicionam-se. E está em pauta exatamente a renegociação do pacto social que definirá os papéis que cada agente desempenhará nesta realidade. E o desenho da sociedade está mudando. A visão de que grupos de cidadãos se mobilizam apenas para cobrar do Estado modifica-se, pois eles também tomam iniciativas para resolver seus problemas como efetivos participantes do processo democrático.

Um outro aspecto da economia da solidariedade balizada pelo trabalho voluntário é articulação interinstitucional, através da constituição de parcerias - a tendência que induz a formação de associações para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da co-evolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam – eles co-evoluem (CAPRA, 1997).

O voluntariado em rede sob a dinâmica da gestão participativa tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento social, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no empoderamento dos atores

responsáveis por conduzi-lo. A substantividade que caracteriza a gestão social gera uma reflexão sobre o efeito sistêmico da sintonia fina entre voluntariado e participação. A gestão do trabalho social voluntário requer uma ambiência organizacional na qual as pessoas possam ter vez e voz na dinamicidade do processo decisório. A gestão participativa proporciona no trabalho voluntário o sentimento de pertencimento sinérgico e em rede, a interconexão de visões, onde a interatividade entre as pessoas torna-se a força mobilizadora de transformações sociais.

Referência

ÁVILA, Fernando Bastos de, Sj. *Solidarismo: Alternativa para a Globalização*. São Paulo: Editora Santuário, 1998.

CAMARGO, Mariângela Franco et al. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix/Amaná/Key, 1997.

COELHO, Simone de C. Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.

D'ÂNGELO, Hamilton. *Introdução à gestão participativa*. São Paulo: Editora STS, 1995.

DOMENEGHETTI, Ana Maria. Definição, tipificação e implantação do setor de voluntários In PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (organizadores). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

DOWBOR, Ladislaw. *A reprodução social – Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1999.

EVANGELISTA, Douglas. *Voluntariado e desenvolvimento social* In PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (organizadores). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

FERNANDES, Rubens César. Privado Porém Público – O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Ademir Antonio et al. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias-Evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GARAY, Angela Beatriz Scheffer. *Voluntariado empresarial: modernismo ou elemento estratégico?* In: ENANPAD, Campinas, 16 a 19 de setembro de 2001.CD-ROM.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais-Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Brasil, 2002.

HAMPTON, David R. Administração Contemporânea. São Paulo:McGraw-Hill, 1983.

LANDIM, L., SCALON, M. C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil* – uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LEITE, Francisco Tarciso (org). *Por uma teoria da gestão participativa. Novo Paradigma de administração para o século XXI*. Fortaleza:Unifor, 2000.

LEITE, Francisco Tarciso et al. *A gestão participativa como ciência*. Fortaleza:Unifor, 2002.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada. São Paulo:Atlas, 2000.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Nova Ciência das Organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.

RAVIOLO, Daniel. Comentários da Introdução. In FIEGE, Hans-Jürgen. Ongs no Brasil – Perfil de um mundo em mudança.Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis

(orgs). *Gestão Social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

SANTOS, Boaventura(org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SATOW, R. L. *Value-Rational Authority and Professional organizations: Weber's missing type*. *Administrative Science Quarterly*; V.20 N.4. 1975.

SCHVARSTEIN, Leonardo. *La Inteligência Social de las Organizaciones: desarrollando las competencias necesarias para el ejercicio da la responsabilidad social*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

SERVA, Maurício. *O fenômeno das organizações substantivas*. *Revista de Administração de Empresas*. V. 33 N. 2, 1993, p. 36-43.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social*. In: ENANPAD, Salvador, 22 a 25 de setembro de 2002. CD-ROM.

TEODÓSIO, Armindo Sousa. *Mão-de-obra voluntária- Uma proposta para gestão do trabalho social no Brasil*. In PEREZ, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (organizadores). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

YIN, R. *Case Study research –Design and Methods*. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

VIDAL, Ricardo. *A gestão participativa na organização empresarial* In LEITE, Francisco Tarciso (org). *Por uma teoria da gestão participativa. Novo Paradigma de administração para o século XXI*. Fortaleza:Unifor, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira. 1967.



A PoD Editora garante, através do selo FSC de seus fornecedores, que a madeira extraída das árvores utilizadas na fabricação do papel usado neste livro, é oriunda de florestas gerenciadas, observando-se rigorosos critérios sociais e ambientais e de sustentabilidade.

**Composto e Impresso no Brasil
Impressão Sob Demanda**

21 2236-0844

www.podeditora.com.br

atendimento@podeditora.com.br

2020